



Universidade Católica do Salvador
Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação
Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social

JACIARA DE SANTANA

**SÃO FRANCISCO DO CONDE E O ENIGMA DA
RIQUEZA E POBREZA NO RECÔNCAVO BAIANO**

**SALVADOR
2011**

JACIARA DE SANTANA

**SÃO FRANCISCO DO CONDE E O ENIGMA DA
RIQUEZA E POBREZA NO RECÔNCAVO BAIANO**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador, sob orientação do Prof. Dr. Sylvio Carlos Bandeira de Mello e Silva, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre.

**SALVADOR
2011**

SANTANA, Jaciara de.

São Francisco do Conde e o enigma da riqueza e pobreza no Recôncavo baiano/ Jaciara de Santana – Salvador –BA: UCSAL/ PPG Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, 2011.

159 p.

Orientador: Prof. Dr. Sylvio Carlos Bandeira de Mello e Silva
Dissertação Mestrado: Universidade Católica do Salvador,
Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e
Desenvolvimento Social, 2011.

2. São Francisco do Conde. 2. Território. 3. Pobreza. 4.
Desenvolvimento econômico e social.

JACIARA DE SANTANA

**SÃO FRANCISCO DO CONDE E O ENIGMA DA
RIQUEZA E POBREZA NO RECÔNCAVO BAIANO**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador, sob orientação do Prof. Dr. Sylvio Carlos Bandeira de Melo e Silva, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Sylvio Carlos Bandeira de Melo e Silva/UCSAL
Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social/UCSAL

Prof. Dra. Mary Garcia Castro/UCSAL
Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea/UCSAL

Prof. Dra. Silvana Sá de Carvalho/UCSAL
Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social/UCSAL

Aprovada em _____ de _____ de 2011.

Dedico este trabalho:

A Deus, por permitir que possa realizar este sonho ora transformado em realidade.

A minha mãe, por ser a pessoa especial e responsável em me permitir vislumbrar sonhos grandes como este.

Aos meus filhos, meu companheiro e minha irmã, pela força, companheirismo e solidariedade com que se envolveram para ajudar-me na realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me permitido estar num meio acadêmico conceituado e usufruir destes conhecimentos aqui tratados acerca do território e de São Francisco do Conde;

À minha família por toda dedicação e parceria dispensados e por entenderem as minhas ausências no decorrer deste percurso e por terem embarcado comigo neste empreendimento, sem nada exigir;

Aos meus colegas de trabalho e meus superiores que me ajudaram a percorrer neste curso fazendo diversas concessões;

Aos meus colegas de trabalho Laís Viena e Antonio Vilas que com suas inferências me ajudaram a construir este trabalho fazendo com que não desistisse de continuar;

Ao Arnaldo, Carlos Alexandre, Eurides, José Carlos e Márcia por tudo que fizeram por mim e pelos meus propósitos durante este curso e pela colaboração, dedicação e amor dispensados sempre;

Ao meu orientador Sylvio Carlos Bandeira de Mello e Silva, por todas as suas recomendações e inferências lançadas sobre o desenho da pesquisa;

Aos colegas da turma de mestrado e principalmente José Antonio Fonseca e Ueliton Lemos, pelo apoio, incentivo e admiração que me ajudaram a seguir rumo a este trabalho dissertativo;

Aos meus colegas de trabalho, que não nomeei, mas que de forma direta ou não, contribuíram para que eu pudesse viver este momento de plena realização.

A todos muito obrigada!

RESUMO

Esta dissertação constitui-se numa busca de entendimento do enigma da pobreza versus riqueza nos territórios de alto dinamismo econômico da Bahia, a saber, o Recôncavo e Região Metropolitana de Salvador. Neste contexto, propôs-se ao objetivo de analisar as transformações socioeconômicas, ocorridas no território de São Francisco do Conde em decorrência da implantação da Petrobrás (RLAN-Refinaria Landulpho Alves) e como isso tem reflexos nas discussões sobre riqueza e pobreza no município, no período entre 1950 a 2010. Partiu-se do pressuposto que o desenvolvimento resulta de formas de organização sócio territorial; por esta razão centrou-se a análise nas complexidades instituídas na territorialização petrolífera, local de um município com uma riqueza potencial (o petróleo) e que convive com indicadores sociais baixos em relação a outros municípios com arrecadações inferiores. Optou-se pelo estudo de caso como metodologia por consistir num estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento. Para análise de dados foi necessário associá-los às informações pesquisadas junto aos órgãos governamentais e à população local, visitas de observação, realização de entrevistas e aplicação de questionários com agentes sociais, econômicos e institucionais. A atividade petrolífera desenvolvida no território franciscano gera riqueza e renda, porém não garante empregos para os residentes; é preciso desmistificar a idéia de crescimento associada aos grandes empreendimentos e também como agentes exclusivos do desenvolvimento, eles aumentam os indicadores econômicos, entretanto não refletem desenvolvimento com clareza. Desta forma o que se tentou demonstrar nesta pesquisa é que não há uma relação entre a riqueza e desenvolvimento social local e disto resulta que, embora São Francisco do Conde disponha de recursos financeiros abrangentes, a demonstrada incapacidade administrativa institucional associada à desarticulação dos agentes sociais locais, cuja lógica privilegia aqueles que não necessitam, acabam favorecendo o clientelismo e assistencialismo. Ao mesmo tempo, a gestão desta riqueza, tem sido impeditiva para que São Francisco do Conde seja um município rico e seu povo desfrute equitativamente da territorialização desta riqueza como fomentadora do desenvolvimento social. A refinaria trouxe o crescimento (progresso), entretanto mantém a população local afastada do processo de desenvolvimento.

Palavras-chave: Pobreza; Riqueza; Desenvolvimento, territorialização, São Francisco do Conde - BA.

ABSTRACT

This dissertation is on a quest for understanding the enigma of poverty versus wealth in areas of high economic dynamism of Bahia, namely the Reconcavo and the Metropolitan Region of Salvador. In this context, it was proposed to analyze the socio-economic transformations that occurred in the territory of São Francisco do Conde due to the deployment of Petrobras (RLAN-Landulpho Alves) and how it is reflected in discussions about wealth and poverty in the municipality in period 1950 to 2010. It started from the assumption that development results from social forms of territorial organization, for this reason the analysis focused on the complexities introduced in the territorial oil, a local municipality with a potential wealth (oil) and living with low social indicators in relation to other municipalities with lower revenues. A case study was chosen as a methodology that consists of a thorough and exhaustive study of one or a few objects in a way that allows its broad and detailed knowledge. For data analysis was necessary to associate them with researched information with government agencies and the local population, observation visits, interviews and questionnaires with the social, economic and institutional. Oil activity developed within Franciscan generates wealth and income, but does not guarantee jobs for residents, it is necessary to demystify the idea of growth associated with large enterprises as well as exclusive agents of development, they increase economic indicators, however do not reflect development with clarity. Thus what we tried to demonstrate in this study is that there is a relationship between wealth and social development site and it follows that, although San Francisco do Conde comprehensive financial resources available, the demonstrated incapacity associated with administrative institutional disarticulation of local social agents , whose logic favors those who do not need, just favoring clientelism and paternalism. At the same time, the management of this wealth has been an impediment to São Francisco do Conde is a rich city and its people enjoy equally the territorialization of wealth as a promoter of social development. The refinery brought growth (progress), but keeps the locals away from the development process.

Keywords: Poverty, Wealth, Development, territorial, São Francisco do Conde - BA.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
CIA – Centro Industrial de Aratu
COPEC – Complexo Petroquímico de Camaçari
CNP – Conselho Nacional de Petróleo
CRA – Centro de Recursos Ambientais
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBAA – Instituto Baiano do Açúcar e do Alcool
IIBA – Imperial Instituto Baiano de Agricultura
IGDS – Índice Geral de Desenvolvimento Socioeconômico
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
MEC – Ministério da Educação
ONU – Organização das Nações Unidas
PDDU – Plano Diretor Desenvolvimento Urbano
PNAD'S – Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RLAM – Refinaria Landulpho Alves – Mataripe
RMS – Região Metropolitana de Salvador
SEC – Secretaria de Educação
SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais
SUS – Sistema Único de Saúde
TEMADRE – Terminal Marítimo de Madre de Deus
TCM – Tribunal de Contas do Município
UCSAL – Universidade Católica do Salvador
UFBA – Universidade Federal da Bahia

LISTA DE QUADROS

Quadro1 – Distrito de São Francisco do Conde	28
Quadro 2 – Freguesias de São Francisco do Conde	34
Quadro 3 – Evolução Histórica do Petróleo na Bahia	42
Quadro 4 - Principais vias de ligação	76
Quadro 5 – Principais linhas de Transporte de São Francisco do Conde -2010	77
Quadro 6 – Funções Docentes na Rede Municipal de São Francisco do Conde.....	85
Quadro 7 – Grupos Culturais de São Francisco do Conde	106

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População de São Francisco do Conde e entorno	54
Tabela 2 – População Urbana e rural de São Francisco do Conde e entorno	55
Tabela 3 – População residente e taxa de crescimento anual por município.....	56
Tabela 4 – População por situação de domicílio 1999, 2000 e 2010	57
Tabela 5 – Total de atendimentos Realizados no Hospital Docente Assistencial Célia Almeida Lima 2009/2010	63
Tabela 6 – Estimativas de consultas a mulher sanfranciscana	64
Tabela 7 – Equipes de saúde na família em São Francisco do Conde	66
Tabela 8 – Indicadores de longevidade, mortalidade e fecundidade 1991 e 2000 ...	69
Tabela 9 – Coeficiente das mortalidades por causas selecionadas em São Francisco do Conde - 2008.....	70
Tabela 10 – Televisores por domicílios particulares e permanentes.....	79
Tabela 11 – Nível educacional da população Adulta.....	80
Tabela 12 – Nível educacional da população Jovem	81
Tabela 13 – Matrículas por nível educacional	83
Tabela 14 – Aumento na arrecadação de impostos municipais	95
Tabela 15 – Indicadores de renda pobreza e desigualdade 1991, 2000 e 2010	97
Tabela 16 – Rendimento domiciliar e classes de rendimento	100
Tabela 17 – Receita municipal de São Francisco do Conde - 2008.....	114
Tabela 18 – Municípios com maiores e menores PIB - 2008	115
Tabela 19 – São Francisco do Conde – Despesas (parcial) 2008	116
Tabela 20 – Transferência de recursos nos municípios baianos 2009.....	118
Tabela 21 – Transferências de recursos São Francisco do Conde – 2010.....	119
Tabela 22 – Índice de Desenvolvimento Humano do País, estado e município 1991 e 2000	128

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Geologia do Recôncavo baiano	22
Figura 2 – Recôncavo da Bahia Produções Comerciais	23
Figura 3 -Localização de São Francisco do Conde e seus limites	27
Figura 4 - Localização de São Francisco do Conde na Região Metropolitana	31
Figura 5 – Rede Urbana do Recôncavo da Bahia	32
Figura 6 – Zonas de Influencia Comercial	33
Figura 7 – Trabalhadores braçais na construção da RLAM	39
Figura 8-9 – Terraplanagem para construção da RLAM – final dos anos 1940	40
Figura 10 – Refinaria RLAM – início dos anos 1950	41
Figura 11- Fluxograma metodológico da pesquisa.....	51
Figura 12 – Entrada da RLAM - início dos anos 1950.....	52
Figura 13 – Tanques da RLAM – 1950	53
Figura 14 – Distribuição da população em São Francisco do Conde –2010.....	58
Figura 15–População urbana e rural de São Francisco do Conde 1991- 2010.....	60
Figura 16–Distribuição da população por faixas etárias em São Francisco do Conde - 2010	61
Figura 17 – Estabelecimentos de saúde por veiculação institucional – 2010.....	62
Figura 18-19 – Serviço de Atendimento Médico de Urgência-SAMU – 2011	65
Figura 20-21 – Unidade de Saúde Municipal – 2011	65
Figura 22 – Mortalidade em São Francisco do Conde – 2008	68
Figura 23 – Taxa de incidência de tuberculose, 2001 – 2008	71
Figura 24 – Lixo a céu aberto na Babilônia, Distrito Sede – 2011.....	71
Figura 25 – Falta de esgotamento sanitário e infraestrutura, Dom João (Sede)	71
Figura 26 – Casas de taipa na Roseira (Sede) – 2010	72
Figura 27 - Casas de taipa,falta de infraestrutura no Porto de Brotas (Sede) – 2010	72
Figura 28 – Construção em taipa, sanitário improvisado, Santa Eliza (Sede) – 2010	72
Figura 29 – Barraco improvisado com taipa e madeira, Santa Eliza (Sede) – 2010	72
Figura 30-Natalidade por legitimidade da Criança e ocupação do pai	73
Figura 31 – Mapa representativo da pavimentação no distrito Sede – 2006.....	78
Figura 32 – Números de escolas por nível, São Francisco do Conde, 2010.....	82
Figura 33 – Matrículas por nível, São Francisco do Conde, 2010	82
Figura 34 – Proporção de docentes por nível, São Francisco do Conde, 2010	86
Figura 35 – Nível de satisfação da população sobre a educação, S. F. do Conde, 2010	87
Figura 36–Eixos de crescimento urbano de São Francisco do Conde – 2006.....	88
Figura 37 – Nível de satisfação dos empregados em São Francisco do Conde -2010	89
Figura 38 - Moradias – Santa Eliza, São Francisco do Conde -2011.....	90
Figura 39 – Conjunto Habitacional – Gurugé, São Francisco do Conde -2011	90
Figura 40 - Tipo de moradia em São Bento das Lages – 2010	91
Figura 41 – Moradia em Porto de Brotas (Sede) – 2010.....	91
Figura 42- Moradias na Nova São Francisco - Distrito Sede – 2010.....	92
Figura 43 – Invasão dos Sem Terra na BA-522 – Mataripe– 2010	93
Figura 44 - Moradias em Caípe de Baixo – 2010.....	93
Figura 45 - Caípe de Baixo: Lixo a céu aberto – 2010	94

Figura 46 – Faixa da BA-522 – Caípe de Baixo – 2010	94
Figura 47 – Produto Interno Bruto- PIB, Valor adicionado, S. F. do Conde-2008	98
Figura 48 – Renda Mensal, São Francisco do Conde – 2010	98
Figura 49 – Renda chefe de família, São Francisco do Conde -2000	102
Figura 50 – Convento de Santo Antonio – 2011.....	104
Figura 51 – Casa da Câmara e cadeia –2011	104
Figura 52 – Rua do Espírito Santo, Sede. – 2011	105
Figura 53 – Vista panorâmica da orla marítima, São Francisco do Conde-2010 ...	105
Figura 54 – Lindroamor–2011	105
Figura 55 -São João – 2010	105
Figura 56 – Candomblé – 2006	105
Figura 57 – Reisado – 2001	105
Figura 58 – Capabode- 2010.....	107
Figura 59 - Capabode–2010.....	107
Figura 60 – Mandus – São Francisco do Conde -2010	108
Figura 61 – Caretas – tradicionais – 2010.....	109
Figura 62 - Caretas – tradicionais em blocos – 2010	109
Figura 63 – Caretas inovadas	109
Figura 64 – Caretas inovadas	109
Figura 65 – Vista Lateral da Casa Natal Teixeira de Freitas	109
Figura 66 – Casa Natal Teixeira de Freitas	109
Figura 67 –Tipologia habitacional do distrito Sede- 2006.....	131
Figura 68 – Povoado de Santa Eliza	132
Figura 69 – Povoado da Baixa fria	132
Figura 70 – Povoado de campinas.....	132
Figura 71 – Nova São Francisco – Sede	132
Figura 72 –Tipologia habitacional do distrito do Monte Recôncavo-2006	133
Figura 73 – Ginásio do Monte Recôncavo	133
Figura 74 – Nova Praça do Monte Recôncavo.....	133
Figura 75 – Tipologia habitacional do distrito de Mataripe-2006	134
Figura 76 –Povoado de Jabequara	135
Figura 77- Povoado de Jabequara	135
Figura 78- Povoado de Mataripe	135
Figura 79- Povoado de Caípe	135
Figura 80- Mapa da Ilha de Cajaíba	137
Figura 81- Engenho Cajaíba	139

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	09
LISTA DE QUADROS	10
LISTA DE TABELAS	10
LISTA DE FIGURAS	11
1 INTRODUÇÃO	15
2 O TERRITÓRIO DO RECÔNCAVO E SÃO FRANCISCO DO CONDE	22
2.1 QUESTÕES CONCEITUAIS	24
2.2 O DESENVOLVIMENTO SOCIO-TERRITORIAL	26
2.3 TERRITÓRIO E CONTRADIÇÕES NO RECÔNCAVO.....	28
3 SÃO FRANCISCO DO CONDE: HISTÓRICO E METODOLOGIA DA PESQUISA	30
3.1 O PASSADO COLONIAL DE SÃO FRANCISCO DO CONDE	30
3.2 A REDE URBANA DO RECÔNCAVO E SÃO FRANCISCO DO CONDE.....	31
3.3 AGROINDÚSTRIA DO RECÔNCAVO: OS TEMPOS DO AÇÚCAR	34
3.4 A PETROBRÁS EM SÃO FRANCISCO DO CONDE: IMPLANTAÇÃO E DESDOBRAMENTOS.....	37
3.5 METODOLOGIA DA PESQUISA	45
4 SÃO FRANCISCO DO CONDE HOJE: CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO E DA ECONOMIA	52
4.1 POPULAÇÃO E ASPECTOS DEMOGRÁFICOS.....	52
4.2 SAÚDE	61
4.3 ESTRUTURA FAMILIAR.....	73
4.4 TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES.....	75
4.5 EDUCAÇÃO	80
4.6 HABITAÇÃO.....	88
4.7 ECONOMIA.....	94
4.8 RENDA.....	97
4.9 PATRIMÔNIOS CULTURAL E HISTÓRICO	103

5 POBREZA, RIQUEZA E DESIGUALDADES	111
5.1 RIQUEZA	111
5.2 CONCEITO DE POBREZA	121
5.3 RAÍZES E IMPLICAÇÕES.....	125
5.4 ESPACIALIDADES DE POBREZA EM SÃO FRANCISCO DE CONDE.....	127
5.5 PERSPECTIVAS FUTURAS	136
5.5.1 EMPREENDIMENTO ILHA DE CAJAÍBA	137
5.5.2 PROJETOS DE INCLUSÃO DE IDOSOS	141
5.5.3 TRANSFERÊNCIA DE RENDA.....	141
5.5.4 INSTALAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL	142
5.5.5 PROGRAMA UNIVERSITÁRIO FRANCISCANO – UNIFAS.....	142
5.5.6 PROGRAMA DE HABILITAÇÃO	143
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	145
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	149

APÊNDICE

ANEXOS

1. INTRODUÇÃO

A referência fundamental deste trabalho é o Território do Recôncavo Baiano, mais precisamente São Francisco do Conde com sua riqueza potencial e pobreza real. Para tanto, buscamos percorrer uma linha do tempo para compreender melhor as principais fases deste território, reconhecidas a partir da existência de transformações relevantes. De fato, o enigma da riqueza e da pobreza em São Francisco do Conde se reflete também em outras localidades brasileiras.

Assim, este estudo busca oferecer condições de compreensão da singularidade do contexto local em São Francisco do Conde e agregar conhecimento sobre esta cidade brasileira, tão mencionada pelos meios de comunicação nacional quando o tema é riqueza ou distribuição de renda em nosso país.

Inicialmente, é preciso destacar que não existem estudos recentes na academia sobre o caso desta cidade. Este trabalho possibilitará desconstruir a idéia atual de que o povo de São Francisco do Conde é “rico” e não precisa desenvolver outras possibilidades de ascensão em áreas diversas, em função da presença da indústria do petróleo.

Contribui, assim, para desvelar a complexa rede que envolve a produção e dinâmica petrolífera de São Francisco do Conde e sua relação com o desenvolvimento. Situado na Região Metropolitana de Salvador o município está inserido na região econômica mais ativa do Estado.

Assim sendo, esta pesquisa possibilitará a compreensão de que mesmo sendo um município em princípio, por ser muito rico e por ter a mais alta renda *per capita* do Brasil, a população de São Francisco do Conde não usufrui dos ganhos auferidos pela instalação da segunda maior refinaria em capacidade instalada de refino de petróleo do Brasil. Assim sendo, este “desenvolvimento” não se reflete na população local em São Francisco do Conde.

Destaca-se que a opção pelo estudo das desigualdades deste lugar ocorre não por modismo, mas sim visando alertar para este fenômeno antigo que afeta o modo de vida da população local, buscando analisar o caso de forma imparcial e as alternativas para desconstruir o estigma de que nesta cidade todos são “ricos”, o que justifica uma análise acadêmica da questão.

Merece destaque também o fato de que este estudo alinha-se a perspectivas que vem se delineando, desde o final do último século, ou seja, de esforço nos

âmbitos acadêmico, governamental e social de reafirmar a importância da escala local, realçando as particularidades do lugar, contrapondo a suposta homogeneização gerada pelo processo de globalização.

Assim, o estudo do lugar, não com uma perspectiva isolada, mas como forma de entender a conjectura espacial global, nacional e regional a partir das suas instâncias componentes - os lugares – possibilita reforçar a diversidade como característica fundante do espaço global.

Recentemente, o último levantamento do Produto Interno Bruto (PIB), de 2008, divulgado pelo IBGE para todo Brasil, confirma estatísticas anteriores ao apontar o município de São Francisco do Conde como detentor do maior PIB *per capita* do país (R\$ 288.370,81). O PIB *per capita* representa toda a riqueza produzida no município dividida por sua população. O município brasileiro de menor renda *per capita* é Jacarengá (PA), na divisa com o Amazonas e Mato Grosso, com apenas R\$ 1.721,23; na Bahia, o menor PIB *per capita* é o do município de Lamarão com R\$ 1.975,00, em 2008.

No caso de São Francisco do Conde, sua primazia decorre do fato de ter uma população relativamente pequena combinada com a presença de uma grande refinaria de petróleo, o que fez com que seu PIB total atingisse R\$ 9.002.648,00, em 2008, o que determina o seu elevadíssimo PIB *per capita*. Este fato aliado à presença de elevados índices de pobreza configuram o que poderia ser chamado de um enigma: um município com a mais alta renda *per capita* do Brasil convivendo com dramáticos indicadores sócio-econômicos.

Este enigma pode ser demonstrado, inicialmente, por duas matérias de jornal que saíram por coincidência no mesmo dia. A matéria publicada pelo jornal A TARDE (31/07/2011, p.B8 e B9), paga pela prefeitura de São Francisco do Conde, demonstra as obras efetuadas na atual gestão informando as mudanças e transformações ocorridas no território sanfranciscano¹ e a matéria publicada pela FOLHA DE SÃO PAULO (p.A10), reportagem não paga, assinada pelo jornalista Antonio Góis, sobre a persistência da miséria em 30 das 200 cidades com PIB's mais altos.

Segundo a primeira reportagem os recursos municipais são aplicados na transformação da saúde, educação, habitação e acolhimento social para melhorar a

¹ Sanfranciscano: gentílico para os nascidos em São Francisco do Conde, segundo Câmara Municipal 2006

vida dos cidadãos através dos programas aplicados pela prefeitura, entretanto, não se demonstram os problemas sofridos pela população como um todo, de falta de esgotamento sanitário, água escassa, moradias de taipas e ruas sem asfaltamento na cidade com o maior PIB per capita do Brasil.

Na segunda reportagem o grande destaque é para São Francisco do Conde que, apesar de ser detentor do PIB mais alto do país, sua população convive com indicadores sociais baixíssimos. Destaca São Francisco do Conde por persistirem no município dados alarmantes sobre miséria e pobreza, mesmo a cidade tendo em seu território uma refinaria de petróleo e concentrando outros empreendimentos de grande porte, fato que explica seu PIB *per capita* elevado. Conforme relato de José Ribeiro, economista da OIT (Organização Internacional do Trabalho, 2011, SP.): “É importante desmistificar a idéia dos grandes empreendimentos como agentes exclusivos do desenvolvimento”.

Ainda segundo a reportagem, a maioria destes municípios com PIB *per capita* elevado, são de pequeno porte, mas concentram grandes empreendimentos ligados principalmente à indústria de petróleo, como é o caso de São Francisco do Conde, o cultivo de soja ou grãos e hidroelétricas, atividades que geram muita riqueza, mas empregam pouco. Não existindo a geração de emprego local, algumas cidades deveriam ao menos se beneficiar de arrecadação maior, porém as gestões municipais não conseguem reverter o montante expressivo de impostos na melhoria das condições de vida da população residente nestes municípios.

Em São Francisco do Conde percebe-se que o PIB não se traduz em melhores condições de vida para a população local. Existem muitas empresas ligadas ao petróleo e energia as quais utilizam mão de obra especializada advinda de diferentes locais; estas empresas mantêm escritório no território sanfranciscano, mas suas matrizes estão localizadas em outros locais assim sendo, a riqueza produzida fica detida entre as poucas pessoas que fazem parte do seleto grupo de poder e vai para fora da cidade. Por outro lado, destaca-se que as últimas gestões municipais têm graves problemas administrativos, incham a prefeitura com contratos e cargos comissionados fazendo da prefeitura local um *curral eleitoral* não administrando a pobreza local, como divulgado pela imprensa local.

Outra matéria que vale ser comentada é a publicada em o Jornal da Metrópole veiculada em 22 de julho de 2011(p.4 e 5). A mesma denuncia a administração pública municipal de São Francisco do Conde pelos gastos de cerca de R\$ 3

milhões de reais na realização dos festejos juninos de 2011 e por inflar a folha de pagamento da prefeitura onde por volta de 37% dos moradores trabalham no órgão, considerando a população entre 15 e 100 anos de idade, cerca de 24.145 pessoas eleitores potenciais, tornando a prefeitura um verdadeiro *curral eleitoral*.

Segundo a reportagem, a gestão municipal desrespeita a legislação (Lei Municipal 081/2009) que limita o número de cargos comissionados desde 1973. Dos 7279 servidores (concurados e contratados), 2099 ocupam cargos comissionados (assessorias, cargos de chefia e diretorias), havendo um excedente de 126 cargos, sendo que deste universo (concurados) existem 27 pessoas classificadas como “motoristas de gabinete” e 376 como “agentes de serviço público” que, por lei, não se enquadram na função, por serem classificadas como funções do dia-a-dia, dentro das funções administrativas, conforme ressalta a promotora Rita Tourinho, do Ministério Público - BA (Jornal da Metrópole, 2011, p.5). Enquanto isso, parcela da população vive em estado de miséria e pobreza, constituindo abuso de poder local, caracterizado por corrupção.

Segundo o IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, algo semelhante ocorre também com outros municípios com os mais elevados PIB *per capita*: Porto Real/RJ, por conta da instalação de indústria automobilística em seu território; Triunfo/RS, com pólo petroquímico; Quissaná/RJ, com extração de petróleo e gás; Confins/ MG, com aeroporto internacional e Louveira/SP, que possui no seu território centros de distribuição de grandes empresas (Fonte: IBGE, 2010, acesso em 10/12/2010).

Na Bahia, o segundo maior PIB *per capita* é de Cairu, com R\$ 55.509,00, uma Ilha de importância histórico-cultural muito grande, dotada de infraestrutura turística. Possui alguns hotéis, restaurantes, e um cais que serve como ponto de chegada e saída de turistas. É sede municipal de todas as ilhas do Portal Rio/Una, abrigando vários serviços. Mas, seu elevado PIB decorre também da Petrobrás, atuando em consórcio, por força da recente exploração de gás de Manati, impactando no PIB municipal a partir de 2007(BAHIA, 2011).

Para analisar caso de São Francisco do Conde é importante, inicialmente, contextualizá-lo no Recôncavo e apresentar a metodologia da pesquisa.

Para Pedrão (1992), o Recôncavo foi de fundamental importância no entendimento da formação da economia baiana, desde o ciclo do açúcar até o do petróleo, refletindo-se nos diversos momentos da urbanização e da industrialização

provocando alterações na forma de articulação econômica com a Bahia e com o Brasil.

Estudiosos da área como Costa Pinto, Milton Santos, Maria de Azevedo Brandão, Fernando Pedrão, Thales de Azevedo, dentre outros, mencionados como fontes neste trabalho, citam que ao realizar estudos sobre a região deve-se compreender o Recôncavo como uma interseção marcado por diferenças sub-regionais, desde o início da colonização, aparecendo neste cenário, com intensa atividade econômica e uma grande pluralidade cultural resultantes dos efeitos do passado colonial que lhe conferem características peculiares e complexas.

Ao longo do tempo, o Recôncavo teve sua delimitação espacial alterada várias vezes, o que acarretou interpretações diversas. Em Brandão (2002), a origem da palavra Recôncavo da Bahia ou Recôncavo, e não Recôncavo Baiano aparece na maioria dos documentos, até o terceiro quartil do século XX, e em letra minúscula fazendo referência às terras em torno da Baía de Todos-os-Santos.

O Estado e seus órgãos trabalham com regionalizações para a região do Recôncavo: Região Sul da Bahia, Região Metropolitana de Salvador, Recôncavo Sul. Entende-se assim que, as divisões territoriais têm um caráter científico ditado tanto por interesses acadêmicos, quanto por necessidades do planejamento e gestão do território.

A partir de meados da década de 1970, conforme assinala BRANDÃO (1998), o termo Recôncavo começa a ser excluído dos documentos oficiais, começa a aparecer o termo Região Metropolitana de Salvador (RMS), mudança que emerge primeiro, da inserção da Petrobrás no Recôncavo açucareiro e do declínio da economia açucareira na final de 1950; seguido, da falta de articulação do transporte viário, desativação da estrada de ferro Nazaré e do Terminal Marítimo do Paraguaçu tendo como opção exclusiva o transporte rodoviário; terceiro e último, da criação do Centro Industrial de Aratu (1964) e do Complexo Petroquímico de Camaçari (1978), que recebeu todos os tipos de investimentos federais e estaduais para a parte Norte do Recôncavo (BRANDÃO, 1998, p.). Entende-se que a região norte do recôncavo passa, em parte, a constituir na contemporaneidade, a Região Metropolitana do Salvador (RMS).

Todos estes elementos asseguraram condições básicas para o desenvolvimento urbano destas localidades, atraindo assim a população e novas possibilidades econômicas configuraram-se espacialmente no Recôncavo,

principalmente em São Francisco do Conde, Camaçari, Candeias e Madre de Deus. Notadamente estas localidades passaram a ter um aumento, muito extenso, nos seus Produtos Internos Brutos - PIBs, passando a funcionar como força motriz para instalação e incorporação de diferentes segmentos comerciais e agroindustriais.

Com destaque para o município de São Francisco do Conde que localiza-se, segundo o Diagnóstico Municipal (BAHIA, 2008), no Recôncavo Baiano na microrregião do Salvador, Região Metropolitana do Salvador - RMS, maior centro polarizador do Estado. A RMS é a região que concentra cerca de 90% da indústria de transformação do Estado, situando-se a cerca de 66 quilômetros da capital baiana; Possui três distritos: Sede, Mataripe e Monte Recôncavo e quatro ilhas: Bimbarras e Cajaíba (particulares), Fontes e Paty (domínio público). Que sob a influência da Petrobrás em seu território e em a consonância dos agentes regionais e locais implementaram significativas mudanças que dinamizaram a economia de toda região. Ainda assim o município apresenta problemas estruturais quanto à sua organização territorial fomentando novas discussões quanto à dinâmica territorial, sua organização administrativa e financeira, a ocupação e uso do solo e a distinção de seu perímetro urbano (BAHIA, 2008, p.5).

Destaca-se aqui a opção metodológica utilizada pelo estudo de caso de um pseudo enigma: Riqueza x Pobreza em São Francisco do Conde com destaque para o fato desta cidade brasileira, como outras, possuir uma Refinaria de petróleo em seu território e este fato, não se refletir em desenvolvimento para a população local.

O estudo de caso consiste segundo Gil (2010), no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos já considerados (Gil, 2010, p. 37). A questão fundamental neste estudo de caso é [...] que a pesquisa empírica somente avança quando vem acompanhada pelo pensamento lógico, e não quando é tratada como esforço mecanicista "(YIN, 2002, p.31).

Essa investigação de natureza qualitativa e quantitativa tem abordagem exploratória, na perspectiva de entender como e porque a indústria petrolífera influenciou na dinâmica do território sanfranciscano.

A apresentação da dissertação estrutura-se em dois eixos de análise referenciais. O primeiro deles é resultante de pesquisa bibliográfico-documental e iconográfica, composto por três capítulos: No capítulo um, fazendo-se uma breve

contextualização teórica do tema; no capítulo dois, tece-se uma análise histórica sobre o território do Recôncavo, seu passado colonial e a rede urbana do recôncavo e seus desdobramentos no território sanfranciscano; no capítulo três estuda-se o caso de São Francisco do Conde, seus movimentos na economia agroindustrial e os desdobramentos para a região metropolitana e Recôncavo canavieiro. Tecendo-se uma discussão sobre a implantação da Petrobrás no território franciscano e suas benesses na vida da população de São Francisco do Conde.

O segundo eixo, resultante da pesquisa de campo, é composto de três capítulos: O capítulo quatro desencadeia-se o processo metodológico de pesquisa empreendido, baseado na abordagem qualitativa do estudo de caso e descrevendo todo processo da pesquisa de campo utilizado nesta dissertação. O capítulo cinco configura-se um mapeamento socioeconômico da população local através de dados oficiais, analisando a dinâmica territorial de São Francisco do Conde pelo ângulo da riqueza social e sua perspectiva de desenvolvimento, remetendo-nos a refletir quanto ao desenvolvimento urbano local. O capítulo seis discute-se riqueza, pobreza e desigualdades no município e relacionando-os com as riquezas produzidas no lugar, visando demonstrar que, no jogo de escalas, em São Francisco do Conde, como no Brasil e na Bahia, o enigma da riqueza versus pobreza aparece praticamente em todo território nacional. O caso de São Francisco do Conde é destacado por ser detentor de uma grande riqueza natural (petróleo), mas sua população, com a maior renda *per capita* do Brasil, convive com indicadores sociais baixos em relação a municípios com arrecadações inferiores.

Descrevemos o percurso metodológico percorrido da seguinte forma: na primeira fase, utilizou-se a pesquisa bibliográfica seguidas pela pesquisa documental e iconográfica visando sustentar as hipóteses do estudo eleitas anteriormente, em ambas as fases utilizando-se de abordagem exploratória. De posse dos resultados obtidos nas fases anteriores, é na terceira fase, onde realizou-se a pesquisa de campo, utilizando-se como fontes de informação entrevistas qualitativas, questionários e observação direta e como referencia para a preparação da quarta e ultima fase constituída pela análise e discussão dos resultados obtidos nas fases anteriores e redação da dissertação, a qual esquematiza-se na figura um (Fig.10).

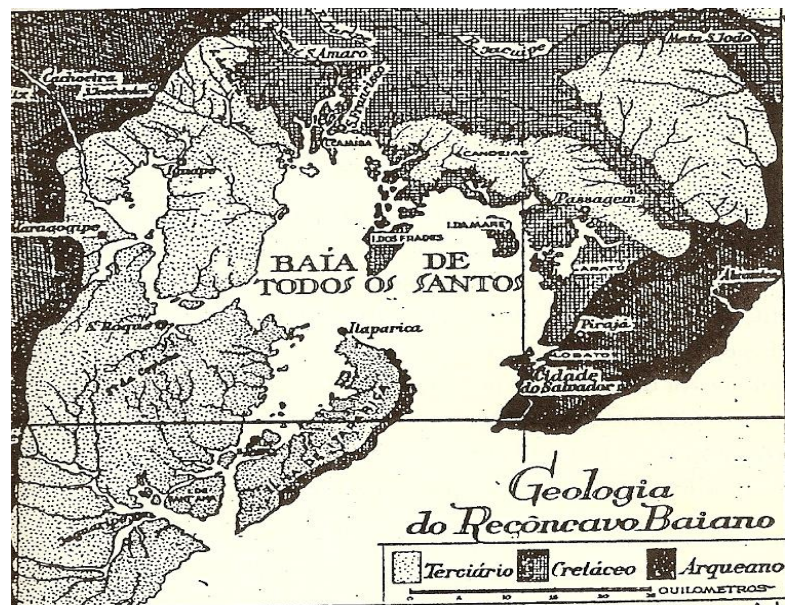
2. O TERRITÓRIO DO RECÔNCAVO E SÃO FRANCISCO DO CONDE

O Recôncavo baiano, tantas vezes cantado em versos e prosas e citado em muitas publicações, acompanhou o crescimento e desenvolvimento da nação brasileira desde os primórdios da sua colonização efetiva, desde os meados do século XVI. Neste capítulo, será traçada em uma linha de tempo a constituição histórica, social e econômica deste território com o objetivo de contextualizar São Francisco do Conde no tempo e no espaço.

O Recôncavo antigo tinha a sua principal economia nos engenhos e nas usinas de açúcar, produção que circundava toda a Baía de Todos-os-Santos até o Baixo Paraguaçu. Contava assim, com os municípios de Salvador e atual Região Metropolitana, além de Santo Amaro, Jacuipé, Maragogipe, Cachoeira, São Félix, São Roque, Nazaré, Pojuca, Catu, Mata de São João e Alagoinhas. Segundo Brandão (1998, p.32) “havia o Recôncavo da cana, do fumo, da subsistência e dos materiais de construção, da lenha, e da pecuária, que subia até Pojuca, Catu, Mata de São João e mesmo Alagoinhas”.

Na figura 01, encontramos a representação do Recôncavo e toda sua extensão que chega até Alagoinhas e Feira de Santana. Neste mapa podemos observar aspectos geológicos das terras que circundavam a Baía de Todos os Santos, vistos por um geógrafo paulista (Aroldo de Azevedo) na década de 50 do século passado.

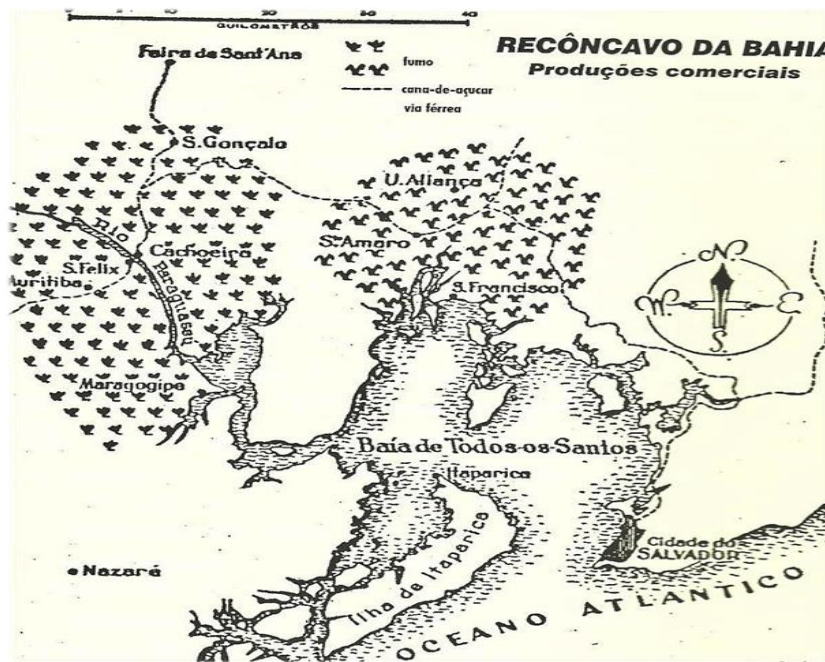
Figura 01 - Geologia do Recôncavo baiano segundo Aroldo de Azevedo (1952)



Fonte: Brandão, 1998, p.31.

Na Figura 02, observa-se que as produções comerciais no Recôncavo eram voltadas à produção de açúcar e fumo. Dessa forma, os terrenos no Recôncavo contribuíam para a formação, segundo Brandão, “de um complexo sócio-econômico centrado na produção e exportação do açúcar e tabaco” (BRANDÃO, 1998, p.30).

Figura 2 – Recôncavo da Bahia Produções Comerciais, segundo Aroldo de Azevedo (1952)



Fonte: Brandão, 1998, p.33.

Milton Santos no livro “A rede urbana do Recôncavo” (1959) baseou-se em métodos definidores da hierarquia e dinâmica urbana, para revelar a dinâmica espacial da rede urbana do Recôncavo com seus agentes internos e/ou externos e a capacidade dos seus atores sociais se apoderarem das influências que a cada momento surgem oriundas do exterior e de Salvador para descrever o território do Recôncavo até Feira de Santana e Alagoinhas.

Ressalta-se que existe uma dificuldade histórica em definir e delimitar precisamente o Recôncavo, quanto ao número de municípios que persiste até os dias atuais. Historicamente, o Recôncavo é a soma das regiões da cana, fumo, mandioca, pequena pecuária leiteira e de produção de lenha, em torno da Baía de Todos os Santos e muito dependente de Salvador.

O Recôncavo, segundo o IBGE (2000), atualmente é composto por 33 municípios e Salvador: Amargosa, Cruz das Almas, Aratuípe Brejões, Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Dom Macedo Costa,

Elísio Medrado, Governador Mangabeira, Itatim, Jaguararipe, Jiquiriçá, Lages, Maragogipe, Milagres, Muniz Ferreira, Muritiba, Mutuípe, Nazaré, Nova Itarana, Salinas das Margaridas, Santa Teresinha, Santo Amaro, Santo Antonio de Jesus, São Felipe, São Félix, São Miguel das Matas, Sapeaçu, Saubara, Ubaíra e Varzedo. (SILVA e SILVA, 2004).

Conforme a SEI, (2010), o Recôncavo é constituído por 20 municípios denominados Território de Identidade do Recôncavo compostos por: Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macêdo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Sapeaçu.

Atualmente, ainda persistem as complexidades quanto às delimitações do Recôncavo Baiano e surgiram outras denominações para este território, onde se muda o foco das questões. Assim sendo, São Francisco do Conde antes, situado no Recôncavo hoje pertence a Região Metropolitana de Salvador. A SEI (2010) classifica a região do Recôncavo como Territórios de Identidade do Recôncavo, existindo municípios que estão contidos tanto na RMS como no Território do Recôncavo ao mesmo tempo.

Assim pode-se afirmar que o Recôncavo Baiano é uma faixa de terra que circunda a Baía de Todos os Santos, abrangendo os municípios desta região, a partir do limite marítimo, com suas características distintas do solo do Recôncavo. Discute-se em *Recôncavo da Bahia: Sociedade e economia em transição* (Brandão, 1998, p.13-25) Recôncavo como uma região que se desenvolveu com a economia canavieira e fumageira sob o comando de Salvador, envolvendo municípios que circundam a Baía de Todos-os-Santos até Alagoinhas e Feira de Santana. Sendo que, São Francisco do Conde historicamente pertenceu, com destaque, ao Recôncavo canavieiro, passando de forma complexa e rápida ao modelo industrial inicialmente representado pelos engenhos e posteriormente pela indústria do petróleo.

2.1 QUESTÕES CONCEITUAIS

A contribuição de Souza (2001) sobre território é útil para este trabalho por ser política e também cultural, visto que este autor identifica grupos sociais que

estabelecem relações de poder formando territórios em conflito pelas diferenças culturais. Prosseguindo com a reflexão sobre o território, o autor afirma que o território é um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder, e que o poder não se restringe ao Estado e não se confunde com violência e dominação.

Após discutir o conceito de território, Souza (2001) propõe uma definição de território autônomo como uma perspectiva para o desenvolvimento. Sendo assim, na visão do autor, a autonomia constitui-se em um dos pilares para o desenvolvimento, este encarado como processo de autoinstituição da sociedade rumo a uma maior liberdade e menor desigualdade. Assim, faz-se necessário indagar se no território de São Francisco do Conde existe esta autonomia, essa identidade focalizada na população e o significado disto para a população local.

Rogério Haesbaert analisa o território com diferentes enfoques, elaborando uma classificação em que se verificam três vertentes básicas: 1) jurídico-política, segundo a qual “o território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal”; 2) cultural(ista), que “prioriza dimensões simbólicas e mais subjetivas, o território visto fundamentalmente como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço”: 3) econômica, “que destaca a desterritorialização em sua perspectiva material, como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho”. (HAESBAERT, in SPOSITO, 2004, p.18).

Saquet (2003) faz um resgate das diferentes interpretações do conceito de território levando em consideração as três vertentes mencionadas por Haesbaert (2004) como essenciais para se fazer as interligações necessárias, nesse sentido:

[...] as forças econômicas, políticas e culturais, reciprocamente relacionadas, efetivam-se no território como um processo social, no (e com o) espaço geográfico, centrado e emanado na existência da territorialidade cotidiana dos indivíduos, em diferentes centralidades / temporalidades / territorialidades. A apropriação é econômica, política e cultural, formando territórios heterogêneos e sobrepostos fundados nas contradições sociais. (SAQUET, 2003, p.28).

Na abordagem de Silva e Silva (2006, p. 192) o território expressa, em um determinado momento, um complexo e dinâmico conjunto de relações

socioeconômicas, culturais e políticas, historicamente desenvolvidas e contextualmente espacializadas, incluindo sua perspectiva ambiental.

Continuam a discussão, afirmando que o Território abrange quatro características principais de interesses tanto sociais quanto acadêmicos que se refletem na sociedade como um todo.

(...) o território expressa em um determinado momento um complexo e dinâmico conjunto de relações socioeconômicas, culturais e políticas, historicamente desenvolvidas e contextualmente espacializadas, incluindo sua perspectiva ambiental; em função das diferentes formas de combinação temporal e espacial das relações acima citadas, os territórios apresentam grande diversidade, com fortes características identitárias e isto envolvendo diferentes escalas; os territórios identificados possuem conflitos de interesse, mas tendem, potencialmente, a apresentar laços de coesão e solidariedade estimulados e dinamizados pelo crescimento das competitivas relações entre diferentes unidades territoriais no contexto da globalização; assim, em termos dinâmicos, os territórios tendem a valorizar agora suas vantagens (e possibilidades) comparativas através, e isto é relativamente recente, de formas organizacionais, institucionalmente territorializadas, capazes de promover uma inserção competitiva e bem sucedida nas novas e dinâmicas relações socioeconômicas, culturais e políticas de nossos tempos, em uma escala global (Silva e Silva, 2001, p. 192).

Desta forma não havendo integração entre as condições, acima mencionadas, o território no caso em tela, Território São Franciscano, estaria exposto aos impactos dos fatores exógenos e endógenos que poderão acarretar um subdesenvolvimento constituindo-se como um entrave na redução dos problemas de pobreza existentes e melhoria da qualidade de vida da população local. Compreende-se o território, então, como um lugar/espço complexo e em constante mutação.

Caso estas combinações não dialoguem, o território estará sujeito aos “impactos exógenos” que não o levarão ao desenvolvimento pleno cabendo assim, as interferências dos agentes internos tentarem mudar e transformar este lugar.

2.2 DESENVOLVIMENTO SÓCIO TERRITORIAL

Nesta sessão abordam-se conceitos acerca de desenvolvimento contemporâneo onde, com a globalização perpassa-se por escalas para os cidadãos possam se adequar à realidade, sendo bastante complexas as definições de um único campo do saber. As decisões sobre como enfrentar as problemáticas atuais, perpassam pelos níveis de governo e instâncias de poder. Assim, os instrumentos a

serem utilizados, suas medidas e ações concretas devem ser usadas para possíveis soluções, tudo isto é relevante a esta análise.

Dentro do atual quadro econômico brasileiro, o Estado da Bahia, como a região Nordeste, destaca-se, por exibir em seu território altos índices de pobreza e desigualdades, ou seja, o subdesenvolvimento.

Para Amartya Sen, o desenvolvimento é:

(...) um processo de expansão de liberdades reais que as pessoas desfrutam. O enfoque nas liberdades humanas contrasta com visões mais restritas de desenvolvimento como as que identificam desenvolvimento como crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), aumento de rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social. (2000, p. 17).

Assim o cidadão sanfranciscano necessita de liberdade e autonomia para desfrutar das benesses promovidas com as arrecadações de ICMS e *royalties* recolhidas no município. O desenvolvimento sócio-territorial de São Francisco do Conde que inicialmente esteve ligado à economia agroexportadora passa a se voltar para um desenvolvimento industrial, desde os anos 1950. A figura 3 traz a localização da Refinaria Landulfo Alves em Mataripe, em São Francisco do Conde, muito próxima a Madre de Deus e Candeias, bem ao fundo da Baía de Todos-os-Santos.

Figura 3 - Localização de São Francisco do Conde, seus limites e a RLAM



Fonte: PDDU, 2006, adaptado por Jaciara de Santana, 2010.

O município de São Francisco do Conde, como mostra a figura 3, possui, excepcionalmente, três (03) distritos, que compreendem diversos povoados como se verifica no Quadro 01, a seguir:

Quadro 01- Distritos de São Francisco do Conde

Sede	Sede, São Bento das Lajes, Porto de Brotas, Santa Elisa, Ilha de Cajaíba, Dom João, Macaco / Marapé, Campinas.
Monte Recôncavo	Almas, Madruga, Monte Recôncavo, Vencimento, São José/Engenho do Meio, Paramirim, Coroado.
Mataripe	Mataripe, Muribeca, Socorro, Jabequara da Areia, Jabequara das Flores, Ilha do Paty, Ilha de Bimbarra, Ilha das Fontes, Porto do Coqueiro, Santo Estêvão, Caípe, Ponta do Ferrolho, Engenho de Baixo.

Fonte: Secretaria de Planejamento de São Francisco do Conde, 2006.

Os três distritos compõem o município que crescem em direção noroeste. Os povoados de Paramirim, Coroado e o distrito do Monte Recôncavo, ambos localizados as margens da BA-522, contam com população empregada nas lavouras ou em empreiteiras associadas à Petrobrás. Ambas apresentam núcleos habitacionais com ruas pavimentadas, iluminação pública e alguns equipamentos urbanos.

Ao sul do município localizam-se os povoados de Santo Estevão, Caípe e o distrito de Mataripe. Em Santo Estevão com população empregada nas empresas associadas à Petrobrás e na atividade pesqueira. Os meios de transporte são precários. Caípe se estende ao longo da estrada Madre de Deus e a maioria das habitações são precárias, localizadas sobre o mangue, com características de invasão (PDDU, 2006).

2.3 TERRITÓRIO E CONTRADIÇÕES NO RECÔNCAVO

O território do Recôncavo é marcado por contradições, contradições estas encontradas em São Francisco do Conde onde, segundo Costa Pinto(1953), se “dramatiza a situação opondo o petróleo, riqueza de uma nação - o Brasil – ao açúcar, riqueza de um Estado - a Bahia. Torres e refinarias não operavam ao lado

da cana ou do fumo, mas em detrimento destes...” (BRANDÃO, 1998, p.24). Brandão (1998) continua afirmando que os impactos que este contexto trouxe à população local não podiam emergir neste “desenvolvimento” visto que o Recôncavo, segundo Azevedo (1959), não era mais todo virgem, “toda alteração é percebida como desordem e desorganiza as atividades tradicionais” (AZEVEDO, 1959, p.23). O impacto da transição de uma economia simbolizada pelo açúcar para outra simbolizada pelo petróleo causaria um impacto economicamente grande à população residente naquela região.

Apesar de se localizar na região mais importante da Bahia, durante os últimos 50 e ou 60 anos, ela é, conforme Pedrão (1984), majoritariamente um bolsão de estagnação econômica, profunda desigualdade e pobreza, por isso faz-se necessário discutir o seu quadro atual e as perspectivas de mudança.

Conforme Brandão (1998), a combinação de vários elementos, como a terra, o capital e o trabalho, que estiveram direta ou indiretamente envolvidos na produção açucareira, a servidão periférica de índios, negros e mestiços, a produção primitiva envolvendo diversos agentes permanentes e temporários constituíram a unidade territorial do Recôncavo.

3 SÃO FRANCISCO DO CONDE: HISTÓRICO E METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1 O PASSADO COLONIAL DE SÃO FRANCISCO DO CONDE

O povoamento das terras que pertenciam ao município de São Francisco do Conde, criado em 1698, teve início no contexto da ocupação do Recôncavo da Bahia, região circundada pela Baía de Todos os Santos. Segundo Pedreira (1960, p. 09) eram terras habitadas por aborígenes na época da colonização: tupinambás, carijós negros, caetés, e pitiguaras (ou potiguaras); que foram exterminados por desbravadores e/ou colonizadores como D. Álvaro da Costa, filho de Duarte da Costa, segundo Governador Geral do Brasil e, depois pelo terceiro Governador Geral, Mem de Sá.

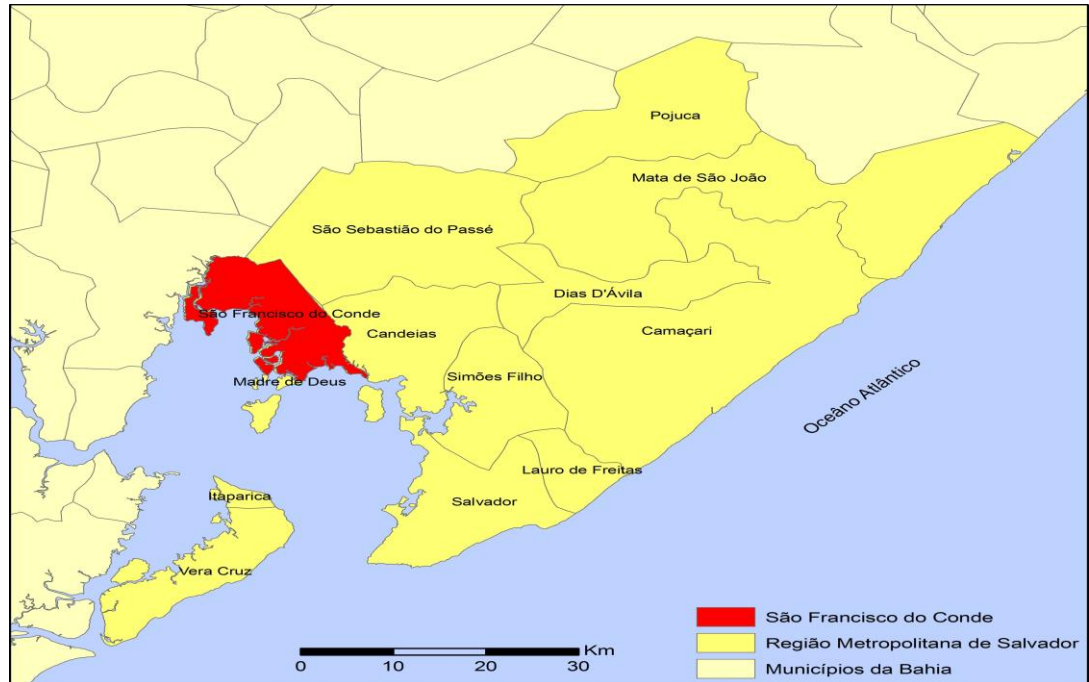
O território integrado inicialmente ao município de São Francisco do Conde foi a primeira sesmaria concedida a Simão da Gama Andrade, em 1552, por Duarte da Costa e incluía as ilhas das Fontes e dos Frades. Depois foi doada pelo 3º governador Mem de Sá, em 1559, a Fernão Rodrigues de Castelo Branco, seu amigo, que desobedecendo à legislação da época sobre as sesmarias, doou-a a Francisco de Sá, filho de Mem de Sá.

Nas terras onde estão hoje os municípios de São Francisco do Conde e Santo Amaro da Purificação havia plantações de cana de açúcar, e à foz do rio Sergipe, hoje Sergi mirim, erguiam-se dois engenhos de açúcar, sendo o do Conde o mais famoso do século XIX, onde se produzia um dos melhores açúcares do Brasil, segundo Pedreira (1960).

Surgida com o início da colonização brasileira, esta área foi marcada por atividades tradicionais agrícolas, ancoradas no setor canavieiro. A vila de Sergipe do Conde foi um pequeno lugarejo que esteve no ápice da região produtora de açúcar. Teve seu núcleo urbano instalado no alto, defronte à Baía de Todos os Santos, visando a defesa militar da riqueza da terra. Instalou-se também o convento para proteção espiritual, em meados do século XVII, famoso pela sua arquitetura e sua decoração nas paredes com azulejos que retratam a passagem da vida de Santo Antonio admirados até hoje. Posteriormente, foi erguida a Igreja matriz em 1687, que foi reformada em 1887, pelo terceiro Barão da Vila do Recôncavo.

A localização de São Francisco do Conde na atual Região Metropolitana de Salvador é mostrada na figura 4.

Figura 4: Localização de São Francisco do Conde na Região Metropolitana de Salvador

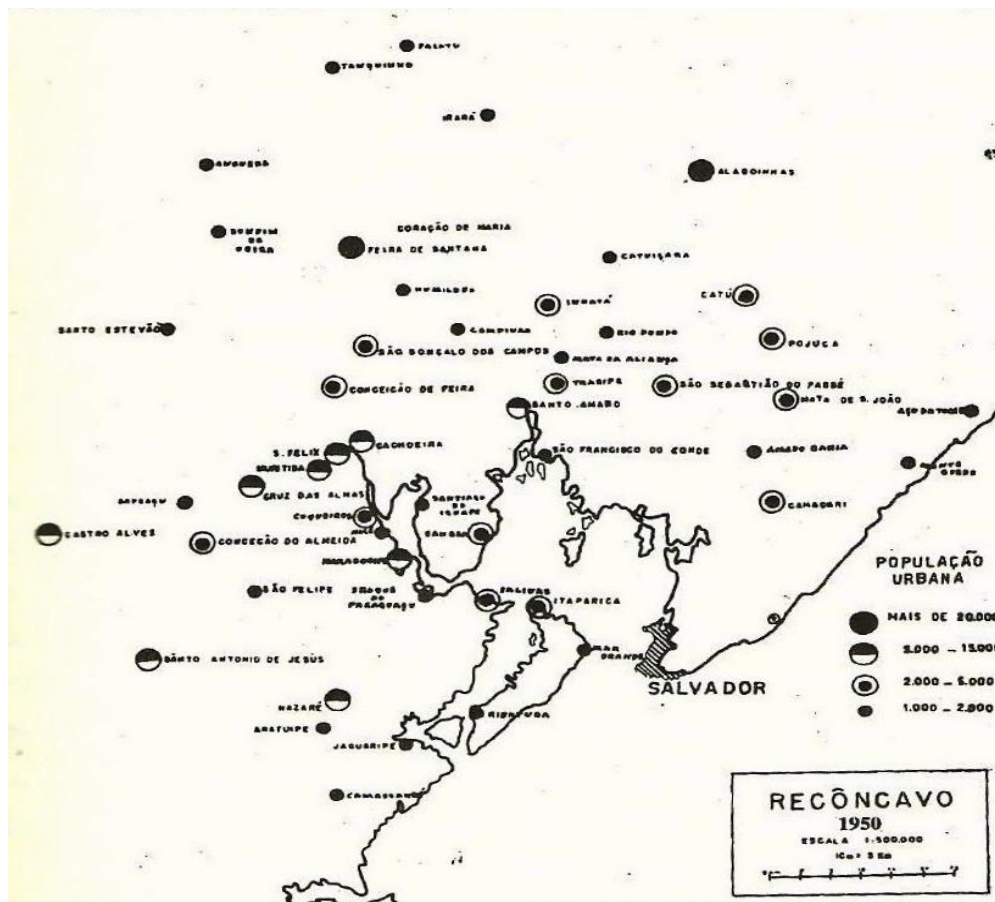


Fonte: IBGE, 2007. Elaboração Jaciara de Santana, 2009.

3.2 A REDE URBANA DO RECÔNCAVO E SÃO FRANCISCO DO CONDE: EVOLUÇÃO

A rede urbana do Recôncavo foi analisada historicamente (Fig. 05), levando-se em consideração a adequação de métodos definidores da hierarquia urbana, abordando tanto sua gênese como sua dinâmica. Milton Santos, (1959) estabeleceu uma relevante periodização de rede urbana em três gerações de cidades comandadas por Salvador - Santiago do Iguape, São Francisco do Conde e Jaguaripe. Estas formavam a primeira geração de cidades centrais localizadas em três estuários da rede fluvial que desembocam na Baía de Todos-os-Santos.

Figura 5 - Rede Urbana do Recôncavo da Bahia, 1950, segundo Santos (1959)

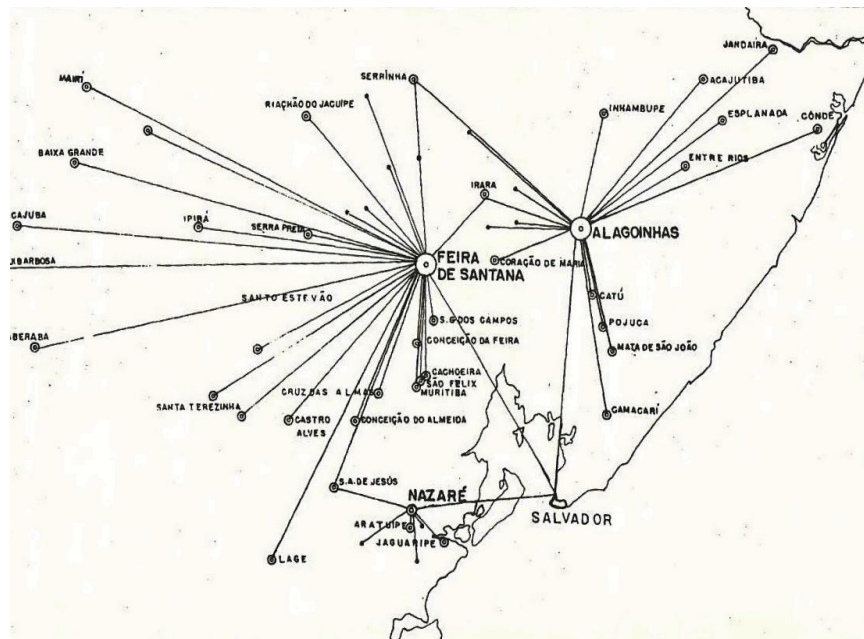


Fonte: BRANDÃO, 1998, p. 63, Adaptado por Jaciara de Santana, 2010.

A segunda geração, formada pelas cidades de Cachoeira, Santo Amaro e Nazaré, substitui as três primeiras do segundo escalão da rede urbana. Além de portos fluviais, são terminais e linhas férreas que demandam o interior e centros produtores de fumo, açúcar e farinha de mandioca. Estas cidades comandam a região até aproximadamente a década de 50 do século passado.

A terceira geração é formada pelas cidades de Alagoinhas e Feira de Santana. São cidades rodoviárias, cuja vitalidade não se deve à navegação fluvial e marinha ou à ferrovia, mas às rodovias por onde passam as mercadorias, com relevante papel até nossos dias. Hoje seria importante destacar Santo Antonio de Jesus, no Recôncavo Sul, como centro regional graças a conclusão da Rio – Bahia Litorânea (BR. 101, ligando o Sudeste à Bahia) e às rodovias ligadas ao *ferry boat*. (Fig. 06)

Figura 06- Zonas de Influência Comercial (1959)



Fonte: SANTOS, 1959, p.64.

A instalação das redes técnicas no Recôncavo começa, destacadamente, com o uso do território, através de rodovias, a rede de energia elétrica e, por fim, a rede de telecomunicações, e agora, de teleinformática que permitiu a redução do tempo de interação entre os lugares. O que está distante se aproxima virtualmente. A história do território pode ser entendida a partir da instalação das redes técnicas e o papel que desempenham na organização territorial.

Segundo Milton Santos (2000), faz-se necessário estabelecer pedaços do tempo, que sejam capazes de caracterizar e assegurar o movimento do todo. Para este autor, o entendimento da história da organização do território, pode ser avaliado em três momentos distintos, a saber: o meio natural, os meios técnicos e o meio técnico-científico e informacional.

Diante da pluralidade conceitual que este tema dispõe o mesmo não deve ser visto de um único ângulo, é preciso lançar mão da análise das vias históricas de São Francisco do Conde para entender a dinâmica territorial, pois são diversas as variantes para a explicação e entendimento deste lugar, especificamente a questão das desigualdades sociais.

Assim, passaremos ao terceiro capítulo onde trataremos a dinâmica socioeconômica que resgatou o município das condições de marasmo e pobreza a qual Castro, Pedrão, Brandão, Santos, e outros autores discutem.

3.3 AGROINDÚSTRIA DO RECÔNCAVO: OS TEMPOS DO AÇÚCAR

No século XVIII, em 1757, segundo Pedreira (1998, p. 18), citando registro dos vigários locais sobre as relações das Freguesias, afirmou que existiam 43 engenhos na freguesia de São Francisco da Barra do Sergipe do Conde, conforme demonstrado no quadro 2, que pertenciam à cidade de Salvador. Já no final século XIX existiam 56 engenhos nas terras de São Francisco do Conde e 18 na freguesia de São Sebastião das Cabeceiras do Passé. Esta foi desmembrada do município de São Francisco do Conde em 1926 (PEDREIRA, 1998, p.112), com a criação do município desse nome, hoje São Sebastião do Passé.

Quadro 2 - Freguesias de São Francisco do Conde

FREGUESIAS	ENGENHOS
São Gonçalo (sede)	Cajaíba, São José, Vanique, Marapé, Dom João, Macaco das Pedras, Gurgainha, Colônia, Bananeiras, São Lourenço, Buranhem, Capim Mirim, Fazenda do Meio, Itatigui, Piquara, Macaco, Santa Clara, Ladeira.
Nossa Senhora do Monte	Guahyba, Engenho de Baixo, Engenho D'água, Madruga, Monte, Paramirim, Cassarangongo, Quibaca, Maracangalha, Cabaxi, Sapucaia, Pinheiro, Pouco Ponto, Limoeiro, Grama, Lagoa, Santa Cruz, Quissengo, Engenho Novo, Bomfim, Mombaça, Mucury, Cravassú, Ilha das Fontes.
Nossa Senhora do Socorro	Santo Estêvão, São Lourenço, Almas, Copa, Cinco Rios, São Gonçalo, Pindoba, Piedade, Mataripe, Barreto, Tanque, Cobé, São Paulo.

Fonte: PEDREIRA, 1998, p.113, Adaptação Jaciara de Santana, 2010.

Estes engenhos eram conhecidos como usinas na região e representavam, no final do século XIX, em avanço tecnológico que provocou alterações no quadro econômico e social da Bahia e em especial em São Francisco do Conde. Nestas povoações havia pouca população, sendo a maior parte pobre, mas ainda restavam famílias de gente nobre, e rica pelos produtos de seus engenhos. Peixes, camarões, xangó e caranguejo constituíam o sustento básico da população (PEDREIRA, 1998, p.18).

O comércio se desenvolvia em torno das produções agroindustriais dos engenhos e pelos frutos do mar vendidos nas feiras livres pelas negras em Salvador. A agricultura, com os engenhos e usinas contribuía como fator de povoamento nos

lugares onde se inseria. Fazendo uma análise do conjunto destes fatores observa-se a agroindústria do Recôncavo em situação de declínio. As plantações se concentraram basicamente em terras do massapé onde se situam os municípios de Santo Amaro da Purificação e São Francisco do Conde.

No município de São Francisco do Conde, a agricultura, segundo Pedreira (1998, p.110), esteve fundamentada nas culturas de cana-de-açúcar, cacau branco, banana, mandioca e laranja, dentre outras. A cultura da cana-de-açúcar foi a primeira implantada no município, desde a época colonial.

Em decorrência da necessidade de manutenção e funcionamento dos engenhos houve necessidade de se introduzir o braço servil dos escravos que eram trazidos da África para trabalhar na lavoura da cana. Naquele local, sempre houve interesse pela agricultura em geral, especialmente a relativa à cana-de-açúcar, refletido nos inúmeros engenhos ali existentes.

Neste lugar instalou-se, na metade do século XIX, o Imperial Instituto Baiano de Agricultura – IIBA, em São Bento das Lajes, no antigo Mosteiro de Nossa Senhora das Brotas, em um terreno pertencente ao Conde de Linhares (PEDREIRA, 1998, p.112). Instalou-se neste local, em 1832, a Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria da Bahia, e posteriormente foi construído o Imperial Instituto Baiano de Agricultura, a célebre Escola Agrícola de São Bento das Lajes, hoje totalmente em ruínas.

O Imperial Instituto Baiano de Agricultura – IIBA foi criado em 1859, sendo a primeira instituição *stricto sensu* de ensino e pesquisa agropecuária no Brasil. A instituição contava em suas edificações originais com laboratório adaptado a um pavilhão central de três andares apoiado por outras construções de menor porte para os trabalhadores de campo e de uma estação experimental. Desenvolveu nos seus primeiros 50 anos pesquisas e experimentos que muito contribuíram para a expansão e consolidação das lavouras de cana-de-açúcar, fumo, mandioca e algodão no Recôncavo Baiano. (SANTOS, 2004).

A partir da década de 30 a escola foi transferida para Salvador, instalada na Hospedaria dos Imigrantes de Mont Serrat, onde funciona o CRA – Centro de Recursos Ambientais, hoje o INEMA – Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Em 1945, já com o nome de Escola Agrônômica da Bahia, foi transferida para o município de Cruz das Almas, vinculando-se à Universidade Federal da Bahia, a partir de 1970.

O açúcar passou ao longo dos séculos pela queda dos preços e decadência da sua importância na pasta da economia nacional. Como concluiu Costa Pinto em meados do século passado:

Nessas condições de produção e de mercado, as atividades nas usinas foram encolhendo até cessar a função inovadora e pioneira que historicamente teve no sistema econômico e no meio social do Recôncavo açucareiro. (...) Hoje só há resquícios desses empreendimentos inovadores, pois ali se criaram condições tais que a concorrência foi abolida e as usinas ficaram com o controle monopolístico de uma economia pouco desenvolvida e rotineira, de tal modo que secou todas as fontes de estímulo à renovação. A Usina, assim, passou também para o quadro tradicional, no Recôncavo, em relação ao qual seu aparecimento, quando ocorreu, representou profunda revolução tecnológica, econômica e social (COSTA PINTO, 1958. apud In. BRANDÃO, 1998, p.143).

Assim, pouco a pouco as usinas foram encerrando suas atividades e as 323 usinas existentes no Recôncavo em 1950 entraram em declínio levando ao Recôncavo pobreza e desemprego. Paralelo à queda do açúcar, o fumo já vinha perdendo importância comercial e nos meados do século XX estava em crise apesar dos esforços do Instituto Baiano do Fumo, situado em Cruz das Almas em se reestabelecer.

Esse processo de franca desorganização e decadência acabaram por levar os trabalhadores desempregados a migrarem para outras áreas onde a economia estava em expansão. Centros como Salvador, Camaçari, Cruz das Almas, Muritiba e Santo Antonio de Jesus é que receberam essa população migrante e os municípios onde no passado se constituíam como centros importantes, estagnaram, coincidindo este ciclo com o início da extração de petróleo no subsolo baiano (BRANDÃO, 1998).

As famílias dos senhores de engenho e dos usineiros residiam em Salvador e suas atividades produtivas estavam no Recôncavo, mas isso não garantia a fixação das famílias na zona produtiva. A residência na cidade, onde permanecia a maior parte do tempo era, assim, a residência mais importante.

O senhor do engenho e depois o usineiro passavam a frequentar suas propriedades em apenas dois momentos: no corte e na moenda da cana. Este é um elemento que justificaria o pouco dinamismo dos núcleos urbanos no Recôncavo refletindo na pequena variedade de ofertas de bens e serviços nestes núcleos. Quem podia, consumia os produtos em Salvador, tudo era adquirido na capital.

A comercialização e financiamento do açúcar eram realizados em Salvador, restando o trabalho pesado da produção ao Recôncavo. As cidades que surgiam tinham como traço marcante o latifúndio, a monocultura e a escravidão, representando uma estrutura arcaica, rígida e sem dinamismo econômico, daí resultando a pobreza e o marasmo destas cidades, como afirma Pedrão (1984).

3.4 A PETROBRÁS EM SÃO FRANCISCO DO CONDE: IMPLANTAÇÃO E DESDOBRAMENTOS?

No final dos anos 40 do século XX, mais precisamente em 1947, a região do Massapé ao fundo da Baía de Todos-os-Santos, onde se plantou cana-de-açúcar por quatro séculos, viu brotar a exploração do “Ouro Negro”. Seria assim inaugurado o novo ciclo da indústria petrolífera com a extração mineral surgida naquelas terras. O petróleo não foi como a usina, afirma Costa Pinto (1958, p. 18), que significou um avanço tecnológico na produção de açúcar, mas sim “o laboratório de uma experiência humana” (BRANDÃO, 1998, p.18).

No cenário regional configura-se o território do Recôncavo Baiano até 1960, como única província petrolífera no Brasil, onde então foram descobertos os campos de Lobato/Joanes (1939), Candeias (1941), Aratu (1942), Itaparica (1942), Dom João – São Francisco do Conde (1947) Pedras (1950), Paramirim (1951), Água Grande (1951), Mata de São João (1953), Pojuca/Central (1953) e os campos marítimos da Baía de Todos-os-Santos.

Ao chegar à Bahia, o corpo técnico da Petrobrás não se instalou nas cidades do Recôncavo, mas em Salvador. Surgiu então, uma nova classe social oriunda das atividades da empresa petrolífera. Criaram-se acampamentos para os engenheiros, técnicos e operários que se superpõem ao território, enquanto estava na jornada de trabalho e como um elemento estranho à estrutura tradicional existente; advindas de lugares diferentes, em diversas escalas e temporalidades (BRANDÃO, 1998).

Importou-se de tudo para a instalação destes acampamentos e da indústria, um verdadeiro entrave. As famílias pertencentes à classe de mão de obra técnica, portanto, mais especializada, fixou-se em Salvador, pela precariedade dos serviços oferecidos nas cidades de menor porte, pela ausência de habitação adequada, de saneamento básico, de conforto e lazer (BRANDÃO, 1998).

Assim, modificam-se os lugares e se introduzem novos agentes que alteram as condições de vida e produção deste lugar, como assinala Santos (2006), em *A Natureza do Espaço*:

No lugar - um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições - cooperação e conflito são a base da vida em comum. Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contigüidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade. O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade (SANTOS, 2006, p.218).

O caso de São Francisco do Conde é relevante ao se constituir como um lugar em constante mudança onde as liberdades aparecem progressivamente e se enlaçam com o desenvolvimento esperado para este lugar. Segundo os estudos do Conselho Nacional de Petróleo – CNP (1947), existiam no município de São Francisco do Conde, o campo D. João (poços petrolíferos), o campo de D. João - Mar (com poços marítimos de gás) e parte do campo de Candeias.

Passadas seis décadas, nem mesmo a Petrobrás, que no primeiro momento criou condições para a modernização das estruturas técnicas no Recôncavo instalando os sistemas de engenharia e integrando a economia baiana a outras regiões, foi capaz de produzir grandes alterações no quadro social estabelecido neste lugar.

Para Santos (1959), a unidade do Recôncavo provinha e provém das reações mantidas de longa data entre suas várias porções com vocações e atividades diferentes: Recôncavo canavieiro, o fumageiro, o mandioqueiro e da cerâmica e o pesqueiro das zonas litorâneas.

Por exemplo, a Petrobrás, modifica as relações sobre o território, pois a chegada de “uma massa considerável de homens desacompanhados de esposas ou companheiras com sistema de valores típicos da cultura brasileira é o seguinte fato: o número de prostitutas de uma cidade dobra mensalmente” (BRANDÃO, 1998, p.198), alterando as relações sociais, e modificando as formas de cooperação entre a Petrobrás e estas cidades.

Esta estrutura dominante do período colonial oferece resistência às mudanças da contemporaneidade, persistindo, por exemplo, o preconceito e o racismo. As camadas mais desprivilegiadas da população, onde se encontram a maior parte de

afrodescendentes, ocupam postos de trabalho que não exigem qualificação - os subempregos – ou vivem do trabalho informal.

Na figura 07 observam-se os trabalhos de infraestrutura para a construção da Refinaria de Mataripe, onde os trabalhadores rurais fazem todo trabalho braçal de fundação da refinaria.

Figura 7 - Trabalhadores braçais na construção da RLAM – final dos anos 1940



Fonte: MATTOS, 2000, p.44

Para Oliveira (2002), muito embora a ideia de Recôncavo esteja associada à grande propriedade, à riqueza, jamais existiu um predomínio do sistema fundiário do Recôncavo nas grandes propriedades, mas sim um subsistema agro-produtivo que acaba gerando uma base fundiária própria, como, por exemplo, na economia canavieira, a pequena propriedade ocupada com agricultura de subsistência, tendo cada sistema suas particularidades, o que permite a singularidade do Recôncavo.

Os impactos da instalação da Petrobrás no território de São Francisco do Conde rebatem-se muito amplamente na zona rural onde, segundo Brandão (1998), se deram os processos de pesquisa, lavra, refinação e embarque do petróleo, evidenciando o choque entre a economia e a sociedade tradicionais ali estabelecidas. A expectativa alimentada inicialmente pelas forças políticas e econômicas regionais era de que a Petrobrás na Bahia e no Recôncavo pudesse

reativar economicamente a região. Todavia, esta se limitou à produção de óleo e do gás natural bem distante do que almejavam os políticos locais.

A construção da Refinaria Nacional de Petróleo S.A. é iniciada em 1947 com as obras de terraplanagem, (Fig. 08 e 09) mas, só em 1949 esta construção é efetivada, na Fazenda Barreto localizada entre os rios Mataripe e São Paulo, no território de São Francisco do Conde, conforme Matos, (2000) "... numa região desprovida de condições de infraestrutura para o recebimento de uma indústria", estando esta ligada à descoberta dos primeiros poços de petróleo no País na região do Recôncavo Baiano, onde historicamente plantava-se cana-de-açúcar, fumo e outras culturas (MATTOS, 2000, p. 36).

Figuras 8 e 9 - Terraplanagem para construção da RLAM – final dos anos 1940



Fonte: MATTOS, 2000.

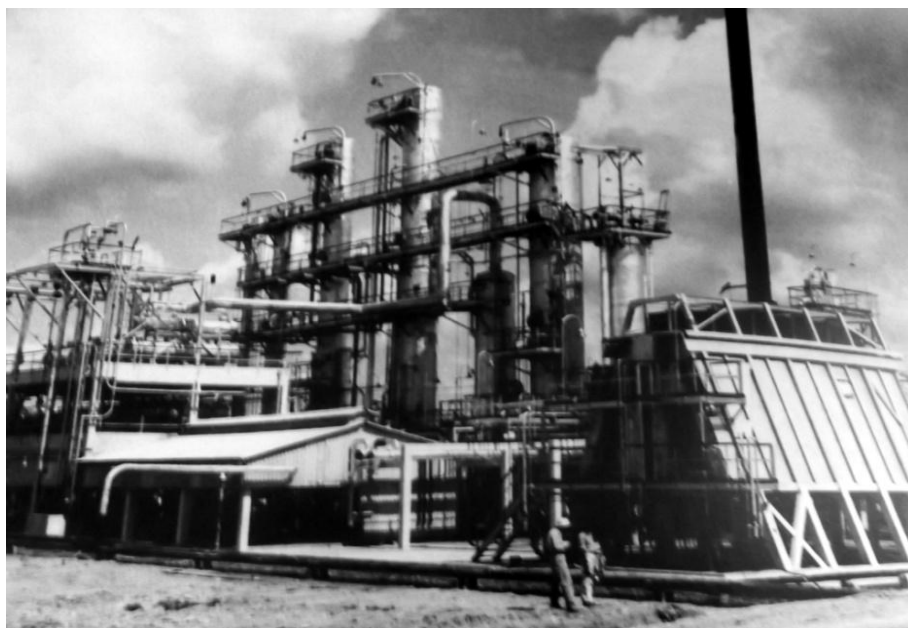
Sua construção envolveu trabalhadores rurais e pescadores, da região, que mesmo sem preparo técnico, enfrentaram as intempéries do trabalho pesado para ver a obra avançar; uns treinavam nas máquinas enquanto outros cavavam os buracos para construção do campo.

Esta construção envolveu um batalhão de pessoas segundo MATTOS (2000):

Pescadores, marisqueiras, pequenos agricultores e trabalhadores rurais se viram, de repente, envolvidos numa experiência pioneira, avançada. A Baía de todos os Santos serviu de estrada, meio, instrumento importante no projeto da primeira planta. A Refinaria nasceu ao seu lado, usando a força do trabalho da gente do recôncavo. A tecnologia adentrava Mataripe pelas mãos da criatividade artesanal de uma gente que jamais provara do trabalho industrial (2000, p. 15).

Tudo isso, constata a realização do ideal político da época: a construção da primeira Refinaria de petróleo do Brasil, construída na Bahia, conforme a figura 10 demonstra a seguir:

Figura 10- Refinaria RLAM – Início dos anos 1950



Fonte: MATTOS, 2000, p.228

Assim em 1953 com a criação da Petrobrás, a refinaria foi incorporada ao patrimônio da companhia, passando a chamar-se Refinaria Landulpho Alves – Mataripe (RLAM), em homenagem ao engenheiro e político baiano Landulpho de Almeida Alves, que muito lutou pela causa do petróleo no País e a criação da Petrobras.

Como interventor Federal na Bahia, no governo Getulio Vargas (1930-1945) Landulpho de Almeida Alves pleiteava desde 1938 a construção de uma refinaria em território baiano, o que só foi autorizado pelo governo federal em 1946. Embora tenha sido inaugurado em 1950, o Conselho Nacional do Petróleo - CNP já havia recebido pedido do interventor desde 1938 para que ali fosse construída uma refinaria, justificando que a Bahia era na época, o único estado a produzir o *ouro negro* (MATTOS, 2000, p.52).

A era da indústria acabou formando uma nova classe social: a operária, egressa do trabalho com a agricultura e da pesca, inaugurando um novo ciclo econômico na região, ocupando um cenário onde até então reinava a agroindústria da cana-de-açúcar: “Região estratégica na ocupação do território colonial, o Recôncavo da Bahia sediou nos primeiros séculos da história do Brasil o complexo agro-canavieiro, responsável pela efetiva ocupação do país. (MATTOS, 2000, p.16)”.

Assim nos anos 50 do século XX, Landulpho Alves assiste e participa da “montagem e expansão da indústria do refino, base para o desenvolvimento da economia baiana, que após a implantação do seu pólo petroquímico, se prepara para o novo ciclo de desenvolvimento” (Mattos, 2000, p.15). A refinaria desponta no cenário local como fator de mudança ao conjunto da economia regional, como mostra o quadro da evolução histórica do petróleo na Bahia:

Quadro 03- Evolução histórica do petróleo na Bahia

ANO	ACONTECIMENTOS
1931	Briga de vizinhos por conta de poço que expelia uma lama negra misturada com óleo, em Lobato desperta a atenção de Oscar Cordeiro, presidente do Sindicato dos Agricultores de Cacau, para o estudo sobre o petróleo na Bahia.
1938	É criado o Conselho Nacional de Petróleo (CNP), por meio de Decreto-Lei nº 395, de 29 de abril. Seria responsável pela política nacional de combustível.
1939	Oficialmente é descoberto o petróleo no Brasil em 21 de janeiro, ao jorrar óleo no poço 163, em Lobato.
1947	O desenvolvimento da pesquisa e o conseqüente aumento da produção de petróleo despertam a necessidade de construção de uma refinaria junto ao local de produção de óleo. Neste ano inicia-se a construção da estrada Mataripe – Salvador.
1949	Inicia-se a construção da Unidade de Negócio Refinaria Landulpho Alves (UN-RLAM), pela empresa norte-americana M. W. Kellog.
1950	A montagem da Unidade 1 é concluída em março sendo realizados testes até julho. Em 17 de setembro é dada a partida da unidade em solenidade com a presença do então presidente da República Eurico Gaspar Dutra.
1956	Inauguração do oleoduto ligando as regiões de produção de Catu, Pojuca, Mata de São João e Candeias à Refinaria de Mataripe e ao Terminal Marítimo de Madre de Deus, com capacidade de escoamento de 60.000 barris por dia.
1958	Inaugurados os oleodutos que ligam Mataripe a Madre de Deus, com a função de transportar produtos produzidos na RLAM a outros pontos do país.
1959	Concluída a primeira fase da ampliação da refinaria a Unidade de destilação Atmosférica (U-4) e a de Destilação a Vácuo (U-5).
1960-1969	As novas unidades começam a operar aumentando a capacidade de produção da RLAM para 42.000 barris, 55 toneladas de parafinas. Inauguradas outras unidades: Fábrica de Asfalto U-21, U-7ª Unidade de Fracionamento de Naftas;
1970-1978	Implantada na RLAM a Unidade de Fracionamento de LGN – U-8; Ampliação da U-6; Ampliação das Unidades de Tratamento de Águas; Ampliação da Planta de Lubrificantes-U-18, U-23, U-24 e U-25.
1984	Início de operação da Unidade N-parafina (U-30), na RLAM
1999	Início das obras de terraplanagem da Termoelétrica da Bahia - Termobaia, a primeira a gás natural do Estado.
2001	Inauguração da Unidade de Craqueamento Catalítico (U-39) na RLAM.

Fonte: MATTOS, 2000, p.226-229. Adaptado e atualizado por Jaciara de Santana, 2011.

A forma de atuação da Petrobrás no território do Recôncavo se restringia à aplicação dos recursos nas obras de ampliação da RLAM – Refinaria Landulpho Alves, na abertura de estradas e asfaltamento, portanto, com interesses voltados à

própria companhia. Basicamente, a RLAM limitava-se à produção de gasolina, querosene, óleo diesel, óleo combustível e gás liquefeito do petróleo.

Em março de 2006, a RLAM alcançou um novo recorde de processamento de petróleo, com 1.348.225 m³ de carga, o que equivale a uma média diária de 43.491 m³ (273.550 barris). Até então, o melhor desempenho mensal da refinaria havia sido registrado em agosto de 2005, com a marca de 1.292.153 m³, equivalente a uma média de 41.682 m³/dia (262.172 barris/dia), (Brasil, 2011).

É importante comparar a RLAM a outras refinarias de diferentes regiões no Brasil, a exemplo de Cubatão, Refinaria Presidente Bernardes-SP, criada em 1955, onde já se produzia asfalto e em 1958, iniciou sua produção de insumos petroquímicos básicos (eteno, propeno, metano, hexano...), incentivando a instalação de unidades de amônia e de fertilizantes e, como resultado para o seu território, a ampliação do parque industrial de São Paulo, o que demonstra maior investimento da companhia neste estado em detrimento dos demais estados da federação. Contudo, é preciso considerar que na época a industrialização de São Paulo já estava bastante avançada, fato que não ocorria com a Bahia, onde o Pólo Petroquímico, localizado em Camaçari, só foi inaugurado duas décadas depois, ou seja, em 1978.

Acrescente-se a isso o fato de que a Petrobrás pagava em *royalties* aos estados (5%) e aos municípios (1%), sendo que esse percentual era recolhido apenas nas instalações continentais não incorporando as áreas da plataforma, somente sendo revertida esta situação em 1961 quando a questão judicial foi favorável ao estado da Bahia e aos municípios.

Um dos principais benefícios trazidos pela Petrobrás à região foi a abertura das estradas. Devido ao clima, no período chuvoso os solos de massapé se tornavam lamacentos e os atoleiros eram comuns impedindo as viagens de carroça e de automóvel, sendo comum chegar a São Francisco do Conde, principalmente, a cavalo ou por mar. A primeira estrada pavimentada no Recôncavo data de 1950. Estas novas estradas deram maior fluidez ao território, sendo responsáveis por uma maior circulação de dinheiro e investimentos desencadeando um rápido processo de urbanização. Este processo urbanístico é estudado por autores como Costa Pinto (1958), Thales de Azevedo (1959), Cristóvão Brito (2004) dentre outros, como elemento que desempenha a função na atração da população para os municípios onde a Petrobrás se instalou.

A partir da construção da Refinaria e do Polo Petroquímico de Camaçari muitas transformações ocorreram na RMS – Região Metropolitana do Salvador, constituída por municípios como Candeias, São Francisco do Conde, Madre de Deus, São Sebastião, Camaçari e principalmente, Salvador que alteraram a economia e a forma de viver dos residentes neste território. Alterações significativas, sobretudo o desenvolvimento econômico e tecnológico, conforme assinalado por Santos (1959), que acabaram por produzir mudanças na estrutura social e nos sistemas institucionais que se organizam impondo um novo ritmo ao cotidiano da população, sem que esta estivesse preparada para desempenhar essas novas funções.

Em São Francisco do Conde alterou-se todo modo de vida da população que anterior a esta mudança passou pensar em novas alternativas de laborar, principalmente, os agricultores, pescadores e marisqueiros locais viram na Petrobrás a possibilidade de ascenderem na empresa. Segundo entrevistados locais e residentes mais antigos, era o desenvolvimento chegando até a cidade. Vislumbrava-se que as condições oferecidas pela empresa eram únicas para quem vivia do que produzia, assim conforme relato de morador antigo: muitos jovens foram absorvidos pelo progresso.

Neste contexto globalizado, surge uma nova geração de políticos locais e/ou empresários, que muitas vezes financiados pelo capital externo à região, acabam provocando uma drenagem dos lucros para outros lugares. Essas verticalidades acabam assegurando o funcionamento da economia global que, utilizando-se de pontos e relações em diferentes territórios e asseguram a manutenção dos elevados índices de desemprego e pobreza nesta região.

Mesmo com as tensões sociais que o tema inclui não se pode deixar de assinalar que as transformações foram muitas e que continuam ainda hoje no território franciscano, mas a localização geográfica de São Francisco do Conde, bem próxima à Capital, acaba sendo desfavorável ao seu desenvolvimento. Porém, há de se ressaltar que novas empresas instalam-se na região, atraídas por incentivos fiscais e aliadas à vontade dos empresários e políticos locais, interessados em diversificar as atividades, por julgar que a região possui uma localização geográfica favorável.

Pode-se assinalar, por exemplo, a Construção da Fábrica de Calçados Belpasso, em 2004, na administração do Sr. Antonio Calmon, a mesma oriunda de Paraí - RS, construída e instalada no povoado da Baixa Fria – no distrito Sede do

município de São Francisco do Conde, atraída por incentivos fiscais da Agencia de Fomento da Bahia – Desenbahia, com financiamento de R\$ 1,76 milhões e o município arcando com toda infra-estrutura de terreno e galpão, cerca de 2,4 mil m² para instalação. A mesma deveria produzir tênis das marcas Skiboo e Dudabell e empregar inicialmente 150 pessoas até chegar a um mil quando estivessem funcionando com capacidade plena, segundo dados divulgados pela empresa (BAHIA, 2001).

Segundo o ex- prefeito, seria parte de uma política de diversificação da economia local e geração de empregos implementada pelo município e apoiada pelo governo do Estado da Bahia visando criar alternativas para os jovens que estariam entrando no mercado de trabalho e não são admitidos pela Refinaria RLAM, por não terem especialização para trabalhar na indústria do petróleo. A Belpasso retirou-se do território franciscano, em 2008 demitindo os 300 empregados da época e levando todos os equipamentos que trouxe ao se instalar, junto com a saída do prefeito que a trouxe para o município não alterando muito as perspectivas de desenvolvimento para o município. (BAHIA, SEPLAN, 2008).

3.5 METODOLOGIA DA PESQUISA

O processo de pesquisa utilizado para captar a dinâmica empreendida no território sanfranciscano está assentado na perspectiva exploratória. Classifica-se como estudo de caso, sendo que o mesmo possibilita ao pesquisador aprofundar estudo sobre um determinado tema, com tempo limitado, requerendo ainda uma aproximação cientificamente planejada, identificando suas variáveis e analisando suas inter-relações de permitir ao pesquisador trabalhar num tema que é de seu real interesse.

Optou-se pelo estudo de caso nesta pesquisa porque representa, conforme YIN (2002) “[...] a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo “como” e “porque”, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se concentra em fenômenos contemporâneos [...], tais como estudos organizacionais e gerenciais, econômicos, mudanças históricas, etc.” (YIN, 2002, p.35).

Convém ressaltar, que no estudo de caso segundo Gil (2010, p.38), existe uma preocupação em fornecer pouca base para se fazer uma generalização científica,

isto é generalizar a partir de um único ou de poucos casos de fato fornece uma base muito frágil para a generalização, o que chega a ser apontado como uma das suas desvantagens. Entretanto, é aqui admitido conforme Gil (2010), que os propósitos do estudo de caso, proporcionem uma visão global do problema ou de identificar possíveis fatores que o influenciam ou são por ele influenciados. O objetivo aqui é se “[...] fazer uma análise “generalizante” e não” particularizante” [...] do problema (YIN,2002, p.43).

Tudo isto visto e analisado na ótica de uma pedagoga, nativa e domiciliada no lugar, oriunda da estrutura agroindustrial, filha dos primeiros trabalhadores desta engrenagem, um carpinteiro e uma doméstica, que pode questionar os fatos pela sua vivencia e conhecimento aprofundado que tem do lugar onde vive.

Esta estratégia permitiu ainda, utilizar dados de múltiplas fontes (primárias e secundárias) e de natureza diversa (quantitativos e qualitativos), o que possibilitou lidar com uma variedade de evidencias para tentar responder a questão central desta pesquisa e outras dela decorrentes.

O caminho percorrido no processo de pesquisa compreendeu, assim, duas fases complementares, cujos resultados de cada fase contribuíram para a composição dos diferentes capítulos da dissertação.

Na primeira fase, utiliza-se uma abordagem exploratória, constituída da revisão bibliográfica, documental e iconográfica, buscando-se compreender o problema de pesquisa através da análise de documentos oficiais. Fase onde, de forma mais detalhada volta-se no tempo analisando a situação de desenvolvimento histórico do Recôncavo da Bahia, seu passado colonial e suas contradições de cunho sócio econômico, até se chegar ao local, São Francisco do Conde, tecendo uma reflexão quanto ao seu desenvolvimento urbano. Investigou-se a natureza dos problemas vivenciados em São Francisco do Conde, trazendo aspectos do quadro social que permeiam a realidade local.

Este quadro reforçou a necessidade de percorrer algumas pistas investigativas encontradas em autores que trabalham conceitos como riqueza e pobreza, território e desenvolvimento o que permitiu uma visão ampla do objeto de estudo. Assim para o entendimento conceitual de desenvolvimento, tomou-se como referencia básica: Amartya Sen 1998 e 2000; Silva e Silva, 2006 e Souza (2002) em suas abordagens os autores enfatizam a concepção de desenvolvimento numa perspectiva de igualdade de condições de vida.

No caso de Território optou-se por buscar um aporte em Souza (2002); Haesbaert (2004) e Silva e Silva (2006) por centrarem suas discussões numa perspectiva multidimensional, que vão além da dimensão econômica. Complementando a revisão bibliográfico-documental pertinentes aos conceitos norteadores do estudo, realizou-se antes e durante todo o processo de pesquisa foram também efetuadas consultas nas bases de dados da CAPES, do CNPQ, dos Sindicatos bem como em outros sítios especializados e disponíveis na *web* para verificação de referências anteriores relativas a indústria petrolífera e o desenvolvimento sócio territorial em municípios que vivem da exploração de petróleo. Bem como, pesquisa documental e iconográfica realizada com o intuito de sistematizar a análise das fontes para identificar as razões da implementação da industrialização, bem como suas fragilidades, conflitos e a sua influência no território sanfranciscano.

Por esta razão, paralelamente a revisão bibliográfica realizou-se um levantamento preliminar de dados por intermédio de: documentos oficiais, artigos publicados, registros na imprensa (jornais, revistas locais, regionais e nacionais); sítios oficiais (IPEA, SEI-BA, ONU, IBGE) e outros de interesse correlato disponíveis na *web*.

Para isso foi necessário rever documentos referentes à formação histórica, territorial e administrativa sanfranciscana, além de estudo dos mapas e documentos oficiais da Prefeitura Municipal local. Ainda foram analisados relatórios, gráficos e tabelas para caracterização da situação da produção petrolífera. Também se estudou as leis e normas que deliberam os processos de produção petrolífera, ambientais e trabalhistas para contextualizar com a realidade industrial do petróleo no território franciscano. Foram analisadas e comparadas fotos atuais e antigas de São Francisco do Conde, para se entender os aspectos relativos às transformações territoriais no período de 1950 a 2007. Estes e outros documentos foram encontrados nas próprias indústrias petrolíferas, nos Sindicatos SINDIPETRO e SINDIQUIMICA; IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), dentre outros.

Desta fase resultou a fundamentação teórica, utilizada como diretriz no processo de pesquisa e como base para análise dos dados obtidos, e que se estruturaram no capítulo dois e três. No capítulo dois abordam-se as dimensões teórico-conceituais do Recôncavo baiano e de São Francisco do Conde com suas perspectivas e contradições e no capítulo três onde apresentam-se aspectos da

vida econômica e agroindustrial de São Francisco do Conde e seus reflexos até a construção da Petrobrás em seu território.

Os resultados obtidos na configuração da segunda fase da pesquisa serviram como referência para preparação da última fase, a pesquisa de campo, usando-se como fontes de informações entrevistas qualitativas, questionários compreendendo questões abertas e fechadas e a observação direta; abordando situações como salários, mão de obra e qualidade de vida dos envolvidos na produção industrial e dos munícipes que vivem de outras atividades. Ainda foram analisadas as opiniões dos trabalhadores da indústria referentes a questões do território, desenvolvimento, do meio ambiente e a respeito da qualidade de vida da população local.

No levantamento e análise de dados secundários da pesquisa levaram-se em consideração o contexto econômico local e o momento histórico, no qual existe uma interação com outros contextos, envolvendo outras escalas, ou seja, a riqueza produzida em São Francisco do Conde pertence a um contexto local, portanto micro, e está relacionada diretamente a contextos maiores (macro) _ regional, nacional e global - seja pela lógica espacial da territorialização e institucionalização das políticas e práticas econômicas utilizadas no território.

Na pesquisa de campo, utilizaram-se como técnica os questionários; foram aplicados 500 questionários e 50 entrevistas estruturadas com pessoas envolvidas na atividade petrolífera de São Francisco do Conde e seu entorno, como funcionários das empresas empreiteiras envolvidas na produção e refino de petróleo, produtores rurais, trabalhadores da indústria, gestores locais, estudantes e residentes de forma geral.

Segundo SEVERINO (2007), os questionários representam:

Conjunto de questões, sistematicamente articuladas, que se destinam a levantar informações escritas por parte dos sujeitos pesquisados, com vistas a conhecer a opinião dos mesmos sobre os assuntos em estudo. As questões devem ser pertinentes ao objeto e claramente e formuladas, de modo a serem bem compreendidas pelos sujeitos (SEVERINO, 2007, p.125).

Segundo este procedimento aplicou-se 300 questionários na Sede do município de São Francisco do Conde, sendo 200 aplicados com os alunos da terceira série do Ensino Médio do Colégio Estadual Martinho Salles Brasil, por já estarem saindo da escola para ingressarem no mercado de trabalho formal. E os 100 questionários restantes foram aplicados com os estudantes do último ciclo (correspondente à oitava série), da Educação de Jovens e Adultos - EJA, do noturno

que é constituído por trabalhadores nas empresas empreiteiras e concessionárias da Petrobrás e/ou de outros setores, residentes no município. Foi constatado também, através de observação e conversa informal, que os estudantes do turno diurno 65% parecem não terem expectativa de melhorar de vida através dos estudos, nem fazerem questão de assistir as aulas, muitos desfazem dos seus professores e relatam não precisarem se acabar de estudar para terem bons salários, bastando apenas serem assessores dos políticos para se darem bem na vida. No processo de pesquisa questionários, tem a função de expor as opiniões das pessoas sobre determinado assunto (Severino 2007). Tomando-se o Índice de Desenvolvimento Humano e a renda como indicador para se estabelecer a análise da riqueza gerada no município e a pobreza produzida pela distribuição desigual desta riqueza no território.

Diante da complexidade de se desenvolver um estudo com informações múltiplas, porém, difíceis de difundir no território sanfranciscano pelas circunstâncias específicas da realidade estudada conduziu-se as entrevistas e questionários, vinculados a opção metodológica com vistas a empreender as múltiplas visões sobre questões que envolvam o desenvolvimento do município.

Para Severino (2007), as entrevistas constituem-se em “Técnica de coleta de informações sobre um determinado assunto, diretamente solicitados aos sujeitos pesquisados. Trata-se, portanto de uma interação entre pesquisador e pesquisado”. (SEVERINO, 2007, p.124). Utilizou-se nesta dissertação as entrevistas estruturadas por serem:

Aqueles em que as questões são direcionadas e previamente estabelecidas, com determinada articulação interna [...] com questões bem diretas, obtém, do universo de sujeitos, respostas também mais facilmente categorizáveis, sendo assim, muito útil para desenvolvimento de levantamentos sociais (SEVERINO, 2007, p.125).

Aplicou-se 50 (cinquenta), entrevistas estruturadas visando levantar novas informações ou aprofundar outras relevantes ao tema abordado, como também compreender alguns aspectos não claros na pesquisa, mas relevantes no cotidiano do município de São Francisco do Conde e que fogem a objetividade das perguntas fechadas e que se fizeram presentes nos discursos dos entrevistados.

Também foram utilizadas as informações do banco de dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) da Secretaria de Desenvolvimento do estado

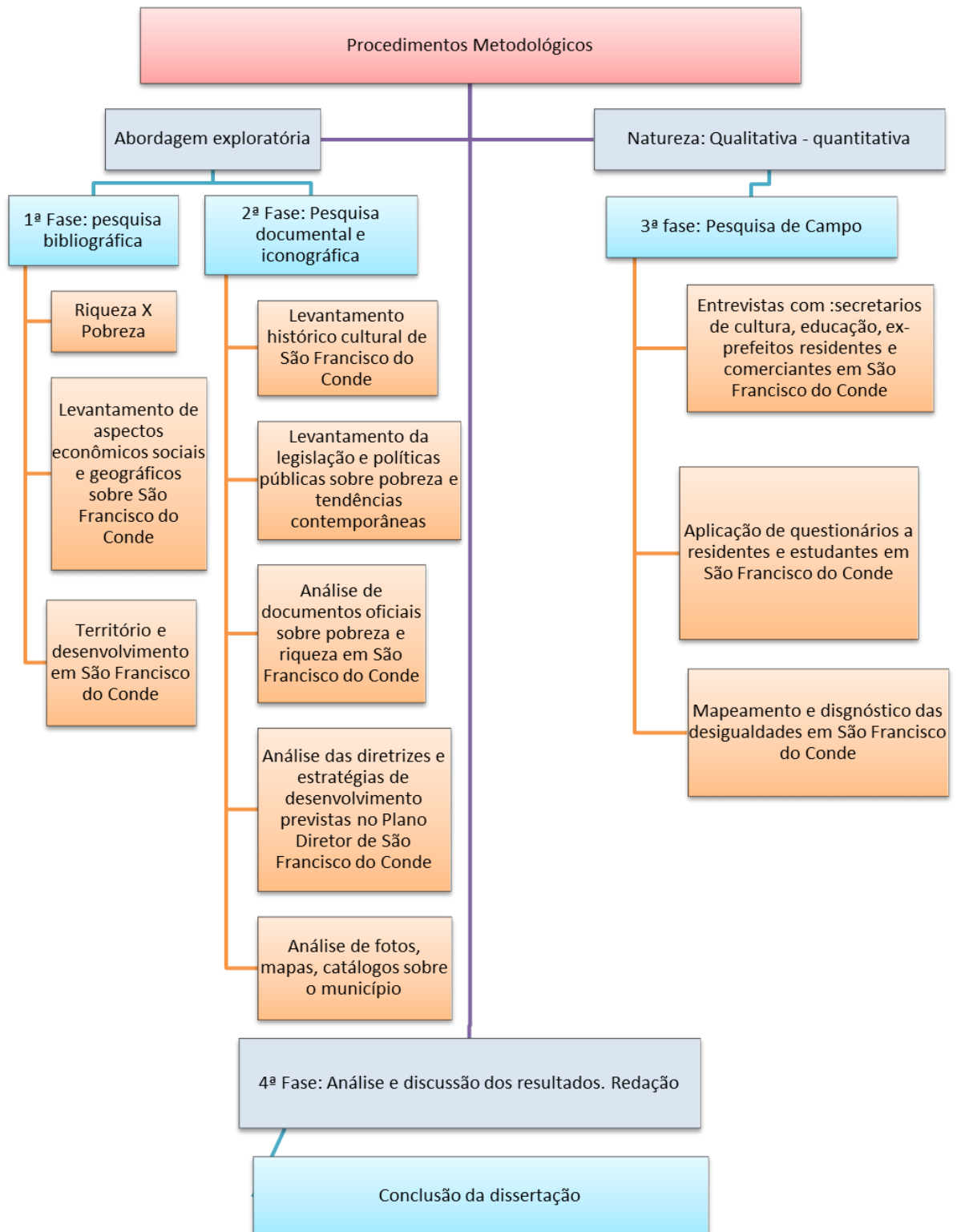
da Bahia, da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) e da Prefeitura Municipal de São Francisco do Conde.

Outra fonte de evidência utilizada no processo de pesquisa foi a observação direta, recolhendo informações sobre o objeto em estudo.

Construíram mapas para contextualizar a realidade no território petrolífero no Recôncavo baiano, especificamente em São Francisco do Conde. Assim pôde-se diagnosticar e mapear no território sanfranciscano, os locais onde se focalizam as desigualdades sociais mais latentes. Estes mapeamentos e as observações realizadas nos distritos sanfranciscanos, com os trabalhadores e estudantes do ensino médio atenderam ao objetivo de conhecer o estado atual de desenvolvimento em São Francisco do Conde e de avaliar as estratégias e políticas implantadas no território pelo Poder Público Municipal, bem como observar a ausência do Estado nas intervenções dos gastos públicos com atividades outras que acarretam mais pobreza para a população local.

Resumidamente, descrevemos o percurso percorrido no andamento da pesquisa, esquematizado na figura (Fig. 11):

Figura 11 – Fluxograma metodológico de pesquisa



Elaboração: Jaciara de Santana, 2011.

Discutiremos na sessão seguinte São Francisco do Conde no contexto atual, refletindo sobre questões referentes à vida social da população franciscana e seus aspectos econômicos.

4 SÃO FRANCISCO DO CONDE HOJE: CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO E DA ECONOMIA

Neste capítulo estudaremos as questões relativas à população e a economia de São Francisco do Conde.

4.1 POPULAÇÃO E ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

O crescimento do território sanfranciscano está intimamente ligado ao crescimento do Recôncavo baiano, que por sua vez está condicionado ao desenvolvimento econômico de Salvador.

No território sanfranciscano no período de 1940 e 1950 houve um decréscimo absoluto tanto na população urbana quanto na rural, enquanto que na década de 50/60 do mesmo século, inverte-se totalmente a situação apresentando um crescimento médio entre 40 a 70% da população urbana e “estagnação” da população rural entre a década de 40/50. Passou-se a década seguinte (60), a uma posição de “crescimento urbano forte” e “crescimento rural médio” (Castro, 1971, p. 32).

Na figura 12 demonstra-se como era à entrada da Refinaria RLAM em 1950, quando a mesma foi instalada no território franciscano, veja a seguir:

Figura 12- Entrada da RLAM – início dos anos 1950



Fonte: Arquivo RLAM- 1950, p. 38

Com o desenvolvimento dos campos produtores baianos, no final da década de 50, levou a uma ampliação da capacidade de processamento que passou, segundo MATTOS (2000), para 42 mil barris de petróleo dia.

A partir de 1970, a urbanização e o crescimento demográfico de Salvador e sua região metropolitana, acelerou-se devido à grande afluência de novos assentamentos, ocasionados pelo deslocamento de camadas de baixa renda de Salvador para a periferia desta cidade, conforme demonstra Brandão(1998). Este fenômeno foi condicionado, segundo o PDDU local, pelo setor industrial dinâmico (Complexo Petroquímico de Camaçari - COPEC, Refinaria Landulpho Alves - RLAM, Centro Industrial de Aratu – CIA e Terminal Marítimo de Madre de Deus – TEMADRE).

Na figura 13 demonstram-se tanques da refinaria RLAM, em 1950 manipulados por funcionários treinados para este serviço já que não havia naquela época mão de obra especializada para estas funções.

Figura 13– Tanques da RLAM - 1950



Fonte: Arquivo RLAM, 1950, p.39.

Observa-se na tabela 3, que não aparece população, na década de 50 em Candeias e Madre de Deus por pertencerem a Salvador; havendo na década de 60/70 um crescimento em termos demográficos considerável nestas cidades. Nas décadas de 70/80, porém com a reforma do terminal marítimo esse movimento voltou a se superar. Em São Francisco do Conde teve-se inicialmente um acréscimo

na população por conta da inauguração da refinaria em 1950, passando por um período de estagnação na década de 1980, voltando a crescer em 2000.

Candeias, desmembrada de Salvador em 1958, não permite acompanhamento de seu crescimento entre 1950 a 1960, porém em 1970 já aparece no cenário regional com uma das mais altas taxas de crescimentos do Recôncavo comparada à capital que surge com uma taxa de crescimento geográfico entorno de 6%, enquanto São Francisco do Conde aparece com apenas 1,5%, Candeias aponta um crescimento geométrico em torno de 9% ao ano.

Tabela 1 – População de São Francisco do Conde e entorno

Municípios	População						
	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Candeias ¹	----	18.229	34.195	54.081	67.936	74.507	83.077
Madre de Deus ²	----	5.232	8.152	8.296	9.190	12.915	17.384
São Francisco do Conde	11.181	18.200	20.738	17.825	20.238	28.144	33.172
São Sebastião do Passé ³	21.201	23.963	24.871	32.312	36.825	39.560	42.153
Salvador	424.142	621.905	850.239	1.493.685	2.072.058	2.556.429	2.676.606

Fonte: IBGE, Censos demográficos, 1953 e 2010. ¹. Município desmembrado de Salvador em 1959;

². Município desmembrado de Salvador em 1958; ³. Município desmembrado de Salvador em 1926/1931.

Demonstram-se, conforme tabela 1, que ao contrario de São Francisco do Conde o município de Salvador cresce demograficamente muito em relação aos municípios do seu entorno. Merece destaque também o município de São Sebastião do Passé que foi emancipado de São Francisco do Conde em 1926, por conta de Decreto nº 9.299, de 29/12/1934 e depois fora anexado novamente ao território sanfranciscano, sendo emancipado em 1931 (PEDREIRA, 1984, p.42).

São Francisco do Conde na década 60/70, conforme tabela 2, começa a perder o ritmo de crescimento populacional de forma acentuada após o período inicial ao advento da Petrobrás. Com um baixo crescimento populacional aparece como

“estagnada” contrapondo cidades como Salvador e Candeias que se caracterizam com “crescimento total forte”. Entre as décadas de 70 e 80, São Francisco do Conde decresce voltando a crescer demograficamente a partir de 1991 e 2010.

A tabela 2 abaixo mostra que as taxas de urbanização nestes municípios vêm crescendo significativamente ao longo das três décadas com destaque para São Francisco do Conde que até os anos 1980 apresentava o maior índice de população rural da Região Metropolitana de Salvador – RMS.

Tabela 2 – População Urbana e rural de São Francisco do Conde e entorno

Município	1970		1980		1991		2000		2010	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Candeias	75,4	24,5	78,1	21,8	93,5	6,5	90,3	9,37	91,4	8,6
Madre de Deus	73,3	26,5	76,9	23,1	95,3	4,7	96,34	3,66	97,0	3,0
São Francisco do Conde	29,1	70,8	39,6	60,3	84,3	15,5	83,21	16,79	82,6	17,4
São Sebastião do Passé	48,3	51,7	60,1	39,9	70,1	29,9	74,7	26,3	78,5	21,5

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1970-2010. Elaboração Jaciara de Santana, 2010.

A densidade demográfica no território sanfranciscano em 1967, segundo Castro (1971), era maior que em Candeias 100,3 hab/km² contra 94,31 hab/km² na cidade vizinha, contudo essa densidade era muito inferior a Salvador (2.920 hab/km²). Os censos demográficos registravam crescimento na microrregião onde se encontra o município de São Francisco do Conde, embora com taxas menores especialmente no município de Madre de Deus, onde houve uma queda de 1,05% a.a entre 1980 e 1991 conforme tabela 3.

No território de São Francisco do Conde, no período entre 1970 a 1980, verificou-se uma taxa negativa de crescimento de 1,55% a.a, conforme demonstrado na tabela número um e retificado na tabela três (3). O município de Candeias, que

na década anterior apresentava uma taxa de crescimento em torno de 5%, mostrase com um ritmo reduzido de crescimento (8,8%) no período 1980 e 1991.

Tabela 3 – População residente e taxa de crescimento anual por município - 1970 a 1980.

Município	População Total	População Urbana	População Sede	Taxa de Crescimento Anual
Candeias	67.936	61.432	61.432	2,08
Madre de Deus	9.190	8.799	8.799	-1,05
São Francisco do Conde	20.238	15.734	10.431	1,13

Fonte: IBGE, Censo demográfico, 1991. Elaboração Jaciara de Santana, 2010.

Em 1970, por conta da localização da Refinaria em Mataripe - São Francisco do Conde, a concentração populacional no distrito de Mataripe era aproximadamente a metade da população registrada em São Francisco do Conde (10.310 habitantes). Assim, a vila de Mataripe, criada inicialmente, para abrigar os operários que trabalhariam na implantação da Refinaria Landulpho Alves, passa, posteriormente, a ser utilizada como residência permanente, conforme Castro, (1971).

Em Mataripe estava o núcleo residencial de técnicos, com casas de propriedade da empresa de petróleo. Em 1960, já havia na vila um hospital e maternidade com 40 leitos, hotel, clubes, escolas, e restaurantes.

Costa Pinto (1953) anuncia a formação de novas classes que poderão mudar a estratificação social do Recôncavo: “As pessoas que integram as classes emergentes vêm de fora, já o proletariado rural seria representado pelos catingueiros preferidos pelos produtores de cana por serem menos caros”. (BRANDÃO, 1998, p.21). Destaca também que entre as diversas atividades decorrentes da implantação da Petrobrás destaca-se a prostituição, impressionando as proporções do fenômeno no município. As “boates” se estendiam pelas margens da principal rodovia que liga Candeias a Mataripe. Por toda parte surgiram bares, cabarés, bilhares, *snookers* e clubes recreativos que eram na sua maioria casas de recente construção, pontos de

equilíbrios na vida social local permitindo que nas cidades as famílias não fossem incomodadas pelos petroleiros e ademais ajudando a fixar este grupo ao território.

Atualmente, a densidade demográfica do município de São Francisco do Conde é de 124,41 hab./km². No período entre 1991-2000, a população teve uma taxa média de crescimento anual de 3,06% passando de 20.238 em 1991 para 26.282 em 2000. No mesmo período, cresceu também a taxa de urbanização passando de 77,74% em 1991 para 83,21% em 2000 e 82,64% em 2010. A população em 2000 representava 0,20% da população do Estado da Bahia.

Tabela 4 – População por situação de domicílio 1999, 2000 e 2010

População	1991	2000	2010
Total	20.238	26.282	33.183
Urbana	15.734	21.870	27.391
Rural	4.504	4.412	5.792
Taxa de Urbanização	77,74%	83,21%	82,54%

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2000 e IBGE. Censo demográfico, 2010. Elaboração própria.

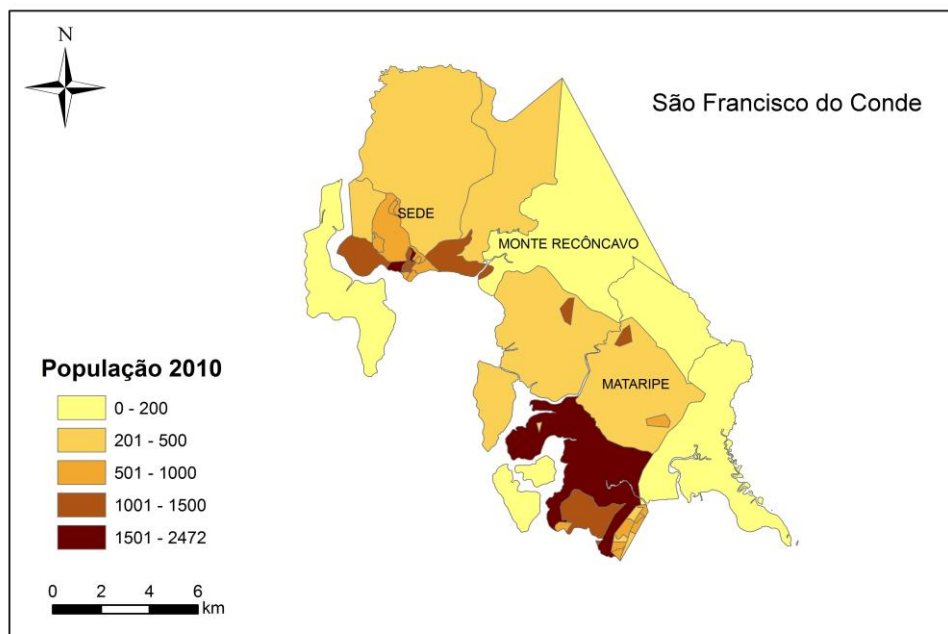
Em 2000, o município contava com 15.734 habitantes na sede, 1.857 no distrito do Monte Recôncavo e 9.924 em Mataripe totalizando neste ano, 26. 282 habitantes, distribuídos nas zonas urbana e rural. Em 2010, o município contava com população residente de 33.183 habitantes conforme a tabela 4. Conclui-se que conforme tendência atual em São Francisco do Conde como no Brasil, existe um sobressalto da população urbana sobre a rural, embora esta, tenha aumentado em 2010.

A figura 14 mostra a distribuição da população no território franciscano e como esta se concentra em redutos privilegiados de poder, a saber, as cores mais escuras (marrom escuro) são os lugares com maior concentração de população entre 1501 a 2.472 pessoas em média por km², estão concentradas no distrito de Mataripe, onde está situada a refinaria Landulpho Alves e uma pequena parcela no distrito Sede. Nas áreas mais claras, em amarelo no mapa, existe uma concentração muito baixa de pessoas, em geral são áreas rurais destinadas à pecuária.

Existindo também alguns pontos isolados onde surgiram algumas invasões e uma inserção obrigada que fora organizada pela população sem autorização das

autoridades competentes, em áreas antes destinadas a pecuária que atualmente estão sendo povoadas por residentes que viviam em casas alugadas, invadidas e/ou de parentes. Ressalta-se que estes pontos no território sanfranciscano (no mapa) aparecem em marrom claro tanto na sede como nos distritos utilizado-se como base os dados do IBGE, Censo Demográfico 2010 aliados a pesquisa de campo realizada entre abril a setembro de 2010 para configuração deste mapa.

Figura 14 - Distribuição da população em São Francisco do Conde - 2010 por setores censitários



Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010. Elaboração: Jaciara de Santana, 2011.

Segundo Santos (2004), em escala regional “a população regional está longe de se distribuir, uniformemente, no espaço, achando-se muito concentrada nas áreas metropolitanas, e na Bahia não é diferente” (p. 85 e 86). Salvador e municípios vizinhos têm ampliado significativamente o seu contingente demográfico. As demais cidades baianas não dispõem de uma rede de serviços, razoavelmente desenvolvida, apesar de, mais recentemente, algumas estarem apresentando bom desempenho econômico. O fato é que essa realidade contribuiu para uma migração excessiva para a Região Metropolitana de Salvador, particularmente para Salvador. Esse fenômeno, além de elevar a presença de favelas nas áreas periféricas, criou um problema estruturante, um significativo nível de desemprego na Região Metropolitana.

Conforme Castro (1971) registrou-se no território de São Francisco do Conde um saldo migratório positivo no período entre 1950/1960, em média 43,3% do total registrado para a área metropolitana de Salvador. Na década seguinte observou-se um declínio nestes números onde, possivelmente perdeu-se população para a cidade vizinha – Candeias, que assumiu neste período o papel de centro de imigração, e também pelo surgimento de outros pólos de atração para mão de obra como o Centro Industrial de Aratu, associado à redução das atividades rurais tradicionais como o cultivo da cana de açúcar no município.

Assim, a função de pólo industrial regional de atração de mão de obra exercida pela Petrobrás e suas concessionárias no início das décadas de 1960 e 1970 neste lugar já não tem mais a mesma significação.

Nas décadas 1950 a 1980, segundo Pedrão (1984):

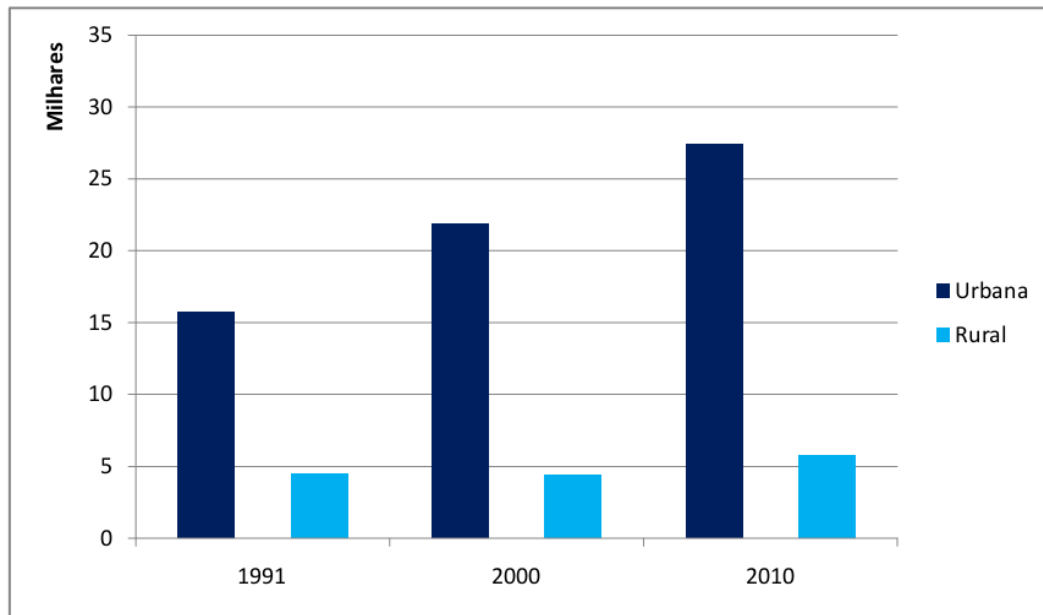
O lapso de 1950/1980 foi fundamental na constituição de um novo modo de organização e modernização da economia baiana, em que se destacaram os dois movimentos de industrialização identificados com a instituição dos distritos industriais de Aratu e Subaé e criação do Complexo Petroquímico de Camaçari. [...] significou a desindustrialização de Salvador, concomitante com a formação de novas zonas agrícolas importantes no oeste e no sul do estado, modificando a ancoragem regional de Salvador e contrastando com a desorganização e o empobrecimento do Recôncavo (PEDRÃO, 1984, p.231)".

Enquanto a economia baiana vive um período de modernização o Recôncavo vive um período de estagnação e decadência que abalam a estrutura econômica da sociedade sanfranciscana e suas relações sociais de forma complexa.

Em São Francisco do Conde, a população local fora constituída, desde sua fundação por negros, pescadores e marisqueiras, pequenos agricultores, pelos senhores de engenhos e suas famílias que no século XIX ainda residiam por lá, porém deixando suas fazendas à procura de outras atividades e/ou atributos que o pequeno município não oferecem.

Segundo dados da pesquisa de mestrado do professor Edvaldo Hilário (2004, p. 85 e 86), a taxa anual de incremento demográfico da Bahia vem caindo. Em São Francisco do Conde acontece o mesmo fenômeno como indica a figura 15 onde a população urbana deste município por volta de 27.391 em 2010 contrapõe a população rural não passa de 5.792 pessoas que parece uma tendência em cidades em desenvolvimento, (Fig.15):

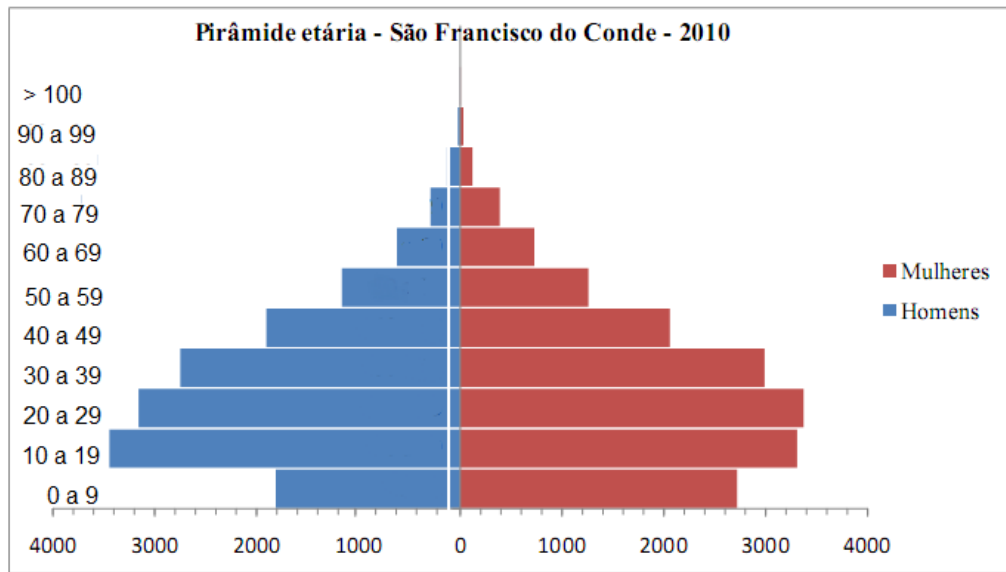
Figura 15 – População urbana e rural de São Francisco do Conde, 1991 - 2010



Fonte: IBGE. Censos Demográficos, 1991-2010. Elaborado por Jaciara de Santana, 2010.

Segundo o Plano Diretor Urbano de São Francisco do Conde (BAHIA, 1998), em 2000, a distribuição da população por faixa etária apresentava-se com maior participação da faixa de 10 a 19 anos, constituída por 3.640 homens contra 3.616 mulheres já indica o início de uma importante mudança na estrutura demográfica de São Francisco do Conde. Seguida pela faixa de 0 a 09 anos com 6.627 pessoas com menor participação no mercado de trabalho, mas também significativa. Sendo precedida pela população ativa entre 20 a 29 anos, faixa que demanda o mercado de trabalho existe um intervalo maior de pessoas cerca de 6.306 indivíduos.

A pirâmide etária da população (Figura 16) demonstra a distribuição da população por faixas etárias em São Francisco do Conde em 2010, segundo o Censo demográfico, 2010, evidenciando a acumulação da população ativa na faixa etária entre 10 a 29 anos, etapa em que a população ativa esta demandando o mercado de trabalho (Fig.16):

Figura 16 – Distribuição da População por faixas etárias em São Francisco do Conde (2010)

Fonte: IBGE. Censo demográfico, 2010. Elaboração Jaciara de Santana, 2011.

Em 2010 assinala-se que ainda há uma disputa entre homens (3.446) e mulheres (3.309) quanto aos postos de trabalho, porém com pequena vantagem para os homens na faixa etária entre 10 a 19 anos. Na faixa etária entre 20 a 29 anos são 3.158 homens contra 3.372 mulheres, neste intervalo existe uma diferença de 214 mulheres a mais disputando espaço no mercado de trabalho com os homens. Assim as mulheres se sobressaem em número aos homens o que se apresenta como traço característico desta população, pois as mulheres passam a assumir postos de trabalho antes só assumidos por homens. Fato que se repete no intervalo posterior e nas faixas etárias entre 40 a 69 anos, são 4.045 mulheres para 3.659 homens, fato que segue a tendência mundial de envelhecimento da população, sendo que as mulheres vivem mais que os homens.

4.2 SAÚDE

No município de São Francisco do Conde tem havido esforços para melhorar os serviços públicos de saúde, após um período de estagnação, onde as ações da área não priorizavam a execução de programas preventivos nem eram integrados a outras políticas públicas governamentais, especificamente nas áreas de Educação e de Saneamento básico. Tendo como resultado uma tendência de agravamento das condições de mortalidade neste território.

Segundo o IBGE, 2010, o município conta hoje com um total de 22 estabelecimentos de saúde sendo que, apenas um é particular e 21 são públicos, todos municipais. Existe uma Unidade Mista de Saúde com 43 leitos (conveniados com o SUS) e 14 leitos para emergências. Uma oferta insuficiente, pois representam apenas 1,5 leitos/1.000 habitantes (considera-se satisfatório 5 leitos por 1.000 habitantes e o Ministério da Saúde recomenda um mínimo de 2,5 a 3 leitos para cada 1.000 habitantes, conforme portaria 1101/GM de 12/06/2002). Na figura 17 mostra-se a distribuição destes estabelecimentos no município:

Figura 17 – Estabelecimentos de Saúde por vinculação institucional – São Francisco do Conde 2010



Fonte: IBGE. Cidades@. Censo demográfico, 2010. Elaborado por Jaciara de Santana, 2010.

Segundo o PDDU de São Francisco do Conde – 2006(PDDU, 2006), há um atendimento insuficiente destes serviços, principalmente nas áreas periféricas dos três distritos. A população sanfranciscana ainda consome água sem tratamento e dispõe o lixo livremente nas ruas, havendo diversos logradouros onde os esgotos correm a céu aberto, o que, entre outros prejuízos, favorece a incidência de doenças como esquistossomose e verminoses. Há também índices relevantes de incidência da Doença de Chagas e de AIDS.

A Secretaria de Saúde Municipal divulgou dados que comprovam a melhoria da qualidade municipal dos serviços prestados em São Francisco do Conde (Bahia, 2008). No Hospital Docente Célia Almeida de Lima, realizam-se internações, atendimentos ambulatoriais de várias especialidades médicas, com exames

complementares e a realização de pequenas cirurgias. Entretanto a população continua reclamando pela ausência de profissionais que atuem em alguns setores da saúde de forma satisfatória, conforme relato dos entrevistados na pesquisa de campo (2010) as filas são enormes, os profissionais faltam muito ao trabalho, havendo uma descontinuidade nos atendimentos, além de muitos questionamentos quanto à qualidade nos serviços prestados. Existem no quadro da Secretaria de Saúde, muitos profissionais lotados nesta, porém não existe um acompanhamento nos atendimentos prestados, que visem verificar a eficiência dos mesmos. A tabela 5 mostra o quantitativo de atendimentos realizados no primeiro trimestre de 2010 segundo dados divulgados pelo Hospital Docente Assistencial Célia Almeida Lima (Tab. 5):

Tabela 5 – Total de atendimentos Realizados no Hospital 2009/2010

TIPO DE ATENDIMENTO	QUANTITATIVO
Internações	378
Atendimentos ambulatoriais	8.526
Cirurgias	237
Atendimentos de Emergência	10.546
Exames complementares	1.562
Total	21.249

Fonte: Secretaria da Saúde Municipal – Relatório de Gestão 2010. Adaptação Jaciara de Santana, 2011.

Foram efetuadas internações (378), atendimentos ambulatoriais (8.526), realizaram-se 237 cirurgias, porém os atendimentos emergenciais (10.546) foram superiores aos ambulatoriais como demonstrado na tabela 5, fato que sugere a ineficiência destes serviços, quanto ao número de atendimentos prestados, por não atenderem ao contingente adequado de pessoas que necessitam dos serviços.

Segundo dados fornecidos pela SESAB Municipal, a eliminação de doenças no território sanfranciscano, só serão atingidos com o aumento e melhoria dos serviços da rede pública de saúde, atrelados a ampliação e melhoria dos serviços de infraestrutura municipal. Neste sentido, em 2009 houve uma ampliação destes serviços no município com aumento dos Postos de Saúde da Família – PSF e a criação da CRESAM – Centro de Referência da Saúde da Mulher; que atende os

principais problemas e agravos da Saúde da Mulher, acolhendo a demanda existente, como demonstrado na tabela 6.

Tabela 6 - Estimativas de consultas a mulher sanfranciscana, 2010.

Consultas/Quantitativo	Dia	Semana	Mês
Gestantes de alto risco	15	30	60
Mastologista	20	40	80
Cardiologista	20	40	80
Ginecologia	20	120	480
Psicologia	Demanda Referenciada		

Fonte: Secretaria de Saúde Municipal – Relatório de Gestão, 2010. Adaptação Jaciara de Santana, 2011.

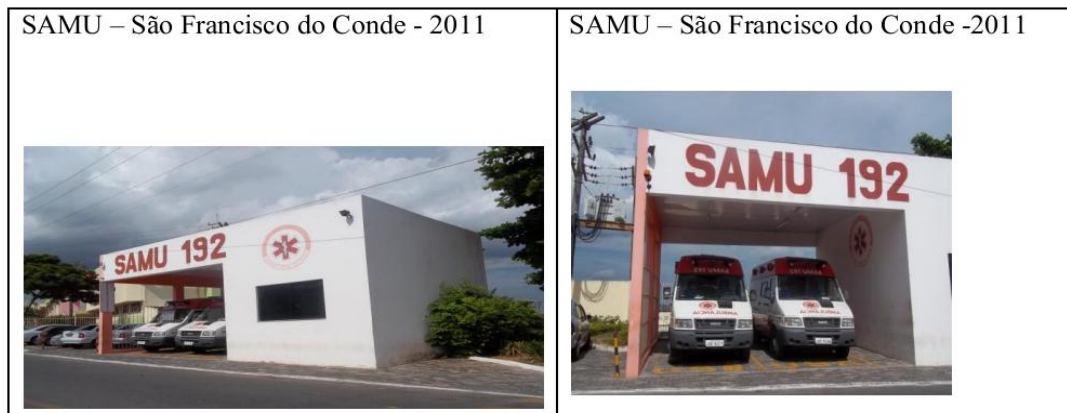
Neste sentido, as consultas nos novos postos foram ampliadas de quinze para trinta consultas por semana, sendo que os atendimentos com mastologista, cardiologista e obstetrícia são realizados duas vezes por semana, os atendimentos ginecológicos são efetuados todos os dias em regime de plantão, com consultas ambulatoriais quatro vezes por semana e os serviços de psicologia atendem a uma demanda referenciada onde são efetuados atendimentos duas vezes por semana, porém com controle de atendimentos para maior abrangência no território e melhor acompanhamento dos pacientes que também são atendidos em suas residências, a depender do caso.

Ressalte-se que o saneamento básico e a limpeza urbana são igualmente importantes para evitar que o número de doenças aumente e, por conseguinte, a pobreza no município. São as principais preocupações levantadas junto à população, em relação à situação da Saúde no município.

Existe uma vulnerabilidade em relação aos jovens com idade entre 10 a 17 anos no município (CEDECA, 2010). Apesar de existir um sistema de controle e prevenção da natalidade indesejada, incluindo a distribuição de contraceptivos e campanhas educativas praticadas no município, atualmente, observa-se um forte do número de adolescentes grávidas no território sanfranciscano, porém estas ações ainda são muito precoces e ainda não surtiram o efeito desejado.

Existiam até 2009 algumas deficiências no atendimento externo de urgência, faltavam ambulâncias, mas em 2011 foram adquiridas novas ambulâncias e inaugurado o SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, visando sanar as deficiências no atendimento à população sanfranciscana (Fig. 18 e 19).

Figuras 18 e 19 – Serviço de Atendimento Médico de Urgência – SAMU – São Francisco do Conde – 2011



Fonte: Arquivo pessoal, 2011.

A maioria dos serviços executados, em São Francisco do Conde são públicos e pagos pela prefeitura local, existe apenas uma clínica particular na sede do município, sendo inexistente a atuação e ocorrência de serviços médicos hospitalares estaduais e federais na jurisdição franciscana. Há apenas a atuação da Secretaria de Saúde do município que atende a todos os povoados e distritos com postos de saúde: São Bento, Macaco, Campinas, Paramirim, Monte Recôncavo, Jabequara de Areia, Santo Estêvão, Caípe, Socorro, Muribeca, Ilha das Fontes, Ilha do Pati e Sede. A Unidade Mista de Saúde Célia de Almeida Lima está localizada na Sede do município, como mostram as figuras 20e 21:

Figuras 20 e 21 – Unidades de Saúde Municipais - 2011



Fonte: Arquivo pessoal, 2011.

O município conta com um quadro de profissionais da saúde constituído, em 2009, por: 32 médicos, 34 técnicos de enfermagem, 48 auxiliares de enfermagem, 6 dentistas, 1 psicólogo e 1 nutricionista. Os serviços prestados abrangem o

atendimento ambulatorial e de emergência, com atendimentos de clínica médica, pediatria, pré-natal, ginecologia, exames laboratoriais e assistência obstétrica, além de pequenas cirurgias. Incluem-se entre as tarefas de cada posto: campanhas de vacinação, atendimento ambulatorial e fornecimento de medicamentos à população de menor poder aquisitivo.

O Programa de Saúde da Família, opera no município com 12 equipes compostas por médicos, enfermeiros, dentista e assistente social, que atendem diretamente as famílias, totalizando 10 médicos, 37 assistentes sociais, 42 técnicos de enfermagem, 12 dentistas e 12 assistentes de dentista. O município dispõe ainda de unidade odontológica volante que percorre todo o município. Segue na tabela 9 a relação das equipes e dos povoados respectivamente atendidos pelas mesmas conforme informações da Secretaria de Saúde:

Tabela 7 – Equipes de saúde na família em São Francisco do Conde, 2010.

Ordem	Unidade de saúde da família	Medico	Enfermeiro	Odontologos	Assistentes de dentista	Técnicos de enfermagem	Assistentes sociais
01	Baixa Fria/Macaco	0	1	1	1	5	2
02	Caípe de Baixo Urbano	1	1	1	1	3	3
03	Caípe de Cima	1	1	1	1	3	2
04	Campinas/Pitangueira	1	1	1	1	3	5
05	Engenho de Baixo	1	1	1	1	4	2
06	Jabequara da Areia	1	1	1	1	5	2
07	Monte	1	1	1	1	3	6
08	Muribeca/Socorro	1	1	1	1	5	3
09	Nova São Francisco	1	1	1	1	3	3
10	Paramirim /Madruga	1	1	1	1	4	2
11	São Bento	1	1	1	1	3	4
12	Santo Estevão / Rural	0	1	1	1	2	1
	Total	10	12	12	12	42	37

Fonte: Secretaria de Saúde Municipal, 2010. Adaptado por Jaciara de Santana, 2011.

Existe no território sanfranciscano a possibilidade de múltiplas ocorrências num curto intervalo de tempo em uma mesma localidade ou em localidades diferenciadas, há uma exigência dos moradores locais (distritos) pelo estabelecimento de mecanismos que facilitem o apoio mútuo entre os povoados nestas circunstâncias. Neste sentido, a Secretaria de Saúde vem buscando modificar a qualidade da saúde no município, para isto em 2010 executou várias ações visando melhorar a qualidade de vida da população local, como:

- Ampliação do número de equipes do PSF (Programa Saúde da Família),
- Intensificação dos programas do SUS: Construção e inauguração do Centro de Saúde da Mulher, em 2010;
- Construção e inauguração do CAPS (Centro de Apoio Psicossocial), que já conta com equipe treinada estando em pleno funcionamento, em 2010;
- Vacinação em massa para todos para as principais enfermidades, visando alcançar todas as metas de vacina;
- Intensificar campanha contra a dengue;
- Intensificação do Programa de Saúde Bucal.

Segundo Castro (1971, p. 36) registravam-se em 1950, óbitos de crianças com menos de 10 anos de idade por falta de assistência médica em São Francisco do Conde. Segundo esta pesquisa nos anos de 1968 e 1969 os índices de óbitos de crianças menores de 10 anos continuavam altos. Segundo a autora, as causas desta morbidade na população sanfranciscana, naquele período, foram: A falta de assistência médica com 27%, seguidas por desidratação e bronco pneumonia, ambas com 25% da população, seguidas de outras enfermidades que totalizavam, na época, 3% que apareceram com índices menores.

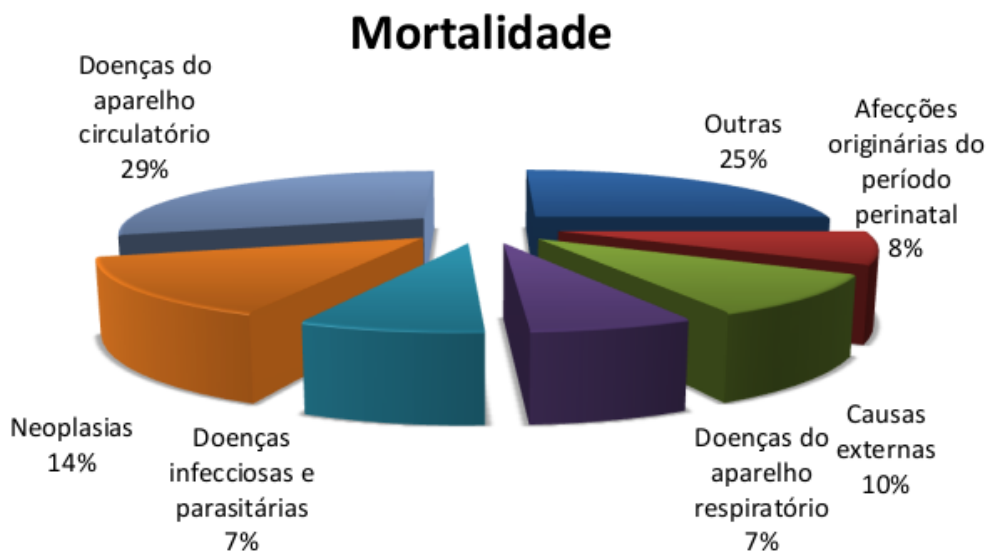
Surgem também neste estudo doenças que afligem a população residente em São Francisco do Conde, por persistirem ainda neste lugar inadequadas condições sanitárias. Assinala que enquanto em São Francisco do Conde (1968/69) contava-se apenas com um médico para mil habitantes e este mantido pela Petrobrás em Salvador, concentram-se de forma bastante acentuada os equipamentos de saúde, mantendo a capital aproximadamente 86% dos hospitais da Região Metropolitana.

Situação assinalada por Castro (1971) e que adquire característica mais desoladora do que a descrita por Jacques Lambert (1959) quanto ao “Brasil antigo” uma vez que a maioria das *causa mortis* não é conhecida por não haver assistência

médica no município, denotando as precárias condições de desigualdade e pobreza que atingiam esta população no território franciscano. Entre os que morreram sem assistência médica predominavam, naquele período, os indivíduos que exerciam ocupações mais humildes como trabalhadores rurais, pescadores ou mulheres de afazeres domésticos (Castro, 1971, p. 38).

Segundo a Secretaria de Saúde Municipal (2008), a mortalidade em São Francisco do Conde, advém de doenças do aparelho circulatório, neoplasias, doenças parasitárias, dentre outras. Conforme o Diagnóstico Municipal em 2008 (BAHIA, 2008), houve no município 142 óbitos sendo 12 infantis, conforme causas demonstradas na figura 22:

Figura 22 – Mortalidade em São Francisco do Conde - 2008



Fonte: Diagnóstico Municipal de São Francisco do Conde, 2008, p.97 Adaptação Jaciara de Santana, 2011.

Morrem-se também de doenças cerebrovasculares (38,4%) e infarto agudo do miocárdio (35,2%) conforme mostrado na tabela 8. Segundo pesquisa de campo realizada em 2010, associada a dados divulgados pela Secretaria de Saúde Municipal (2010) ainda persistem a precariedade nas condições sanitárias deste lugar, cabendo esforços para dirimir estas condições, no entanto os gestores afirmam que melhoraram as condições de vida desta população, mas os índices ainda continuam significativamente altos, quando relacionados com outros municípios no entorno.

Verifica-se na tabela 8, que no período entre 1991 a 2000, a taxa de mortalidade infantil diminuiu 42,40%, passando de 65,7 (por mil nascidos vivos) em 1991 para 37,8% (por mil nascidos vivos) em 2000, e a esperança de vida ao nascer cresceu 5,7 anos, passando de 60,6 anos em 1991 para 66,3 anos em 2000:

Tabela 8 – Indicadores de longevidade, mortalidade e fecundidade 1991 e 2000

São Francisco do Conde Indicadores -	1991	2000
Mortalidade até 1 ano de idade (por 1.000 nascidos vivos)	65,7	37,8
Esperança de vida ao nascer (anos)	60,6	66,3
Taxa de Fecundidade Total	3,4	2,5

Fonte: UNESCO. Atlas do Desenvolvimento Humano, 2000.

A tabela 8 Indica que as condições de vida da população sanfranciscana melhoraram um pouco neste período, diminuindo a mortalidade de 65,7% em 1991, para 37,8 no ano 2000, um percentual de quase 29% de crianças nascidas vivas com idade até um ano. Aumentou-se cerca de 5,7% a esperança de vida ao nascer destas crianças passando em 1991 de 60,6 para 66,3 em 2000, diminuiu-se a taxa de fecundidade das mulheres que em 1991 era de 3,4 e passou em 2000 para 2,5 mostrando que diminuíram o número de filhos por famílias, evidenciando assim, o envelhecimento da população, fato que segue a tendência no panorama nacional.

Conforme dados divulgados pela Secretaria de Saúde Municipal em 2008, no município a morbidade afligiu em primeiro lugar, aos cidadãos com problemas cerebrovasculares, seguidos por infarto agudo do miocárdio e diabetes como demonstrado na tabela 9.

Tabela 9 – Coeficiente das mortalidades por causas selecionadas em São Francisco do Conde, 2008.

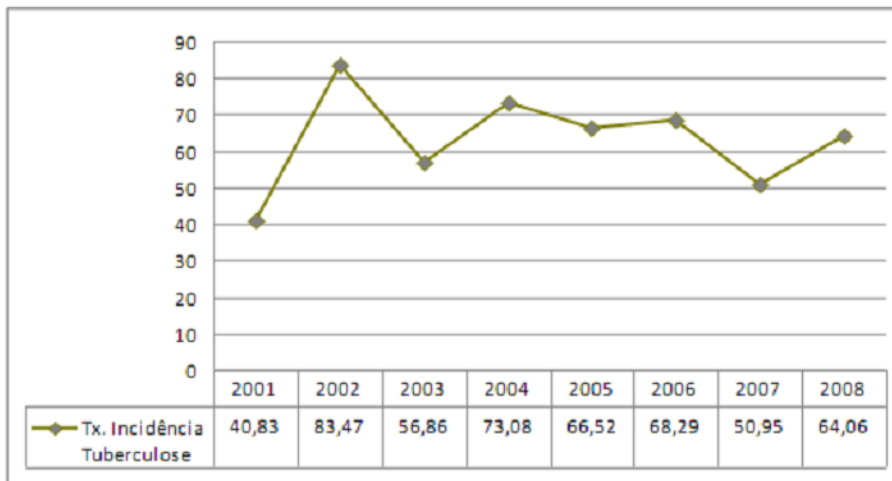
Causa morte / Ano	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
AIDS	-	3,8	-	3,6	3,6	-	3,3	3,3	3,2	-
Neoplastia maligna da mama (/100.000mulheres)	-	7,6	14,7	7,2	7,1	6,9	13,2	-	-	12,6
Neoplastia maligna do colo do útero (/100.000mulheres)	21,9	22,7	-	-	7,1	9,9	-	-	-	-
Infarto agudo do miocárdio	29,3	30,4	18,6	21,8	46,2	27,8	23,3	26,	19,1	35,2
Doenças cerebrovasculares	40,3	38,0	52,0	61,7	35,5	45,2	43,2	58,5	44,6	38,4
Diabetes mellitus	14,6	30,4	22,3	21,8	46,2	38,3	39,9	29,3	38,2	19,2
Acidentes de Transportes	3,7	-	7,4	3,6	7,1	3,5	23,3	3,3	6,4	9,6
Agressões	7,3	3,8	3,7	3,6	17,8	17,4	20,0	26,0	25,5	19,2

Fonte: Secretaria de Saúde de São Francisco do Conde, 2008. Adaptado por Jaciara de Santana, 2011.

São Francisco do Conde era conhecido também pela tranquilidade bucólica. Hoje se observa no cotidiano local, a violência através das agressões que vêm aumentando no município. Os conflitos (agressões) envolvendo a população jovem (20 anos) são a causa dos óbitos, em média, dos 20%, ocorridos no município no período entre 2005 a 2008, conforme demonstrado na tabela 9.

O município ainda convive com altos índices de tuberculose (Figura 23), apresentando uma tendência ascendente, ou seja, a situação municipal encontra-se na - contramão - do padrão nacional que é de queda, sustentada desde a década de 1990, por escassez de investimentos em serviços públicos de saúde, esgotamento sanitário e educação, segundo Diagnóstico Municipal (BAHIA, 2008). O território sanfranciscano apresenta valores superiores à média da Região Nordeste, nos últimos anos, considerando que as estimativas eram, no período, de que a subnotificação no país ocorra em cerca de 30% dos casos, o quadro se apresenta ainda mais grave no município, o que caracteriza as condições insalubres que parcela desta população vive.

Figura 23 – Taxa de incidência de tuberculose por 100.000 habitantes em São Francisco do Conde, 2001 – 2008



Fonte: Ministério da Saúde/ SINAN/ Secretaria da Saúde do município de São Francisco do Conde, 2008, s/p.

Conforme relatório preliminar do Diagnóstico Municipal, 2008 (BAHIA, 2008 p.14), a prevalência destes números aponta uma descontinuidade nos tratamentos e a piora nas condições sanitárias dos locais atingidos, principalmente em povoados de Dom João, Roseira e Santa Eliza onde também há incidência de esquistossomose. Nestes povoados, bem como nas áreas periféricas do município, onde a população ainda consome água não tratada, dispõe o lixo livremente pelas ruas, com logradouros sem esgotamento sanitário onde, os dejetos correm a céu aberto, expondo a população às doenças. (Fig. 24 a 29):

Figuras 24 a 29 - Falta de serviços públicos de Infraestrutura em São Francisco do Conde - 2010.

Figura 24- Lixo a céu aberto na Babilônia, distrito Sede – 2011



Figura 25- Falta de esgotamento sanitário e infraestrutura em geral, Dom João (Sede), 2011



Figura 26- Casas de taipa, em rua sem calçamento e sem serviços de infra-estrutura em geral, Roseira (Sede), 2010



Figura 27- Casas de taipa, em rua sem calçamento e sem serviços de infra-estrutura em geral, sem água encanada e esgotamento sanitário, Porto de Brotas (Sede), 2010



Figura 28- Construção em taipa, sanitário improvisado ao lado, Santa Elisa (Sede), 2010



Figura 29- Barraco improvisado com taipa e tabuas de madeira, ao lado animais convivem com moradores, Santa Elisa (Sede), 2010



Fonte: Arquivo pessoal, 2010.

Conforme pesquisa de campo realizado (2010) constata-se que ainda prevalecem pessoas com doença de chagas, AIDS e esquistossomose, fazendo-se necessário erradicar estas doenças, melhorar os serviços públicos de saúde, infraestrutura e limpeza urbana com vistas a diminuir o quadro de miséria e pobreza dos cidadãos sanfranciscanos. Nas figuras de 24 a 29 desta dissertação, demonstram-se as evidências de que os gestores públicos precisam planejar ações

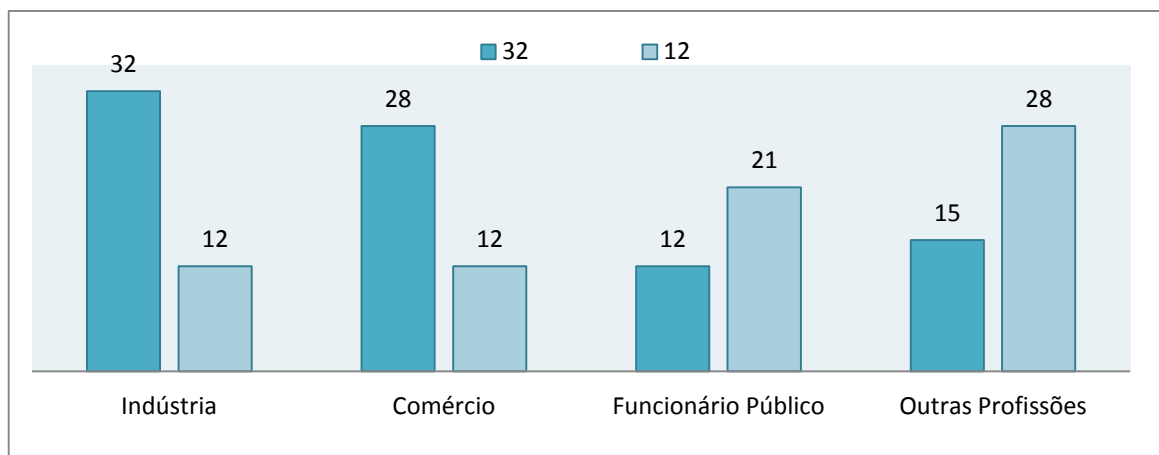
que combatam a miséria e a pobreza nas diversas localidades além de aplicar os recursos recebidos pelas prefeituras em serviços de infraestrutura, saneamento básico, educação, enfim diminuir as distorções decorrentes de improbidade administrativa e aplicar a legislação de forma a punir quem onera os cofres públicos, talvez assim este quadro dramático que a população de São Francisco do Conde vive possa ser minimizado.

4.3 ESTRUTURA FAMILIAR

Neste item assinalam-se aspectos da estrutura familiar local com base em fatores de ordem social, como os tipos de uniões predominantes no município. Novamente, volta-se ao cartório Municipal de São Francisco do Conde para construir um quadro que retrate a realidade local sobre natalidade por legitimidade dos filhos e ocupação dos pais.

Segundo estudo realizado por Castro, em 1971, observa-se que entre o período da construção e instalação da Petrobrás até os anos 70 do século passado predominavam os filhos ilegítimos. Muitos foram registrados sem que fosse registrada sequer a ocupação dos pais, quase 90% dos registros foram feitos pelas mães; Conforme Castro (1971, p.41), em 1968, a sexta parte das crianças nascidas foi registrada sem que se declarasse a ocupação do pai. Quanto menor o grau de industrialização, maior o índice de ilegitimidade dos filhos. É no setor agrícola que se concentra a maioria dos registros ilegítimos, seguindo-se do setor terciário.

Figura 30 – Natalidade por legitimidade da criança e ocupação do pai em São Francisco do Conde, 1970



Fonte: Castro, 1971, p.41/42. Adaptação: Jaciara de Santana

Em melhor situação legal estão os filhos dos trabalhadores de maior prestígio ocupacional no campo, os administradores. Uma em cada duas crianças de pais administradores de fazenda é registrada como ilegítimas. Entre os trabalhadores de setor industrial associação entre status ocupacional e legitimidade não é tão perfeita, mas se conserva a tendência registrada. Tanto assim é que enquanto os contratados da Petrobrás em nível de servente predominam os filhos naturais no Código Civil, no grupo trabalhador da construção civil a relação entre filhos legítimos e ilegítimos é alta. A maioria das crianças registradas como legítimas são filhas de empregados qualificados da Petrobrás. Os pescadores estão muito próximos do quadro descrito para os trabalhadores rurais.

Os mecanismos culturais normativos não se combinam com as condições do meio natural. Tem que se sair do campo e ir até a cidade para registrar as crianças, ou ir até outro município como era o caso de São Francisco do Conde onde os partos feitos em hospitais e subsidiados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), eram realizados na cidade vizinha Santo Amaro da Purificação até 1988, como também para tirar papéis para o casamento, restringindo a eficácia da lei. Assim, em São Francisco do Conde o ajuntamento era o tipo de união comumente encontrado, não chegando a um quarto a proporção de trabalhadores do campo legalmente casados, o que ainda se observa nos dias atuais (CASTRO, 1971, p.42).

Vale ressaltar que o elemento inovador, exógeno, o empregado da Petrobrás provocou certa desorganização, como já assinalado neste estudo, nos padrões do sistema familiar tradicional. Enquanto entre os pescadores e trabalhadores rurais registram-se poucos casos de troca de conjugues e predomina a monogamia, já entre os trabalhadores da Petrobrás principalmente entre os trabalhadores braçais, evidencia-se a prática de poligamia (entendida como tipo de união em que o marido mantém além da primeira família, outros laços familiares por mais de um ano (CASTRO, 1971, p.45).

O município de São Francisco do Conde configura-se um quadro onde as relações familiares e sociais se misturam à trama circular que perpassa as condições de estagnação e pobreza descritas por Pedrão em seus estudos sobre o Recôncavo da Bahia (1984).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2008 foram registradas 488 pessoas nascidas vivas e registradas no cartório municipal, sendo que 10% destas ainda são registradas apenas por suas mães, porém, na sua

maioria, encontram-se em processo de reconhecimento de paternidade (PDDU, 2008, p.72/73), fato que pode comprovar as estas relações poligâmicas ainda prevalecem em São Francisco do Conde.

4.4 TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

A rede de estradas adquire, no caso de São Francisco do Conde, especial importância para seu crescimento tanto no passado como na atualidade. Verifica-se que enquanto o vizinho município de Santo Amaro já contava com um vasto sistema rodoviário, ligando-o aos demais municípios do Recôncavo, São Francisco do Conde, em 1950, só se comunicava com Salvador por via marítima. Neste aspecto, a importância da Petrobrás se faz de forma importante na rede de comunicação local, construindo estradas que ligavam São Francisco do Conde a Candeias e a Salvador, e posteriormente, a Santo Amaro da Purificação, além de outras menores, distritais para dar acesso aos campos de prospecção e exploração melhorando inúmeras vias e melhorando seu traçado, asfaltando ou recapeando, segundo programa estabelecido pela própria empresa. Melhora significativamente o traçado original das estradas antes para carros de boi, agora com o desenvolvimento trazido pela Petrobrás ampliando as redes de relações entre o território sanfranciscano.

Estas estradas são construídas dentro de princípio de racionalidade econômica, pois começam e terminam ligando pólos produtores a consumidores tendo seu traçado reto entre estes pólos. Ao se construir a Bahia – Feira mais conhecida por BR – 324, São Francisco do Conde ficara a alguns quilômetros desta importante via, a qual os comerciantes locais ficaram sujeitos para terem acesso à cidade de Feira de Santana e Salvador onde vão abastecer e negociar mercadorias e produtos. As cidades que se encontram neste mesmo traçado, são aqui chamadas cidades marginalizadas.

Segundo o Plano Diretor Municipal, (PDDU, 2006) complementada pelo Diagnóstico Municipal, 2008 a malha rodoviária da RMS é radial a partir da capital e secundariamente, concêntrica, com as ligações intermunicipais. A malha que serve a esta cidade segue esta estrutura e é composta de vias inter-regionais e intra-regionais, como mostra o quadro 4, a seguir:

Quadro 04 – Principais vias de ligação a São Francisco do Conde - 2010

Vias inter-regionais	Vias intra-regionais
BR - 324 - Principal via de ligação da RMS através das conexões com a BR- 116 e BR-101.	BR – 526 – Interliga a Costa Atlântica à Baía de Todos os Santos.
BA - 093 - Ligação Salvador e capitais nordestinas e Pólo Petroquímico de Camaçari.	BA - 523 e 522 – Principais vias de ligação da área interligam Candeias, São Francisco do Conde e Madre de Deus.
BA - 099 – Liga a RMS ao Litoral Norte até o Estado de Sergipe	BA - 535 – (Via Parafuso) Interliga o CIA, a CEASA (Centrais de Abastecimento da Bahia) e a COPEC (Complexo Petroquímico de Camaçari).
BA – 420 – liga a BR 324 à Santo Amaro com acesso para São Francisco do Conde, via BA 522.	BA - 512 – Interliga a borda Atlântica a Camaçari.

Fonte: PDDU, 2006. Diagnóstico Municipal, 2008. Adaptado por Jaciara de Santana, 2010.

Ressalte-se que a trama rodoviária que se dispõe é favorável ao desenvolvimento da cidade vizinha Candeias, que possui melhores ligações com a capital contribuindo para um relacionamento mais intenso entre estes dois núcleos e intervindo para que Candeias seja preferida à São Francisco do Conde. Uma frota de quase 80 ônibus da Petrobrás passa diariamente por Candeias, saindo da Refinaria e do Terminal Marítimo de Madre de Deus com destino a Salvador e cidades vizinhas (Pesquisa de Campo, 2010).

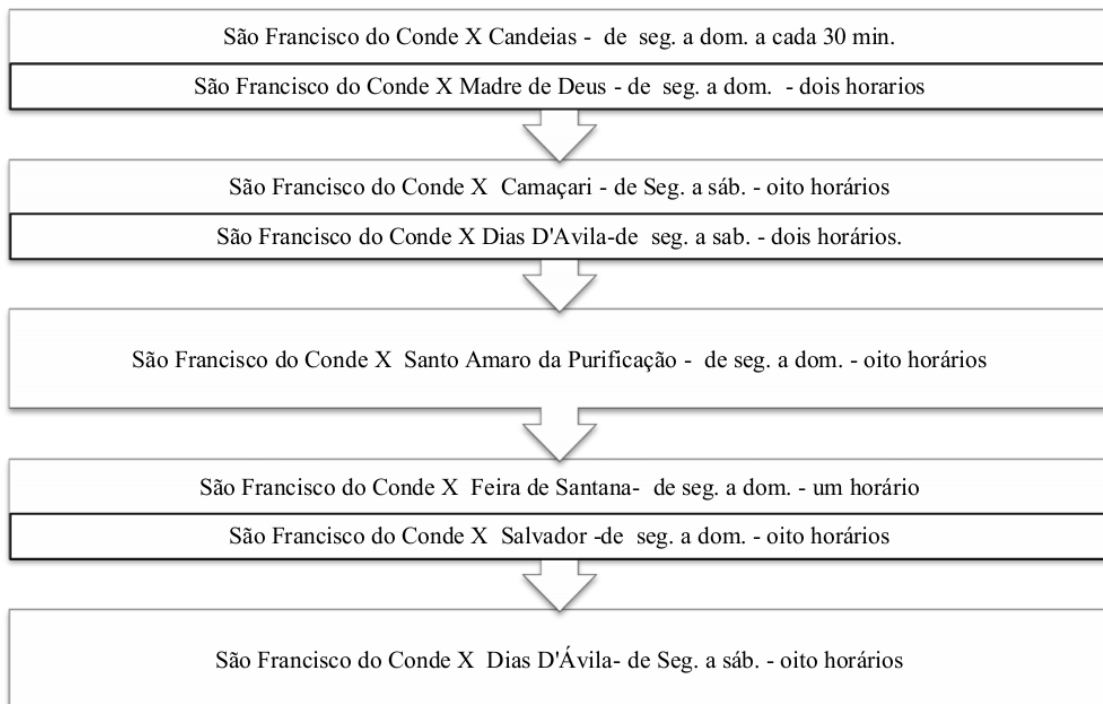
São Francisco do Conde é vista como *cidade dormitório* pelos moradores locais e pelo pessoal que trabalha nas unidades de petróleo da área, e residem no território sanfranciscano; ou por aqueles que mesmo oriundos de outros pontos do Brasil escolheram a cidade pela sua tranquilidade, para residir; e ainda, existem aqueles que, residentes em São Francisco do Conde e não empregados nas áreas da Petrobrás, nem na Prefeitura local, tiveram que sair para trabalhar em outras localidades se deslocando muito cedo para seus serviços e só retornando ao território sanfranciscano para dormir.

O sistema de transporte predominante nesta cidade é o rodoviário, muito embora São Francisco do Conde esteja situado bem às margens da Baía de Todos-

os-Santos na cidade não se utilizem a via marítima como meio de transporte. Sua sede localiza-se em águas rasas, não dispondo de um canal de tráfego que permita o acesso por embarcações de maior calado.

Para a população se deslocar para outras cidades, o meio de transporte utilizado é o ônibus, no Terminal Rodoviário, situado na sede, próximo ao Mercado Cultural da cidade, estando em operação as seguintes linhas:

Quadro 05 – Principais Linhas de Transportes – São Francisco do Conde - 2010



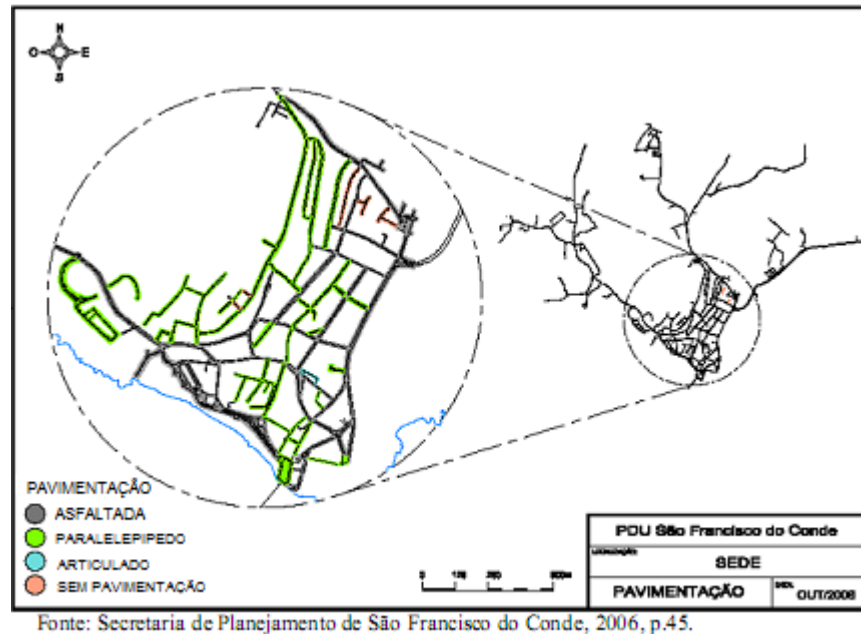
Fonte: Pesquisa de Campo, 2010. Elaboração: Própria.

A maior frequência de ônibus é com Candeias, onde a cada trinta minutos têm-se os ônibus e o sistema alternativo de transporte (Vans) que possibilitam maior mobilidade à população local em seu deslocamento. Esta frequência confirma as relações entre trabalho, residência e utilização de serviços. Da mesma forma, é importante destacar a integração com a cidade industrial de Camaçari, com Santo Amaro e com Salvador.

O sistema viário urbano é constituído por ruas com pouca largura, em média oito metros, permitindo um pequeno fluxo de veículos num mesmo sentido. As ruas e vias urbanas são pavimentadas, havendo, entretanto, alguns trechos onde não

existe pavimentação. Segundo o PDDU Municipal, 2006 (BAHIA, 2006), o mapa de pavimentação da sede (Fig.31) é o seguinte:

Figura 31 – Mapa representativo da pavimentação no distrito Sede - 2006



Nesta figura, observa-se que na Sede do município, as ruas em sua maioria são pavimentadas utilizando-se das cores cinza para aquelas pavimentadas com asfalto, verdes para ruas revertidas por paralelepípedo, azul para as vias de pavimentação articulada (uma mistura de brita com betume) e rosa para as ruas sem pavimentação (BAHIA, 2006, p. 45).

Por outro lado, para Santos (2001),

O uso do território se dá pela dinâmica dos lugares... O lugar é controlado remotamente pelo mundo. No lugar, portanto, reside a única possibilidade de resistência aos processos perversos do mundo, dada a possibilidade real e efetiva da comunicação, logo da troca de informação, logo da construção política (p.253).

Partindo desta reflexão de Milton Santos (2001), que neste período histórico denominou de técnico, científico e informacional, parece estar falando dos dias atuais onde a informação é algo que não se pode desprezar e está numa velocidade cada vez maior. Como meio difusor de comunicação para população local, São Francisco do Conde contava na década de 1960 com uma casa de espetáculo que foi fechada em 1964 quando o acampamento Dom João foi fechado e um campo de futebol, como local de diversão coletiva.

No período correspondente ao início dos anos 1970, em todo município haviam apenas 60 aparelhos de televisão, dos quais 40 estavam na sede, e que segundo Castro (1971), era colocado de forma que todos pudessem ver na rua, funcionando como símbolo de 'status' entre a população local. Fazendo contraponto com a cidade vizinha Candeias, que contava nesta época com uma casa de espetáculos, dois cinemas, e muitos cabarés e mais de 1.200 aparelhos de televisores ampliando assim o grau de penetração deste veículo de comunicação nesta cidade. Hoje o acesso a TV difundiu-se de forma muito ampla nestes municípios. Em 1991, o município de Candeias, detinha um número relativamente alto de residências com televisores; cerca de dez mil domicílios aproximadamente já tinham acesso a TV, utilizando televisores coloridos e preto e branco contra dois mil domicílios em São Francisco do Conde, fato que confirma as relações de interdependência entre estes municípios. (Tabela 10).

Tabela 10 – Televisores por domicílios particulares e permanentes

Municípios/ano	Domicílios	
	1991	2000
Candeias	9.675	16.131
São Francisco do Conde	2.182	4.959

Fonte: IBGE. SIDRA. Censos Demográficos, 1991 e 2000. Disponível em: <
<http://www.sidra.ibge.gov.br>>.

Atualmente o município dispõe de serviço de telefonia fixa operado pela Oi, sendo que esta é responsável pelos serviços de TV a cabo. Segundo o PDDU municipal, a população das ilhas pertencentes ao território municipal ainda não tem acesso a telefonia fixa. Observa-se que o município dispõe de orelhões em todos os seus povoados e distritos embora funcionando de forma precária pelo mau uso da própria população.

Quanto ao acesso à internet, são precárias as condições do município por ainda não dispor de serviços de conexões de *banda larga* em suas residências. Apenas em 2010 este serviço foi instalado, porém não atende à demanda municipal. Nos poucos pontos onde é possível conseguir conexões de banda larga, as mesmas por ondas de rádio são disponibilizadas por provedores particulares. Conta-se ainda com duas rádios comunitárias com programação variadas a qual é utilizada para

manter a população informada sobre os acontecimentos locais e da região metropolitana.

4.5 EDUCAÇÃO

O quadro sobre a escolarização em São Francisco do Conde não difere muito daqueles verificados nos municípios da RMS, exclusive Salvador, por concentrar a maioria dos serviços educacionais do estado, e deixa a desejar no item oferta.

Castro (1971) aponta em seu estudo que deveria se construir em 1970, cinco escolas de ensino primário neste município, por se apresentar, naquele período, em melhores condições escolares em relação à cidade vizinha Candeias, que detinha uma maior procura por vagas, segundo dados da Secretaria de Educação. Existiam, neste período 43 estabelecimentos ensino em São Francisco do Conde com cerca de 4.108 matriculados, contra, 41 estabelecimentos de ensino na recém criada, cidade de Candeias com cerca de 1.780 alunos matriculados, no mesmo período.

No Ensino Médio, antigo secundário, em São Francisco do Conde criou-se um ginásio em 1969 onde o número de matrículas não passava de 354 alunos demonstrando que este como elemento modernizante passa a ter caráter seletivo e funciona como um fator de expulsão da população local.

Segundo o IBGE, os dados referentes à educação vêm melhorando em São Francisco do Conde. Segundo o censo de 2000 o município apresentou as melhores taxas quanto à redução do analfabetismo, embora este índice ainda gire em torno de 20,2% na população acima de 25 anos, também é alto o número de cidadãos com menos de oito anos de estudo conforme tabela 11:

Tabela 11 – Nível educacional da população Adulta

	1991	2000
Taxa de analfabetismo	35,8	20,2
% com menos de 4 anos de estudo	58,0	41,3
% com menos de 8 anos de estudo	87,0	76,4
Média de anos de estudo	3,2	4,8

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2000.

Verifica-se que a média de anos de estudo da população local teve um acréscimo de 1,6% entre 1991 e 2000. Os indicadores de educação mostram que no ano 2000 em São Francisco do Conde 97,1% da população frequentava as escolas

de ensino fundamental, considerando a população entre 7 a 14 anos de idade. Índice que deixa o município em situação confortável, para o período, como mostra a tabela 12, onde se demonstra o nível educacional da população jovem em São Francisco do Conde:

Tabela 12 – Nível educacional da população Jovem

<i>Nível Educacional da População Jovem, 1991 e 2000</i>								
<i>Faixa etária (anos)</i>	<i>Taxa de analfabetismo</i>		<i>% com menos de 4 anos de estudo</i>		<i>% com menos de 8 anos de estudo</i>		<i>% frequentando a escola</i>	
	<i>1991</i>	<i>2000</i>	<i>1991</i>	<i>2000</i>	<i>1991</i>	<i>2000</i>	<i>1991</i>	<i>2000</i>
7 a 14	44,9	19,1	-	-	-	-	83,3	97,1
10 a 14	31,9	7,5	86,3	49,3	-	-	85,2	97,1
15 a 17	13,7	4,3	40,2	21,3	96,2	85,0	74,1	83,2
18 a 24	13,3	5,2	27,6	16,3	78,5	62,2	-	-

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2000.

Vale ressaltar que não existem dados precisos sobre qualidade da formação educacional neste município, visto que, ainda não se criaram estruturas avaliativas para verificar se os conhecimentos foram efetivamente adquiridos pelos estudantes.

Existem 67 escolas no município sendo: 63 municipais, 02 estaduais e 02 escolas particulares (Clara Visão e Passo a Passo). Ressalta-se que em 2010, estavam em construção no município três escolas com capacidade para mil alunos cada, porém nenhuma ainda foi totalmente concluída. Registrou-se na pesquisa de campo a existência da escola particular, Pingo de Gente que atua com o nível pré-escolar, situada na Sede. Quando estas escolas estiverem em pleno funcionamento haverá uma ampliação desta rede para 71 escolas, segundo a SEDUC, as inaugurações estavam previstas para segundo semestre de 2011.

Na figura **32** demonstram-se as escolas por nível de atendimento em 2010, sendo que a educação básica constitui-se atualmente como ponto fundamental para o sistema de ensino municipal perfazendo cerca de 98% do total de escolas municipais:

Figura 32 - Número de escolas por nível, São Francisco do Conde, 2010

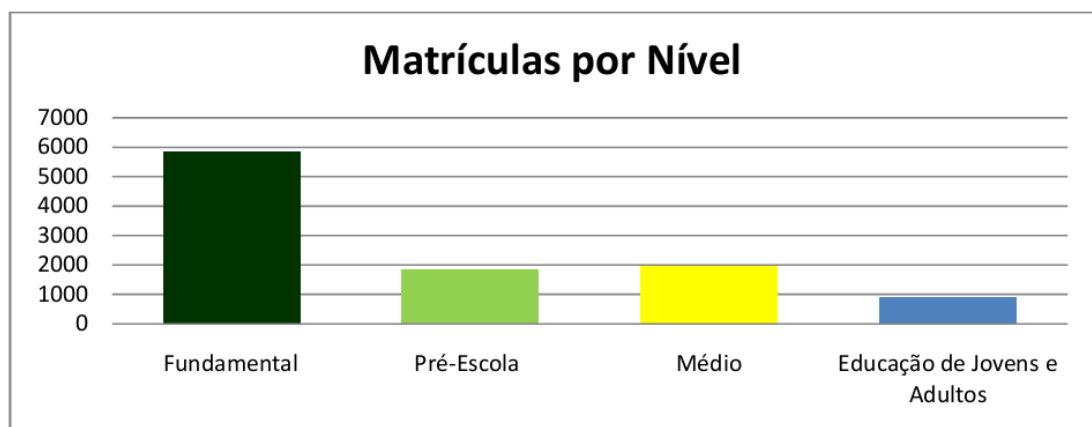


Fonte: IBGE, Censo demográfico, 2010. Elaboração: Jaciara de Santana, 2011.

Segundo o Censo em 2010, oficialmente, aparecem matriculados 888 alunos no Ensino Médio, contrariando pesquisa de campo realizada onde foram encontrados 1.300 alunos na Sede e 580 alunos no distrito de Mataripe perfazendo um total de 1.880 alunos matriculados no Ensino Médio no município, neste ano. Sendo que o Ensino Médio no município é ofertado pelo Estado e em parceria com o município atende a todos os distritos e povoados do município.

No Ensino Fundamental haviam 5.983 alunos matriculados, entretanto os dados colhidos *in loco* via Secretaria Municipal de Educação e visitas as Unidades de Ensino contradizem os números oficialmente divulgados (Fig.33):

Figura 33 – Matrículas por nível, São Francisco do Conde - 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010. Elaboração Jaciara de Santana, 2011.

Para não suscitar dúvidas quanto ao número de matrículas em São Francisco do Conde em 2010, construiu-se a tabela 13, com os dados colhidos na pesquisa de

campo adicionados às informações da Secretaria Municipal de Educação e agregaram-se os dados do Censo demográfico (2010), comparando os números divulgados com os dados de matrícula nas secretarias das escolas, (para eliminar as dúvidas). Mediante a análise dos dados coletados constatou-se que havia um total de 10.624 alunos matriculados no município em 2010, conforme tabela 13 matrículas por nível educacional em São Francisco do Conde, ocorreram da seguinte forma:

Tabela 13 – Matrículas por nível educacional

Nível	Total de Alunos
Educação Infantil	1827
Ensino Fundamental	5.983
Ensino Médio	1.940
Educação de Jovens e Adultos	874
Total	10.624

Fonte: IBGE, Censo demográfico, 2010. Secretaria de Educação Municipal, 2010. Elaboração Própria, 2011.

Constata-se que o município carece de investimentos no setor educacional, principalmente para atender a população jovem que necessita de qualificação profissional com vistas a entrar no mercado de trabalho. Entretanto, conforme mostrado nas figuras 32 e 33 estes jovens para se capacitarem precisam sair do município, visto que os investimentos são ínfimos para a faixa etária entre 15 a 19 anos; idade em que deveriam fazer cursos técnicos ou profissionalizantes para se capacitarem com vistas ao primeiro emprego e o mercado de trabalho que o município não oferece.

No que tange ao ensino superior, o município contava-se, em 2006 com um Campus avançado da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS em convênio com a prefeitura local contando na época com 95 alunos matriculados no curso de Pedagogia que, atualmente, encontra-se desativado. Para garantir o acesso dos munícipes ao Ensino Superior, a prefeitura implantou O Programa de Auxílio ao Ensino Superior, através de bolsas de estudo que, atualmente, atende a 3.000 estudantes de São Francisco do Conde e de diversas áreas. Estes recebiam uma bolsa mensal, em 2010, no valor de R\$ 450,00, transporte gratuito até o município de Salvador e área metropolitana (Candeias, Lauro de Freitas e Camaçari), contando ainda com apoio de uma *residência* denominada *Casa do*

Estudante, situada no Bairro do Canela em Salvador, onde estes podem se hospedar e evitar as viagens constantes entre o município e Salvador.

Os números em educação no território sanfranciscano vêm decrescendo nos últimos anos, não só nas matrículas, mas também na qualidade dos serviços ofertados no município, fato evidenciado segundo Diagnóstico Municipal, 2008(BAHIA, 2008, p.83), pela falta de qualificação da população Economicamente Ativa (PEA). Assim se faz necessário que haja capacitação em serviço para os profissionais da área educacional, visto que sua maioria tem apenas licenciatura.

Os profissionais das escolas municipais perderam a noção da relação entre ação x resultado na qual o cotidiano escolar e suas ações escolares tornaram-se fins em si mesma e todo fracasso escolar do aluno não é compreendido e em sua maioria tem a responsabilidade transferida para o próprio aluno, seus pais e sociedade. As relações entre ação e resultados em São Francisco do Conde carecem de planejamento e avaliação, visto que a escola produz o que nela se desenvolve.

Em relação às conhecimentos trabalhados nas escolas, a Secretaria Educação Municipal afirma que mantém encontros pedagógicos com os coordenadores que se revezam entre as escolas e as reuniões na secretaria semanalmente.

Os alunos entrevistados no distrito de Mataripe apresentam um perfil diferenciado em relação aos estudantes da sede do município. Os estudantes dos distritos e povoados próximos a Refinaria, em sua maioria, apresentam uma vontade de crescer na vida e apostam na educação para conseguirem seus ideais. Conforme pesquisa de campo (2010) e dados da secretaria escolar, 70% dos estudantes do Ensino Médio de Mataripe, na faixa etária entre 14 e 19 anos estudam e trabalham, em turnos opostos, quando conseguem conciliar trabalho e estudo, ou estudam a noite após longa jornada de trabalho diário.

Vejamos o quadro 06 com os profissionais da educação na rede municipal por formação, em 2007:

Quadro 06 – Funções docentes na rede municipal de ensino por formação – São Francisco do Conde - 2007

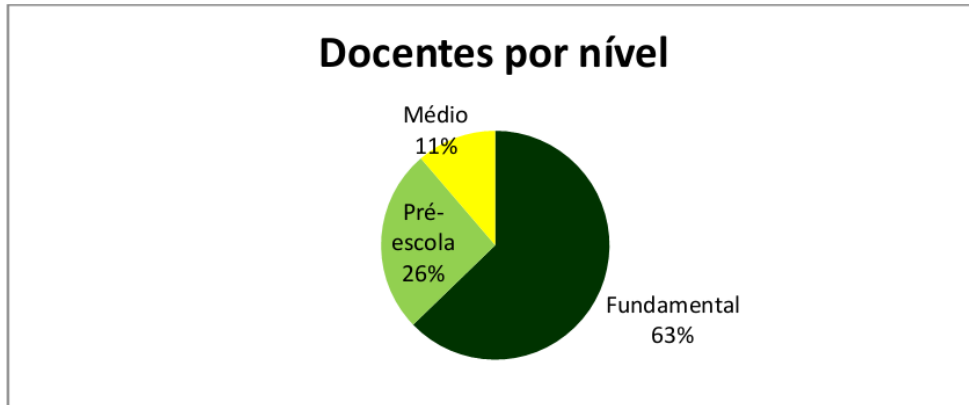
Nível	Funções docentes					Total
	Com Licenciatura	Com Graduação	Com Ensino Médio	Com Nível Médio	Sem Ensino Médio	
Regular-creche	03	00	00	25	00	28
Regular -Pré escola	20	01	02	119	05	147
Regular – Anos Iniciais do Ensino Fundamental	52	05	00	156	02	215
Regular – Anos Finais do Ensino Fundamental	78	13	03	06	00	100
Educação de Jovens e Adultos – EJA - Anos Iniciais do Ensino Fundamental/Presencial	07	01	01	19	00	28
EJA - Anos Iniciais do Ensino Fundamental /Semipresencial	01	00	00	00	00	01
EJA - Anos Iniciais do Ensino Fundamental /Semipresencial	04	00	00	00	00	04
EJA - Ensino Fundamental de 1º a 8º serie/Presencial	02	02	01	00	00	05
Regular - Ensino Fundamental – Turmas Multi/Correção de Fluxo	11	01	00	02	00	14
Ensino Médio	26	07	01	00	00	34

Fonte: Diagnostico Municipal de São Francisco do Conde, 2008.

Houve uma redução das matrículas no território sanfranciscano, conforme dados apresentados na tabela 13 quanto ao número de profissionais atuando na educação conforme figura 34 em São Francisco do Conde em 2010. O quadro de profissionais em educação era composto, em 2010, por 887 professores sendo 574 contratados e 313 efetivos; deste universo 70% (771,7) dos docentes possuem nível superior e 30% (115,3) restante são estudantes das diversas licenciaturas e ou possuem Magistério em nível Médio. Conforme o Censo 2010, no Ensino Médio, ofertado pelo Estado existe um contingente de 53 docentes, mas após visita em campo nas duas unidades existentes na sede e no distrito de Mataripe foi constatou-se que na unidade da sede existiam 35 docentes e no distrito existem 21 docentes, perfazendo um total de 56 professores o que contraria os dados oficiais.

Na figura 34 expõe-se a proporção de docentes, em São Francisco do Conde, por nível de ensino:

Figura 34 - Proporção de docentes, em São Francisco do Conde, 2010



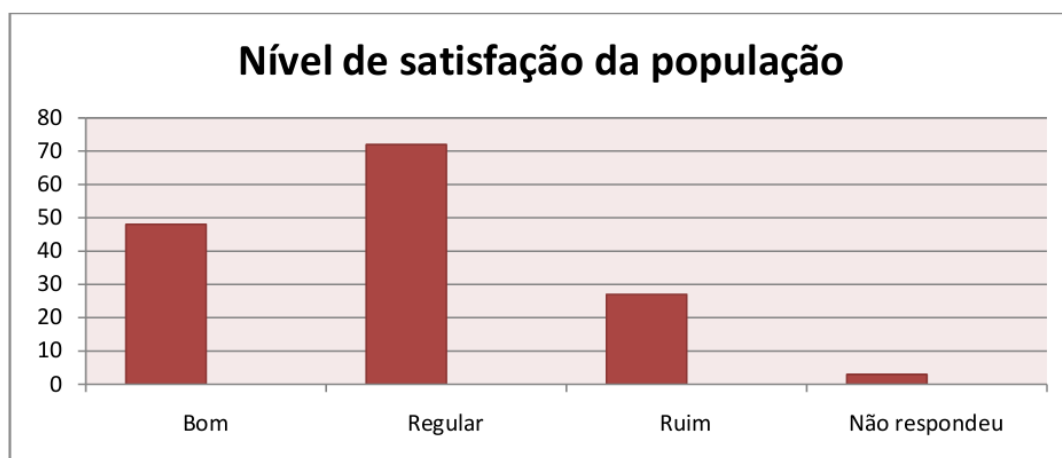
Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010. Elaboração Jaciara de Santana, 2011.

É no ensino fundamental onde se concentram a maioria dos docentes perfazendo 63% do total, seguidas pela Educação Infantil que comporta 26% dos docentes e apenas 11% destes é que atuam no Ensino Médio em todo território sanfranciscano.

A merenda escolar municipal é terceirizada a uma empresa particular, que atende a 100% dos educandos, sendo preparada nas escolas pela empresa contratada. Quanto às escolas estaduais observou-se que apesar de terem recursos disponíveis, segundo os gestores entrevistados, por conta do processo licitatório exigido pelo Estado, não foi possível em 2010 distribuir merenda aos educandos, porém as verbas foram deslocadas para as escolas executarem as compras e confeccionarem a merenda na própria unidade de ensino.

Na figura 35 divulgam-se dados referentes ao grau de satisfação da população com referência à educação analisando-se 150 por amostragem, de quinhentos questionários aplicados para analisar a satisfação da população quanto ao serviço educacional oferecido:

Figura 35 – Nível de satisfação da população sobre a educação, São Francisco do Conde - 2010



Fonte: Pesquisa de campo, 2010. Elaboração: Jaciara de Santana, 2010.

Verifica-se no gráfico **35** que quanto aos serviços educacionais fornecidos à população local o maior grau de satisfação é regular, pois dos 150 questionários 72 entrevistados responderam que a educação poderia estar em melhores condições assinalando que outrora os educandos ao concluírem o Ensino Médio, eram aprovados de imediato nos vestibulares das universidades públicas sem precisarem fazer cursos preparatórios. Atualmente, os estudantes continuam sendo aprovados, porém contam com curso preparatório gratuito e há um índice significativo de aprovados em universidades particulares.

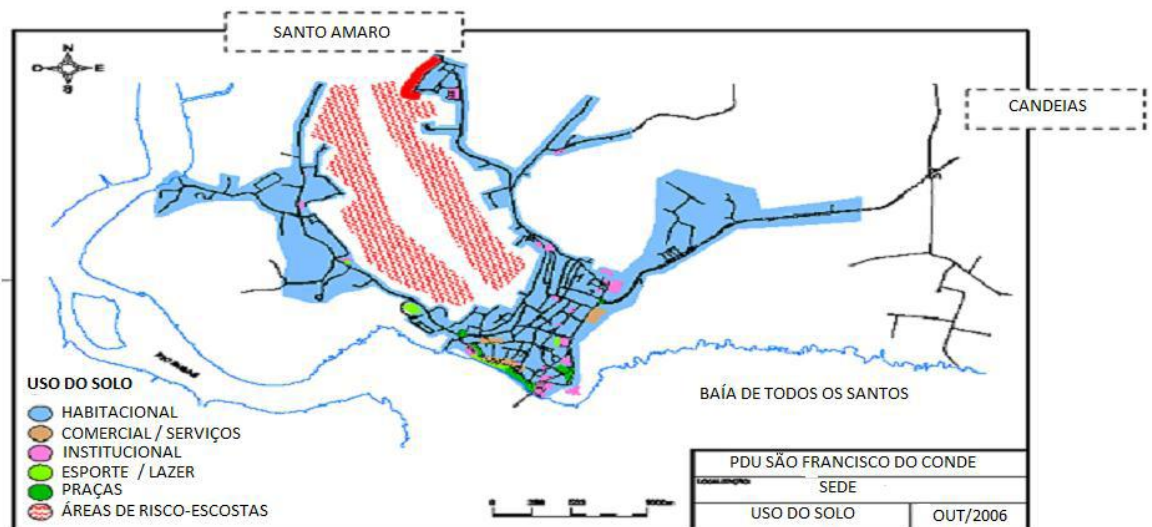
Quanto à capacitação dos professores, foi colocada a necessidade de investimento pela prefeitura em capacitação e qualificação docente, destacaram-se também melhorias nas condições salariais dos docentes, lembrando que nos anos 1980-1990 o profissional da educação recebia em média três pisos salariais e atualmente recebe 1/3 do piso nacional inicialmente, segundo sindicato da classe. Destes, 32% (trinta e dois) dos entrevistados disseram estarem satisfeitos com os serviços prestados, porém alguns ressaltaram que estas condições poderiam ser melhoradas, inclusive as condições de trabalho e melhoria na estrutura física das escolas. 18% (dezoito) classificaram como ruim o quadro educacional no município, porém, ressaltando que as condições atuais são ruins (estrutural/física) atribuindo esta resposta ao quadro estrutural do município que não se constrói escolas há mais de vinte anos.

4.6 HABITAÇÃO

Na tipologia habitacional de São Francisco do Conde, observa-se historicamente a ausência do poder público no que tange ao planejamento e como agente construtor e planejador de habitações. Existia, segundo Castro (1971), um problema habitacional no município, onde na década de 60/70 predominavam habitações denominadas subnormais pelas suas deficiências de higiene e conforto.

O traçado da ocupação espacial conforme PDDU (2006) mantém os mesmos padrões de outrora (posterior a implantação da RLAM), com nucleação urbana manteve o modelo mononucleado, com formações concêntricas com dois estirões radiais um ao longo da BA-522, em direção a Candeias e outro na antiga saída para Santo Amaro (PDDU, 2006, p. 24), como demonstrado na figura 36:

Figura 36 – Eixos de crescimento urbano de São Francisco do Conde, 2006 a partir da Sede



Fonte: PDDU, 2006, p.25, adaptado por Jaciara de Santana, 2010.

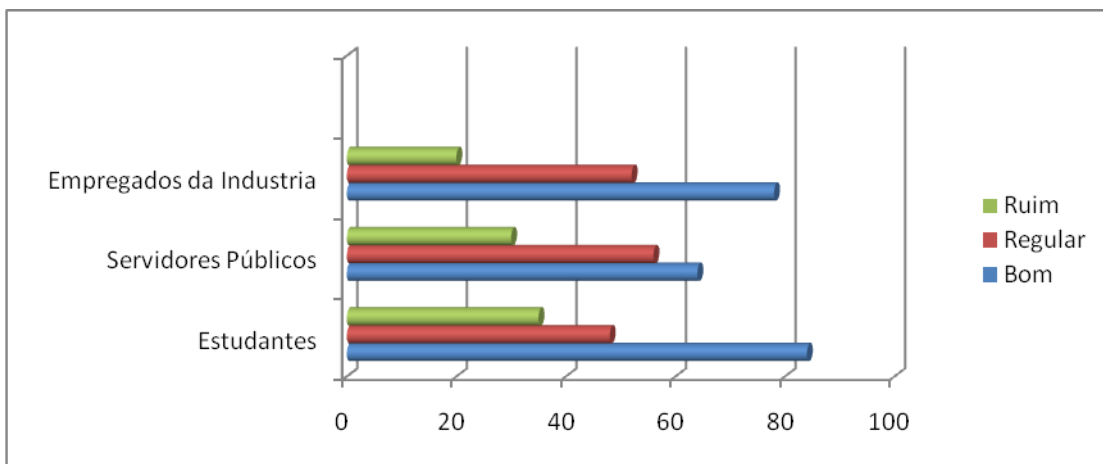
No distrito de Mataripe, formou-se uma favela denominada Niterói, contrapondo os acampamentos de técnicos da Refinaria – “a vila de Mataripe”, separada apenas por um pequeno rio e onde residiam os operários de mais baixo nível de qualificação, lugar este denominado atualmente de Caípe. Hoje nesta localidade existem muitas moradias em alvenaria com telhas de cerâmica, 60% das ruas são asfaltadas e os 40% restantes exibem esgotos a céu aberto e muito lixo nas encostas, existe um comércio em pleno funcionamento e a região é toda recortada

por indústrias, tendo a Refinaria RLAM como pano de fundo e várias outras concessionárias de energia, gás e derivados de petróleo se instalaram neste território todo recortado por indústrias em detrimento das questões sócio-ambientais do lugar.

Assim o crescimento espontâneo e acelerado de vários setores habitacionais de baixo padrão construtivo, muitas vezes em terrenos invadidos, resultou em vasta área de expansão urbana. São Francisco do Conde permanece com seu caráter de *cidade dormitório* e apresenta características peculiares, pois pouco se fez em cinquenta anos para se mudar os padrões residenciais neste município.

Em pesquisa aplicada para avaliar o que os moradores pensam a respeito do quadro habitacional no município, estes alegaram estar satisfeitos com as condições de moradia da população local. Assinalam que a construção dos conjuntos habitacionais na cidade e distritos vem melhorando significativamente a qualidade de vida da população, conforme figura 37:

Figura 37 – Nível de satisfação dos empregados em São Francisco do Conde- 2010



Fonte: Pesquisa de campo, Abr. – Set. 2010. Elaboração: Jaciara de Santana

Este gráfico mostra de uma forma geral que a população está satisfeita com relação às moradias construídas e passadas à população necessitada, porém esse quadro pode ser melhorado.

Segundo o Diagnóstico Municipal (2008) as moradias se classificam em quatro padrões construtivos: tipo 1 - alto, 2 - médio, 3 - baixo e 4 – subnormal. Estes padrões são definidos conforme as dimensões do imóvel, materiais utilizados na construção, estado de conservação dos imóveis e características dos lotes predominantes em cada área. Observa-se que existe uma predominância nos

distritos de padrões tipos 2 e 3 que equivalem a padrão baixo e médio. Há uma expansão no município, principalmente na Sede, com a Nova São Francisco onde houve uma invasão que acabou obrigando o poder público municipal a intervir no espaço e organizá-lo, criando este bairro.

No povoado denominado Gurugé está sendo construído o primeiro conjunto habitacional vertical da cidade (Fig. 39), com prédios de quatro andares e toda infraestrutura necessária além de casas com dois pavimentos que são construídas com recursos do Programa do Governo Federal Minha Casa Minha Vida e também com recursos do próprio município. Em contrapartida, em Santa Eliza (Fig. 38) as margens da BA-420, um dos núcleos mais carentes d município, onde a pobreza e a miséria são latentes há ainda casas de taipa, com chão batido sem infraestrutura, nem esgotamento sanitário, onde o carro pipa abastece as casas conforme as Figura 38 contrastando com o novo, evidenciado na figura 39 com o conjunto habitacional do Gurugé:

Figuras 38 Santa Eliza - Casas de taipa e **Figura 39** Gurugé - Conjunto Habitacional, 2011.



Fonte: Arquivo pessoal, 2011.

Apenas na sede do município se observam maior incidência de padrões de média qualidade indicando uma maior concentração de renda em relação aos outros distritos. É na sede onde se observam melhores condições de pavimentação, iluminação pública e rede de esgotos pluviais. As residências em sua maioria são construídas em alvenaria de tijolo com vigas e vergas, conforme mostra a figura 42.

Na figura 40 observa-se ainda uma incidência de casas construídas em taipa e adobe, com coberturas de telhas cerâmicas e piso cimentado e reboco apenas na fachada principal e paredes internas denotando indícios que existem pessoas em

situação de pobreza neste lugar ressaltando as desigualdades no cenário municipal, contrapondo-se aos recursos financeiros que o município detém.

Figura 40 – Tipo de moradia em São Bento das Lajes - 2010



Arquivo Pessoal, São Bento das Lajes, 2010.

Nos povoados de Campinas, São Bento das Lajes e Roseira (popularmente conhecido por Porto de Brotas) conforme figura 41, observam-se habitações rústicas, em taipa, sem reboco e piso em terra batida. Com exceção a Baixa Fria onde os moradores foram beneficiados por unidades habitacionais de bloco de cerâmica e com toda infra-estrutura necessária.

Figura 41 – Moradia em Porto de Brotas (sede) - 2010



Arquivo Pessoal: Distrito Sede - Roseira, 2010.

Existe um dimensionamento ruim na maioria dos lotes que dificulta a qualidade nas habitações, o que denota falta de ordenamento municipal acerca da planta da

cidade. Os lotes têm em média profundidade de 40 metros com largura de apenas 05 metros o que incentiva a construção de casas conjugadas. Em sua maioria estas habitações possuem um recuo de em média 20 metros, permitindo a infestações de insetos, infiltrações e ocasionando problemas à saúde da população em geral. A figura 42 mostra um exemplo:

Figura 42 – Moradias na Nova São Francisco, distrito sede - 2010



Arquivo Pessoal: Distrito Sede – Nova São Francisco, 2010.

Em Mataripe, logo na BA 522, onde se localiza uma invasão, as habitações são construídas em madeira, papelão, plástico e taipa na entrada do povoado de Socorro onde as condições sanitárias são inadequadas e não existe abastecimento de água potável. Estas habitações são classificadas como subnormais pelos padrões que denotam. Além desta existe outra ocupação neste distrito na área denominada Caípe de Baixo, faixa que interliga o povoado a Candeias, Madre de Deus e BR 324. As habitações situadas nesta faixa são construções de padrão médio e baixo, em alvenaria com esquadrias em madeira com grades, telhado e piso em cerâmica, paredes com reboco e pintadas.

Em Mataripe, existe uma recente invasão dos Sem Terra, e do Movimento dos Moradores Desempregados – MTD na BA-522, figura 44:

Figura 43 – Invasão dos Sem -Terra, na BA 522 – Mataripe: 2010



Arquivo Pessoal: Faixa da BA 522 Sem Terra no município, 2010.

Próximo à divisa da ponte existem habitações concentradas em terrenos alagadiços, em condições subnormais em consequência da invasão da área de mangue. Aparecem também construções em taipa, sem reboco, cobertura de telha vã, piso em terra batida, esquadrias em tábuas não aparelhadas, sem os mínimos requisitos higiênicos. Outras com paredes e pisos em tábuas serradas, telhas em fibrocimento e chapas, sem sanitários, como a antiga invasão Curupeba a qual foi substituída por um conjunto habitacional no Caípe de Baixo, porém novas pessoas vieram a habitar essas moradias sem a intervenção do poder público, constituindo assim, um dos maiores problemas sociais do município. Conforme figuras 44, 45 e 46:

Figura 44 – Moradias em Caípe de Baixo- 2010



Arquivo Pessoal: Faixa da BA 522 Caípe de Baixo, 2010.

Figura 45 – Caipe de Baixo: Lixo a céu aberto -2010



Arquivo Pessoal: Faixa da BA 522 Caipe de Baixo, 2010.

Fig.46 - Faixa da BA 522 Caipe de Baixo - 2010



Arquivo Pessoal: Faixa da BA 522 Caipe de Baixo, 2010.

4.7 ECONOMIA

A base econômica da Região Metropolitana de Salvador – RMS gira principalmente em torno do CIA - Centro Industrial de Aratu, Pólo Petroquímico de Camaçari e da Ford, RLAM - Refinaria Landulpho Alves e do TEMADRE – Terminal Marítimo de Madre de Deus, com destaque para o setor de serviços vem se destacando. Muito embora os municípios da região apresentem características físicas rurais, é no setor secundário que a economia local se destaca. fonte

São Francisco do Conde tem na indústria de petróleo, através da Refinaria Landulpho Alves, como vimos, a segunda do país em capacidade de refino, a base da sua economia. Anterior à refinaria o município tinha sua economia incrementada

através da cultura de cana-de-açúcar e seus derivados, e centro pesqueiro com destaque para a pesca do camarão (SEPLAN, 2008).

A implantação da Refinaria Landulpho Alves transformou a vida econômica do município e de toda região metropolitana, devido à necessidade de mão-de-obra para a criação da infraestrutura necessária para a implementação da Refinaria, como vimos anteriormente. A população economicamente ativa do município que antes se ocupava da agricultura e pesca, passou para o setor secundário, aumentando também a sua renda.

A chegada da Petrobrás à região impulsionou a receita municipal de São Francisco do Conde (Tab. 18) e demais municípios da RMS. Segundo Brandão (1998), em 1956-1957 registravam-se o incremento na arrecadação municipal de:

Tabela 14 – Aumento na arrecadação de impostos municipais

Municípios	1956	1957	%
Catú	1.374.365,10	1.996.162,40	45,4
Mata de São João	784.558,90	1.200.938,70	53
Pojuca	445.688,40	717.789,70	61
São Francisco do Conde	1.002.192,70	1.570.23,80	58,8

Fonte: Brandão, 1998, p.189, adaptado por Jaciara de Santana, 2010.

Esta arrecadação era sobre impostos de vendas e consignações em municípios afetados pelas atividades da Petrobrás. Estas contribuíram para elevar a receita do Estado sob formas de taxas sobre o valor do óleo extraído.

Na década de 70, segundo Brandão (1998, p. 224), como a Bahia embarcava no projeto da industrialização polarizada, materializada por distritos industriais de Aratu – Recôncavo Norte e Subaé - nem região de Feira de Santana com propostas para instalar outros distritos menores, a capacidade instalada nas cidades do Recôncavo já estava completamente arcaica.

No entanto, com a crescente automação deste setor, as oportunidades de empregos foram reduzidas. Conseqüentemente, a população tornou-se dependente de programas assistenciais e dos empregos ofertados pela Administração Pública Municipal, paralisando assim, o crescimento das atividades historicamente

desenvolvidas como a pesca e a agricultura. Atualmente, somente a parcela pobre da população desenvolve a agricultura de subsistência e a pesca artesanal (SEPLAN, 2008) e, muitas destas pessoas continuam ainda desempregadas.

Dessa forma, entende-se que a formulação e a implementação de políticas urbanas no Estado da Bahia, voltada para o desenvolvimento da economia na RMS, sobretudo no que diz respeito à distribuição espacial da população e das atividades econômicas, constitui-se em elemento chave para assegurar a exequibilidade da maior integração espacial e o efetivo desenvolvimento regional.

De acordo com Silva e Silva (1991), na relação urbanização e desenvolvimento:

observa-se, de um lado, que há uma importante associação direta entre os dois elementos na Região Metropolitana de Salvador. Com o dinamismo do setor industrial nesta área, obrigando uma alocação de vultosos investimentos em obras de infra-estrutura, ocorre também um dinamismo nas demais atividades urbanas, que tão bem caracterizou a vida metropolitana até recentemente. Em escala menor, o exemplo de Feira de Santana seria o mesmo, ou seja, às atividades tradicionais da cidade vêm se incorporando na última década, um importante setor industrial. Para as demais cidades médias do interior, a associação entre atividades industriais e crescimento urbano é bem mais fraca, notando-se, entretanto, que a mesma poderá ser acentuada com o crescimento dos distritos industriais (SILVA e SILVA, 1991, p. 142).

Deve ser destacado, que todos estes complexos mecanismos de mudanças, envolvendo um considerável número de elementos, causaram substanciais alterações no papel exercido pelas cidades que, em termos gerais, passaram, progressivamente, de centros locais e/ou regionais, sem uma expressiva interdependência, a não ser com as metrópoles regionais, para centros com uma variada hierarquia funcional (Silva e Silva, 1991, p.46). Aplicando-se ao território sanfranciscano a interdependência exercida por municípios como Candeias e Madre de Deus, Santo Amaro e Salvador onde os munícipes locais saem a procura de lazer, comércio, serviços médicos dentre outros, cabendo um questionamento: como são usadas as verbas recebidas por São Francisco do Conde, que na RMS, aparece como o município privilegiado pelas receitas advindas dos *royaltys* advindo da indústria do petrolífera?

4. 8 RENDA

A renda *per capita* (IBGE, 2010) média em São Francisco do Conde cresceu 30,9%, passando de R\$ 101,65 em 1991 para R\$ 133,07 em 2000 e para R\$ 77,30 em 2010, com redução de 30,2% comparado com 2000. A pobreza um fenômeno complexo, onde não se tem as necessidades básicas atendidas de forma adequada (ROCHA, 2003, p.9) (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 75,50 equivale à metade do salário mínimo vigente em agosto de 2000) diminuiu 14,2%, passando de 69,7% em 1991 para 55,5% em 2000. Diminuiu assim a desigualdade neste município, apesar de o Índice de Gini ter sido reduzido em apenas um ponto percentual, passando de 0,63 em 1991 para 0,62 em 2000, segundo o PNAD – 2000, e para 55,02 em 2010 conforme IBGE, 2010; denotando que a condição de vida dos munícipes locais não está em consonância com a renda deste município.

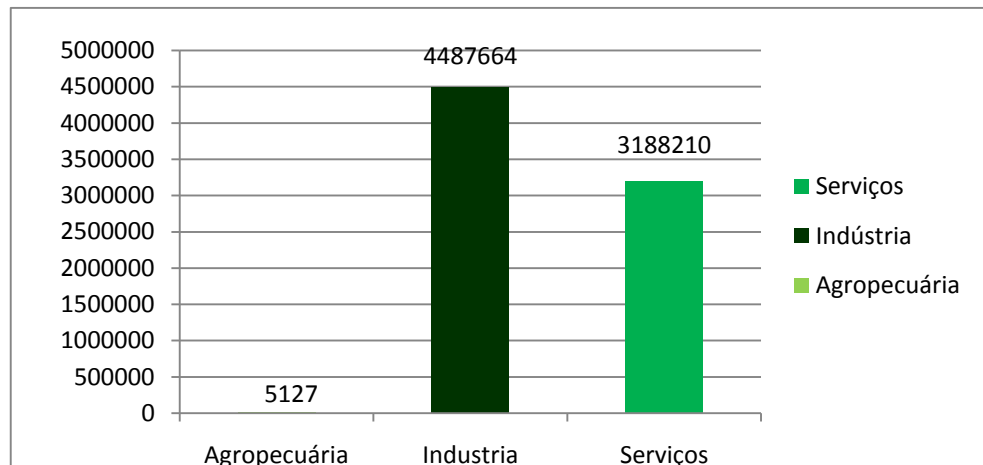
Tabela 15 – Indicadores de renda pobreza e desigualdade 1991, 2000 e 2010

Indicadores	Períodos		
	1991	2000	2010
Renda per capita			
Média (R\$)	101,7	133,1	77,3
Proporção de pobres (%)	69,7	55,5	55,0
Índice de Gini	0,63	0,62	0,62

Fonte: IBGE, 1991 e 2010. Elaboração Jaciara de Santana, 2010.

Pode-se atribuir a proporção alta de pobres no território sanfranciscano à migração, chegada de pessoas oriundas de outros lugares a procura de condições de vida mais acessíveis

O Produto Interno Bruto – PIB, de São Francisco do Conde em 2008 chegou a:

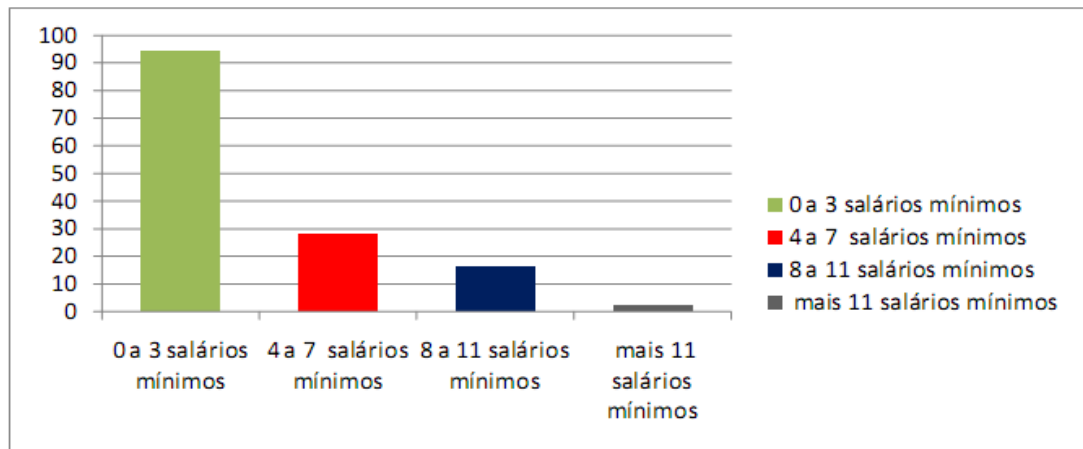
Figura 47 -Produto Interno Bruto- PIB, Valor adicionado, São Francisco do Conde - 2008

Fonte: IBGE, 2008. Elaboração. Elaboração Jaciara de Santana, 2010.

O município tem suas bases econômicas ancoradas, principalmente em torno da Refinaria Landulpho Alves – RLAM, que causa um impacto positivo na economia baiana, passando de 30 milhões no setor secundário sobre o emprego, verifica-se que a maioria maciça da população (entre 65 e 75%) recebe até dois salários mínimos mensais.

A população economicamente ativa que se emprega no setor secundário e recebe renda mais alta, reside em Salvador, na sua grande maioria, contribuindo assim para que grande parte da renda gerada neste município seja transferida para a capital adicionando-se a isso as parcelas transferidas para as sedes das empresas situadas em outras regiões do país e até no exterior. Evidencia como o global se superpõe ao local, visto que as riquezas produzidas no território sanfranciscano é diluída na economia brasileira. Em pesquisa de campo executada na sede e no distrito de Mataripe, quanto à renda indagou-se qual a renda mensal dos pais de alunos das escolas Estaduais matriculados nas terceiras séries do Ensino Médio nos meses de Agosto e setembro de 2010, obtendo-se as seguintes respostas, (Figura 48):

Figura 48 – Renda Mensal, São Francisco do Conde - 2010



Fonte: Pesquisa de campo, 2010. Elaboração Jaciara de Santana, 2010.

Assim, a renda é distribuída de forma desigual neste território. Observa-se que a grande maioria da população residente no território com emprego formal, está situada na primeira faixa salarial entre zero a três salários mínimos correspondendo a 67% da são alunos da EJA – Noturno e ocupam cargos como encarregados, escriturários e pessoas que pararam os estudos para trabalhar, tem capacitação profissional em suas áreas de atuação, porém precisam concluir o ensino médio para ampliarem seus ganhos mensais. Apenas 1% (um) é que recebe os melhores salários, precisamente para uma população de cerca de trinta mil habitantes, há cerca de seis mil pessoas entre servidores públicos que prestam serviços a prefeitura.

Segundo o Censo 2000, sobre o rendimento por domicílios particulares em São Francisco do Conde mais de 1.400 famílias vivem com renda média de 1 a 2 salários mínimos (Tabela 18), num município onde se arrecada mais que Feira de Santana, segunda maior cidade da Bahia. Dado que confirma a pesquisa de campo, mostrada acima onde 67% dos entrevistados recebiam entre 1 a 3 salários mínimos. Os dados do Censo mostram ainda a existência de 777 domicílios onde não existe renda configurando a permanência neste território de pessoas muito pobres contrapondo a situação de riqueza deste município.

Tabela 16 - Rendimento domiciliar e classes de rendimento nominal mensal domiciliar *per capita*, em São Francisco do Conde - BA, 2000 e 2010.

Rendimento mensal	2000	2010
Até 1/4 de salário mínimo	30	1.185
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	124	2.942
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	961	2.795
Mais de 1 a 2 salários mínimos	1.449	1.291
Mais de 2 a 3 salários mínimos	748	315
Mais de 3 a 5 salários mínimos	901	153
Mais de 5 salários mínimos	1.195	81
Sem rendimento	777	666
Total	6.185	9.428

Fonte IBGE. SIDRA. Censos Demográficos, 2000 e 2010. Elaboração própria.

Em 2010 os dados relevam um aumento significativo na população sanfranciscana, como demonstrado anteriormente, em sessão específica, conseqüentemente o empobrecimento da população local. Resultando num inchaço nas classes domiciliares com rendimentos mais baixos ha 4.127 domicílios com renda entre $\frac{1}{4}$ (\$ 136,25) e meio salário mínimo (\$ 272,50), comparando a ano 2000 houve uma piora de cerca de 26,8 vezes. Isto mostra que houve um empobrecimento da população local em São Francisco do Conde, onde mais pessoas entraram para as classes mais baixas, ao mesmo tempo houve um inchaço nestas classes e uma redução de pessoas com salários mais altos neste município.

No intervalo entre mais de meio salário mínimo ate um salário em 2000, haviam 961 domicílios com esta renda familiar, em 2010 este número triplicou. Os auxílios recebidos por parte da população sanfranciscana beneficiado pelos programas sociais: Bolsa Família, do Governo Federal e PAS (Programa de Acolhimento Social) criado pelo município, entende-se que mais pessoas entraram na linha da pobreza ou nas classes mais baixas, pessoas que, em 2000 possivelmente, não participava do mercado de trabalho, ainda o que também justifica o aumento da população local.

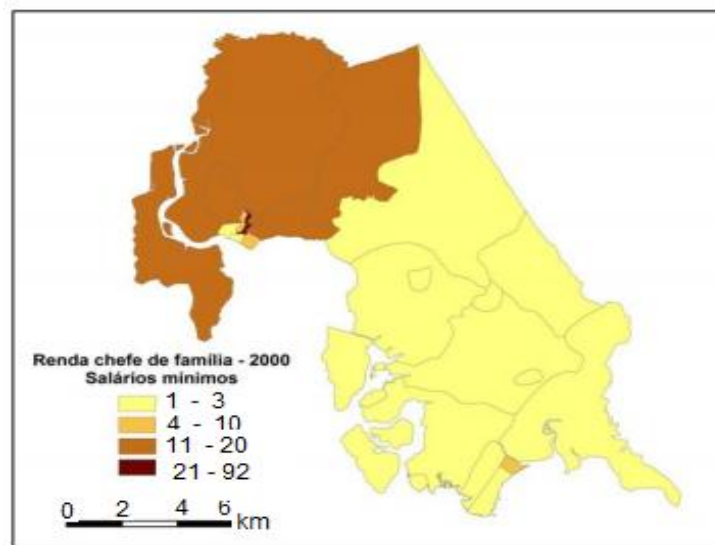
Segundo pesquisa de campo a maior parte da população recebe entre 1 a 3 salários mínimos fato confirmado pelos números divulgados pelo IBGE (2010) embora em 2010 tenha diminuído o número de domicílios (258) saíram desta classe;

houve um decréscimo também nas classes posteriores (com salários maiores) entre 2 e 3 salários mínimos, estes domicílios caíram para classes mais baixas com rendimentos menores, pois cerca de 433 domicílios saíram desta classe em 2010. Reafirmando que houve um declínio nas condições de vida em São Francisco do Conde neste último decênio. Houve também, uma redução no numero de domicílios com esta faixa salarial (+3 e Cinco SM), seis vezes entre 2000 e 2010. Cerca de 1195 domicílios recebiam em 2000 salários acima deste patamar, em 2010 se reduziu drasticamente estes números decaindo para 81 domicílios com esta faixa salarial, quase 12 vezes menos domicílios decresceram os ganhos mensais, fazendo o enigma de pobreza versus riqueza transparecer no território sanfranciscano.

Conforme o IBGE (2010) existem 666 domicílios sem rendimento algum no município de São Francisco do Conde, estes ainda não participam dos programas assistenciais do governo, fato constatado pela pesquisa de campo (2010), estes também não participam dos programas municipais, cabendo um trabalho assistencial que vise sanar estes desequilíbrios neste lugar. Os indicadores econômicos de São Francisco do Conde, conforme explanações apresentadas não refletem desenvolvimento nem crescimento no território sanfranciscano por isto ainda podem-se observar dados como os demonstrados na tabela 16. Eles deixam transparecer que neste município a riqueza (o petróleo) não contribui para reduzir as desigualdades no território franciscano, ou seja, se as riquezas naturais não forem geridas com vistas a melhorar a qualidade de vida das populações em seu entorno, estas farão aumentar significativamente a distancia entre ricos e pobres.

Na figura 50, evidenciam-se espacialmente como as desigualdades são marcantes em São Francisco do Conde. As áreas em amarelo mostram as regiões de população com renda média de até três salários mínimos, a maioria da população recebendo até dez salários mínimos está localizada no distrito Sede e uma pequena parcela na região próxima à Refinaria, sendo que dos melhores salários apenas 1% reside no município; neste índice estão situados os políticos locais e servidores públicos Fig. 49:

Figura 49 – Renda chefe de família São Francisco do Conde – 2000, por setores censitários



Fonte: IBGE, 2000, elaborado por Jaciara de Santana, 2009.

Nota-se no mapa, que apenas na sede do município, uma ínfima parcela tem renda superior a 20 salários mínimos, restando 29% da população da sede que gira em torno de 2%, e na região próxima a Refinaria aparecem rendas de 4 a 10 salários mínimos, por chefe de família, que são um pouco melhores que o restante da população local que no mapa acima aparecem de amarelo claro correspondendo a quase 70% da população local com renda entre 01 a 03 salários mínimos em um município que expõe PIB em torno de 10 bilhões/ano e PIB *per capita* em torno de 283 mil (TCM, 2004). Assim sendo, os moradores locais necessitam de políticas públicas que viabilizem uma melhor distribuição da renda local, visando melhorar as condições de vida dos munícipes. Criando serviços e uma infraestrutura condizente com as condições financeira locais.

Com a arrecadação municipal de São Francisco do Conde (2010) é elevada, cerca de R\$ 49.388.150 (TCM, 2010), a população fixa da região acaba ficando dependente do poder público local para a obtenção de empregos. Conforme o Diagnóstico Municipal da Secretária de Planejamento (2008), em 2007, 69,81% da mão-de-obra do município vinculava-se à Administração Pública municipal. A prática assistencialista persiste no território sanfranciscano atualmente, e vem sendo denunciada pelos meios de comunicação de massa, com veiculação local e/ou nacional, conforme descrito no capítulo um desta dissertação (p.4 e 5), pelos Jornais A Tarde, A Folha de São Paulo e o Jornal da Metrópole, com publicações em julho de 2010.

Por outro lado, conforme estimativas das Associações de Pescadores e Marisqueiras apontam que no município devam existir entre 2.000 a 3.000 trabalhadores neste setor, embora estes números devam ser superiores, já que esta projeção refere-se apenas aos pescadores e marisqueiras cadastrados nas associações em 2007. Justificam que para se reverter este quadro torna-se necessário desenvolver políticas públicas capazes de estimular outras atividades econômicas no município, a exemplo as Cooperativas de Pescadores do Rio Grande do Sul e aqui na Bahia no município de Valente a APAEB - Associação de Pequenos Agricultores do Estado da Bahia, resultados da mobilização dos trabalhadores envolvidos nas questões comuns às comunidades envolvidas (Silva e Silva, 2006, p.169), assim como destacar as potencialidades turísticas de São Francisco do Conde, visando entrar no mercado turístico, por exemplo, como veremos a seguir.

4.9 PATRIMÔNIOS CULTURAL E HISTÓRICO

O município dispõe de uma gama de bens naturais como rios, ilhas e riachos; monumentos históricos igrejas, engenhos, construções civis e arquitetônicas; e culturais, grupos e manifestações culturais que podem ser uma via de acesso a novas atividades econômicas como o turismo, por exemplo. Segundo o Diagnóstico Municipal, (2008): “... A diversidade cultural se faz presente no município, todavia a escassez de eventos culturais e equipamentos destinados à produção e investimentos públicos contribuíram para que as manifestações de saberes dos munícipes estejam passíveis de desaparecimento (2008, p.7).” As entidades existentes encontram-se em declínio sem recursos financeiros para se manter, enquanto os investimentos são aplicados em outras entidades supostamente culturais e modernas, no entanto dispendiosas e distantes da realidade local, mas que atendem aos modismos apresentados pela mídia nacional.

Conforme relatório do Plano Diretor Urbano de São Francisco do Conde (2006), o cenário arquitetônico existente no município ilustra bem as razões que devem levá-lo a fazer um melhor proveito do potencial turístico que possui. Possui uma natureza exuberante e diferenciada, com prédios históricos e manifestações culturais locais que podem servir para atrair turistas de diversos tipos; é banhado pelas águas da Bahia de Todos os Santos. Ao se referir ao processo de formação do povo brasileiro, conseqüentemente do povo sanfranciscano, Espírito Santo (1998) destaca que:

(...) o processo de mistura racial, do ponto de vista cultural tivemos um grande privilégio, uma vez que conseguimos inúmeras tradições aliando à possibilidade de fundirmos inúmeras outras. A partir desse processo difundiram-se ao longo de todo o território sanfranciscano inúmeras formas de manifestações culturais passando de geração a geração, chegando aos nossos dias (boa parte delas), as quais relacionaremos a seguir. A fusão se refere ao momento em adaptarmos uma determinada manifestação cultural de um grupo étnico a outro como resultado algo diferente do anterior. (1998, p. 28).

Em *o Resgate de uma riqueza cultural* (1998), Espírito Santo ressalta a existência dos engenhos oponentes, igrejas, as ruínas da 1ª Escola de Agronomia da América Latina, Paço Municipal, a cadeia publica, a casa de Mario Augusto Teixeira de Freitas – geógrafo, fundador do IBGE, o Mercado Cultural etc, que configuraram o território sanfranciscano e hoje podem configurar-se no rol de possibilidades para o desenvolvimento local. Entretanto, para que isso possa ocorrer, são indispensáveis melhorias de infraestrutura, serviços e pessoal qualificado.

Existe proposta no PDDU 2006 da criação do Parque Cultural em São Francisco do Conde, como um mecanismo de preservação cultural, de emprego de mão-de-obra local e uma destinação turística, isso caso seja bem organizado, pode contribuir para a diversificação de chamarizes que podem atrair visitantes ao município.

São Francisco do Conde abriga um importante acervo de patrimônio histórico datado desde o Brasil Colônia e é representado por igrejas e monumentos histórico. Muitos se encontram em avançado estado de degradação pela ausência de manutenção e preservação do poder público municipal. (Figuras 51 a 54)

Monumentos Históricos de São Francisco do Conde – 2010

Fig. 50 - Convento de Santo Antonio, 03/03/2011



Fig. 51 - Casa da Câmara e cadeia onde funciona a Prefeitura Municipal, 03/03/2011.



Fig. 52 - Rua Espírito Santo, sede, 03/03/2011



Fig. 53 - Vista panorâmica da orla marítima de São Francisco do Conde, 03/03/2011



Fonte: Arquivo Pessoal, 2011.

Destacam-se no município alguns elementos que, constituídos culturalmente pelos negros da região, tornaram-se referência e foram passando de uma geração para outra.

Na esfera cultura local o município é detentor de belíssimas manifestações da cultura popular que incluem o Samba Chula, tombado pelo Patrimônio Histórico Imaterial da Humanidade pela UNESCO (2008), os terreiros de candomblés, a capoeira, os afoxés, as festas populares como o São João, maior evento cultural do município, dentre outras manifestações mostradas nas Figuras 54 a 58:

Figuras 54 a 58 – Manifestações Culturais de São Francisco do Conde – 2006 – 2011

Fig. 54 – Lindroamor - 2011



Fonte: Arquivo pessoal, 2011

Fig. 55 – São João, 2010



Fonte: Arquivo pessoal, 2011

Fig. 56 – Candomblé



Fonte: Arquivo pessoal, 2011

Fig. 57 - Reisado



Fonte: Arquivo pessoal, 2011

Destaca-se também a existência de um efetivo com aproximadamente, 50(cinquenta) grupos culturais em funcionamento no município em 2010, conforme constatado em pesquisa de campo realizada agregado a dados da Secretaria Municipal de Cultura (Quadro 7):

Quadro 07 – Grupos Culturais de São Francisco do Conde - 2008

Grupos	Atividades
Afoxé Obariefan Afoxé Filhos de Ogum Afoxé Filhos de Obá	Afoxé
Capoeira Africanos do Recôncavo Capoeira Oba Obá Capoeira Liberdade Capoeira Quilombo	Capoeira
Grupo de Baianas Omin Aladê	Dança
Fascinação	Dança/teatro
Bumba-meu-boi Burrinha Lindroamor Maculelê Meninos de Lama Paparutas Santa Mazorra	Folclore
Grupo Zuluz Grupos de Mandus Grupos de Caretas Amigo Folhagem	Grupo carnavalesco
Nega Maluca	Personalidade Carnavalesca/folclore
Grupo Mont'Arte Grupo teatral são bem' Arte Grupo teatral amor na terra Grupo teatral educativo Jabequara de areia	Teatro
Charanga Babado Novo Charanga Adrenalina Coral Cantores da Paz Coral Juventude e Arte de São Bento Filarmônica Lira Franciscana Filarmônica Lira 30 de Março Juventude Criativa Frutos do Conde	Música Musica/Folclore Musica (percussão)
Samba Zezinho e sua gente Samba raízes de São Francisco Samba Filhos de São Francisco Samba de Roda Raízes de Angola Samba Chula os Filhos da Pitangueira	Samba

Fonte: Prefeitura Municipal de São Francisco do Conde, 2008.

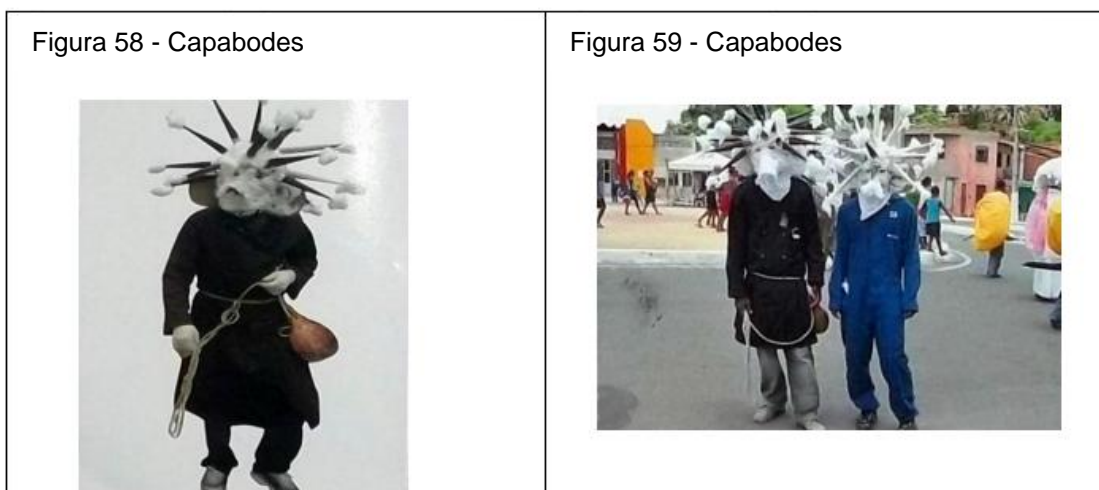
No Carnaval destacam-se algumas manifestações que mantêm a tradição cultural do município como, bem imaterial da humanidade, mostrados a seguir:

a) Capabode

Existem várias versões sobre a origem do capabode, mas se acredita que o capabode tenha surgido através dos antigos escravos africanos que vieram para o Brasil, particularmente à Bahia no recôncavo baiano para trabalhar nas lavouras canavieiras no início do processo de colonização. Através de pesquisas realizadas com pessoas mais antigas concluiu-se que existiam grupos de escravos que saíam das fazendas onde estavam instalados no intuito de pegar animais para serem sacrificados. Dentre estes animais, o bode, animal do qual eram retirados os testículos, daí a expressão capabode.

Segundo as informações, estes escravos inicialmente utilizavam as cabeças de animais no intuito de esconder o rosto e não serem reconhecidos e, mais tarde, passaram a utilizar de uma indumentária toda especial para o desenvolvimento dessa atividade, que se constituía de máscara (confeccionada com uma expressão aterradorante no sentido de ocultar o rosto), uma corda (era utilizada no intuito de laçar os animais), uma grande cabaça presa à cintura com um pequeno furo utilizada para colocar o sangue do animal, um bocapiu (uma sacola feita de palha) presa à cintura, pois as ações desses grupos não eram restritas aos animais, eles também saqueavam armazéns e algumas propriedades, daí a utilização do bocapiu, para armazenar os produtos (SANTO, 1998, p.74):

Figuras 58 e 59 – Capabodes



Fonte: Secretaria de Cultura Municipal – 2010.

b) Mandú

Manifestação cultural que ocorre em São Francisco do Conde e em outras cidades do Recôncavo baiano. Trata-se de um grupo de foliões que saem as ruas durante o carnaval (Fig. 60). A indumentária constitui-se de uma urupemba que é colocada na cabeça do folião. Forrada com tecido até a cintura é colocada um pedaço de madeira formando os braços do personagem, nas pernas usam-se calças e um par de tênis ou sapatos (Santo, 1998, p.89).

Figura 60 – Mandús – São Francisco do Conde - 2010




Fonte: Secretaria de Cultura Municipal – 2010

c) Caretas

Na cultura de São Francisco do Conde existem as caretas que são blocos de mascarados que se organizam para sair às ruas da cidade no período do carnaval e em outras festas populares. Algumas são caracterizadas com cones de jornal ou revistas forrados com papel de seda e crepom, revestidos com algodão entre os cones, na máscara.

Com o passar do tempo houve inovações na forma de confeccionar as caretas e surgiram as *caretas carrancas* que são confeccionadas com caixas de ovos, jornais, papelões, tintas e vernizes. Criação do jovem Vadson dos Santos Bispo – Sinho, o bloco de Mascarados Anjos da Noite vêm incrementado os carnavais franciscanos, que com sua criatividade está sendo chamado para apresentar-se em diferentes cidades baianas.(fig. 63/66):

Figura 61 a 64 – Caretas

<p>Figura 61 – Caretas - tradicionais</p>  <p>Fonte: Secretaria de Cultura Municipal – 2010</p>	<p>Figura 62 – Caretas tradicionais em blocos</p>  <p>Fonte: Secretaria de Cultura Municipal – 2010</p>
<p>Figura 63 – Caretas inovadas</p>  <p>Fonte: Arquivo pessoal, 2011</p>	<p>Figura 64 – Caretas inovadas</p>  <p>Fonte: Arquivo pessoal, 2010</p>

Elaboração: Jaciara de Santana, 2011.

d) Casa Natal de Teixeira de Freitas(patrimônio edificado)

Nesta casa (Fig. 65 e 66) nasceu o Geógrafo fundador do IBGE; situa-se em um dos pontos elevados da cidade, de frente ao Convento de Santo Antônio. O edifício está isolado nos dois lados e forma a esquina da Rua Mario Augusto Teixeira de Freitas e Praça Arthur de Sales nº 28, fazendo parte do centro histórico da cidade.

Figura 65 – Vista Lateral Casa Natal Teixeira de Freitas



Figura 66– Casa Natal Teixeira de Freitas



Fonte: Arquivo pessoal, 2010.

O acervo primitivo da casa pertenceu ao Dr. Mário Augusto Teixeira de Freitas. Casa urbana, de circulação central, do final do século XIX, este tipo de planta foi adotado em residências urbanas desde o período colonial até o fim do século XIX, tanto em casas como em sobrados, com pequenas variações. Neste caso, porém, já se nota a preocupação de afastar o edifício dos limites laterais do lote. Isso reflete uma nova concepção de residência que surge naquela época eliminando as alcovas sem luz, incorporando o jardim à casa e estabelecendo uma ocupação urbana menos densa. Interessante, neste caso, é a forma da sala de almoço, um simples alargamento da circulação central para onde convergem todos os quartos (SANTO 1998). A casa encontra-se com seu acervo muito precário, necessita de uma reforma para que se preserve a história local. Atualmente encontra-se abandonada servindo de moradia a desabrigados. A própria prefeitura de São Francisco do Conde poderia reformar este patrimônio, ou acionar o IBGE para recuperar, em parceria, o imóvel.

5 POBREZA, RIQUEZA E DESIGUALDADES

Este capítulo visa levantar questões centrais sobre a riqueza, pobreza e desigualdades em São Francisco do Conde – BA, com o objetivo de demonstrar que em São Francisco do Conde, como no Brasil e na Bahia, o enigma da riqueza, da pobreza e da desigualdade, aparece com grande expressividade. Destaca-se que o município supracitado é detentor de uma grande riqueza natural (petróleo), porém sua população convive com indicadores sociais muito baixos em relação a municípios com arrecadação muito inferior às receitas que a prefeitura municipal de São Francisco do Conde dispõe. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) local foi de 0,714 em 2000, superado por cidades como Madre de Deus por exemplo.

5.1 RIQUEZA

Para iniciar a discussão sobre a riqueza deve-se definir o termo com vistas a fomentar as discussões de forma coerente, posteriormente situar as riquezas naturais para em seguida fazer um recorte espacial de forma a trazer a discussão sobre riqueza em São Francisco do Conde para entender como ocorre o enigma de um município detentor do maior PIB *per capita* (R\$ 288.370,81) do país e seus moradores conviverem com índices de pobreza muito altos (55,5%) segundo o IBGE, 2000 e PNUD.

De certa forma, a complexidade existente em São Francisco do Conde também faz parte do enigma brasileiro, pois não se justifica que um país, segundo a mídia em geral e o IBGE (2010), classificado como a 8ª economia mundial, 13º em produção científica no mundo ser, segundo a Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP-2011), ocupam 88º em Índice de Desenvolvimento Humano (IBGE, 2010). Cabe uma discussão nas agendas das academias e de inúmeros órgãos no âmbito municipal, estadual, federal, organismos internacionais e nas organizações não-governamentais (ONGs) interessadas no tema.

Conforme a SEI (2010) demonstra no caderno especial A Bahia em Números, edição – IV, o Brasil como oitava economia mundial participa dos “BRICs – Brasil, Rússia, Índia e China, que despontam como países emergentes, na economia mundial, ancorados por suas grandes extensões territoriais, mercado interno e reservas naturais”. O BRICs foi o nome dado a estas economias mundiais pelo

economista inglês Jim O'Neill, que criou o termo em 2001 para se referir ao conjunto dos quatro países com poder de dar cartadas no jogo econômico mundial, protagonismo crescente no cenário geopolítico e de baixo risco para os investidores mundiais (LUNA, 2010, p.18).

O Estado da Bahia, em 2008, segundo o IBGE, ocupa o 7º lugar no PIB total do Brasil e o 19º lugar no PIB *per capita* e no IDH. Como um indicador também enigmático de sua situação social, a Bahia ocupa o 1º lugar no país em percentagem de professores da rede pública de ensino, sem curso superior completo 50,85%, contra 2,85% do Estado de São Paulo (GÓIS, 2011, p.C3). Em São Francisco do Conde, apesar de 70% do quadro docente possuir ensino superior, segundo SEDUC, 2009, os níveis educacionais da população estão aquém da média nacional. Das pessoas entre 15 e 17 anos, 85% tem menos de oito anos de estudo e das pessoas entre 18 e 24 anos, 62,2% estão na mesma situação fato que revela uma vértice do enigma estabelecido neste rico município baiano.

Segundo o dicionário Aurélio (2001), riqueza significa: Qualidade do que, ou de quem é rico; opulência, abundância de bens, de fortuna; bens materiais, de valor: possuir muitas riquezas; cópia, fartura, abundância de qualquer coisa; riqueza de imaginação; fertilidade, fecundidade: riqueza do solo (FERREIRA, 2001, p. 610). O Minidicionário Escolar da Língua Portuguesa (2010), define riqueza como qualidade ou condição de rico; abundancia; fartura; a classe dos ricos (RIOS, 2010, p.454). Define-se riqueza também, como o conjunto de bens, materiais ou imateriais, externos ao homem, que contribuem para o seu bem-estar, individual ou coletivo, direta ou indiretamente, para o que é indispensável que sejam possuídos, ou, pelo menos, usados pelos homens.

A significação da palavra riqueza é diversificada não apenas entre países, mas também entre os membros de uma mesma nação. Diz respeito à fartura de bens que uma pessoa possui seja em dinheiro, patrimônios móveis, imóveis. Ela também é avaliada pela possibilidade que se tem de ser usuário de serviços essenciais, como a saúde, a educação, entre outros.

Nos trabalhos de organismos internacionais como os do Banco Mundial e Organização das Nações Unidas (ONU), utilizam-se metodologias apoiadas nos índices sintéticos como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que foi proposto pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no começo da década de 1990. Criado por Mahbub ul Haq, em colaboração com

Amartya Sen, o IDH que se apresenta como medida geral do desenvolvimento humano, ainda que não ambicione abranger todos os aspectos do desenvolvimento, uma vez que tal conceito é mais rico e complexo do que um índice pode esperar capturar.

Neste campo de estudo trabalha-se com a teoria desenvolvida por Haq e Sen, no qual se publicou uma série de estudos criticando a fórmula tradicional usada para medir o desenvolvimento de um país. Para eles, a melhor medida deve estar vinculada às oportunidades que são oferecidas à população para que esta faça suas escolhas e possa exercer plenamente sua cidadania. Sendo assim, verificar o nível da produção econômica de nada adiantava, pois, a produção de riquezas não significa sua equilibrada distribuição entre a população. Também se utilizou o IDH para medir o grau de desenvolvimento de um país, levando-se em consideração três aspectos:

- A renda per capita – toda riqueza produzida pela sociedade ao longo de um ano dividida proporcionalmente por sua população;
- A longevidade – expectativa de vida da população;
- A escolaridade – número de crianças alfabetizadas e regularmente matriculadas nas escolas.

Visando dar suporte ao trabalho, foi necessário comprovar as amostras recolhidas e analisa-las. Por isso, recorreu-se à pesquisa de campo para comprovar os dados da amostragem e entender como ocorrem às distorções entre renda per capita e a renda real por habitante em São Francisco do Conde.

Em geral, os indicadores econômicos elevados, são ocupados pelas capitais estaduais ou por municípios, na sua maioria do interior do Brasil, muitos com baixa densidade demográfica e sede de empreendimentos altamente rentáveis. Alguns deles com suas economias ligadas às atividades energéticas de alto valor agregado como hidrelétricas, conversores e transmissores de energia, exploração, produção e refino de petróleo e gás, extração e beneficiamento de minérios e minerais ou portos e/ou aqueles com economias voltadas para agricultura com lavouras de soja, algodão, milho e pecuária (GÓIS, 2011, p. A10).

São Francisco do Conde como percebido, se mantém no ranking dos municípios brasileiros com maior PIB *per capita* da União (R\$ 288.370,81) em 2008. Segundo o Tribunal de Contas da União (BRASIL, 2010), a prefeitura municipal de São Francisco do Conde teve uma das maiores arrecadações por impostos do

Brasil, em 2008 por volta de R\$ 334.451.233,80 em receitas próprias e transferências de recursos, (Tabela 17):

Tabela 17 – Receita municipal de São Francisco do Conde - 2008

Receita Municipal São Francisco do Conde - 2008	
Receita própria do município	R\$ 32.860.364,05
Transferência de recursos	R\$ 295.590.869,75
Receita total	R\$ 334.451.233,80

Fonte: BRASIL.TCM, 2008.

Toda esta abundância de recursos, advinda da arrecadação de ICMS no município de São Francisco do Conde, quando e se utilizada numa perspectiva igualitária das capacidades defendidas por Sen (2001, p.46) - “parcelas maiores para os mercedores” – tende a incluir tratamento igual para merecimentos iguais, dando a cada um a mesma recompensa por merecimento que é dada ao outro”.

Neste sentido, ressalta-se que esta renda se igualitariamente dividida pela população, como mostram os estudos das Nações Unidas, o PNUD (2000), alavancaria as condições de vida da população como um todo, tornando as sociedades mais justas, caso incluíssem, conforme SEN (2001), capacidades, liberdades e motivações: A “abordagem da capacidade” tem algo a oferecer tanto à avaliação do *bem estar* como à apreciação da *liberdade* (SEN, 2001, p.225); podendo refletir em novas e distintas motivações usadas para analisar e avaliar a igualdade de liberdades. Um povo motivado *capacitariamente*, segundo a abordagem de Sen (2001), seria aquele que desfrutasse equitativamente de igualdade para alcançar o *bem estar*, assim atingiria bons índices em educação, longevidade (qualidade de vida), renda e liberdades de escolha, estando assim, fora das constantes problemáticas sociais que tanto afligem as comunidades na contemporaneidade.

Caso estas “motivações” (riqueza distribuída de forma igualitária pela população local - como sugere a esquematização do PIB *per capita*) pudessem refletir na realidade da população local, do município de São Francisco do Conde, melhoraria significativamente sua qualidade de vida, fato que não ocorre na

singularidade deste lugar. Observam-se no cenário local que esta alta arrecadação, advinda dos impostos é muito alta quando se compara, por exemplo, a cidades da Bahia, com os menores PIB (Tab. 18), como por exemplo, Gavião, Contendas do Sincorá, Ibiquera, Lafaiete Coutinho e Dom Macedo Costa, conforme o IBGE (2010), com arrecadações muito pequenas quando comparados aos municípios de maiores arrecadações como São Francisco do Conde, Salvador e Camaçari, por exemplo, (Tab.18):

Tabela 18 – Municípios do Estado da Bahia com maiores e menores PIB - 2008

PIB 2008 (5 Menores)		PIB 2008 (5 Maiores)	
Municípios	PIB	Municípios	Total
Gavião	13.993	Salvador	29.668.442
Contendas do Sincorá	15.147	Camaçari	10.474.421
Ibiquera	15.433	São Francisco do Conde	9.002.648
Lafaiete Coutinho	15.778	Feira de Santana	5.263.533
Dom Macedo Costa	16.263	Candeias	3.173.598

Fonte: IBGE, 2010.

Resumindo a tabela 18 mostra os cinco maiores e menores PIB municipais do Estado da Bahia, em 2008, onde se verifica uma relação com o tamanho da cidade ou com o peso do setor industrial, como é o caso de São Francisco do Conde, Camaçari, Candeias, Simões Filho e Feira de Santana.

Nota-se que São Francisco do Conde, está à frente da segunda maior cidade da Bahia, Feira de Santana, com uma diferença em torno de 3.739.115; só esta diferença é maior que o PIB da quinta cidade em arrecadação que é Candeias em 2008, para contrapor estes números, apresentaram-se municípios com os menores PIB da Bahia como os citados na tabela 18 com uma diferença de milhares e milhares de reais.

Dos cinco maiores PIB *per capita* municipais do Estado da Bahia, observa-se que o município de São Francisco do Conde aparece no topo da lista com R\$ 288.370,81 impulsionado pela indústria (refinaria RLAM), seguido de Cairú R\$ 55.509,00 também movido pela indústria energética, com a descoberta do gás

natural em Manati que abriu um novo olhar sobre a produção do gás natural no Estado da Bahia, segundo o Jornal O Globo *online*. Em terceiro lugar aparece Camaçari com R\$ 45.950 também com economia voltada para indústria, seguidas de Candeias e São Desidério onde se destacam também a indústria, e no primeiro caso, e agronegócios no segundo caso.

Verifica-se que cerca de mais de 70% da economia de São Francisco do Conde advém do petróleo. Esta característica é comum à maioria das cidades onde o PIB *per capita* se destaca. São municípios que possuem zona industrial e onde as riquezas produzidas nas fronteiras municipais não são apropriadas pela população residente. Apesar do PIB alto, em São Francisco do Conde parcela da população vive em estado de pobreza e miséria, fato que constitui um enigma para este estudo, onde os sanfranciscanos, aqui chamados de “filhos da terra”², mais da metade da população em 2000, recebiam em média de 1/2 de ¾ de salário mínimo mensal como vimos anteriormente. Em 2010 estas discrepâncias se mantêm, tendo aumentado em 30% o número de pessoas que vivem com esta renda no território sanfranciscano.

A arrecadação recebida pela prefeitura municipal de São Francisco do Conde, como mostrado na tabela 19, foi gasta, em 2008 com: repasse à Câmara de Vereadores, cerca de R\$ 17.484.387,36; R\$ 27.969.834,24 com saúde e 58.253.720,12 com educação números estes que são maiores que os recursos recebidos por muitos municípios com menores arrecadações como mostraremos a seguir (Tab.19):

Tabela 19 – São Francisco do Conde – Despesas (parcial) 2008

São Francisco do Conde	Despesas/2008
Repasse do duodécimo à Câmara	R\$ 17.484.387,36 em 2008 (dados informados pelo gestor)
Gastos com Saúde	R\$ 27.969.834,24 em 2008 (dados informados pelo gestor)
Gastos com Educação	R\$ 58.253.720,12 em 2008 (dados informados pelo gestor)
Total	R\$ 103.707.942,02

Fonte: BRASIL, TCM, 2008.

² filhos da terra: os donos da terra, donos da riqueza sanfranciscana

Mesmo não aparecendo na tabela ressalta-se que no município em 2010, os gastos com festas são altos e no último São João o município gastou cerca de duzentos mil reais para contratação de astros nacionais, como o cantor Luan Santana por exemplo.

Neste ano (2008), o PIB *per capita* de São Francisco do Conde foi o maior do Brasil (IBGE, 2010), entretanto no cenário local, segundo relato da população, com os desmandos dos últimos gestores e a má gestão pública transformaram as riquezas municipais em carência de educação, com escolas sucateadas funcionando em casas alugadas, mal iluminadas, sem materiais didáticos e pedagógicos para os docentes trabalharem, sendo que nenhuma escola foi construída no município em quase 20 anos; saneamento básico, com esgotos a céu aberto; ruas esburacadas; saúde, com postos fechados, falta de medicamentos básicos na farmácia, falta de pagamento às empresas prestadoras de serviços médico-hospitalares, terceirização de serviços, funcionários públicos efetivos em casa a mando dos gestores; e uma série de outros problemas divulgados pela mídia baiana e nacional.

Em 2005, um gestor municipal foi cassado pela justiça eleitoral, acusado de compra de voto, o mesmo teve as contas rejeitadas (mau uso do dinheiro público) pelo Tribunal de Contas dos Municípios. Seu sucessor, em 2007, também fora cassado, por ação criminal no Ministério Público da Bahia por uso de laranja e super faturamento em contrato na área de saúde o mesmo teve seu mandato anulado pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE, ficando no cargo durante um ano e sete meses. Sendo novamente sucedido por seu antecessor, que reassumiu a prefeitura, em agosto deste mesmo ano, conforme denúncias no Ministério Público da Bahia (BAHIA, MP, 2007).

Entretanto, conforme pesquisa de campo realizada, a riqueza observada no município, não se reflete como indicador de desenvolvimento municipal, muito menos na apropriação da renda pela população residente, dizem que a baixa densidade demográfica pode ser um item a se analisar para justificar este fenômeno, mas cabe registrar neste estudo que há uma cumplicidade entre políticos e os administradores públicos municipais, que por vezes se revezam no poder local, atrelados a ausência do Estado no território local.

O pequeno município exibe bolsões de pobreza em localidades como Roseira, na sede, acampamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) em Caípe e em toda a espacialidade local fatos que contrapõem sua riqueza.

Segundo o Tribunal de Contas dos Municípios, São Francisco do Conde foi a 3ª (terceira) maior cidade da Bahia em arrecadação de impostos, em 2008.

Em 2009 os recursos recebidos com transferência de recursos pela prefeitura municipal de São Francisco do Conde foram (Tab. 20):

Tabela 20 – Transferência de recursos nos municípios baianos - 2009

Transferência de recursos 2009	Total	% em relação ao total dos municípios
Total de municípios da Bahia	10.387.031.423	100,0
Salvador	1.515.414.906	14,6
Camaçari	138.449.387	1,3
Candeias	51.006.009	0,5
São Francisco do Conde	49.388.150	0,5
Madre de Deus	36.903.056	0,4
Valente	17.007.597	0,2
MÉDIA	301.361.517	2,9

Fonte: BRASIL, TCM, 2010.

Destaca-se o município de Valente, neste estudo, para permitir uma comparação entre municípios do Recôncavo com um município do sertão baiano, no caso situado na região sisaleira. Mostrando assim, as diferenças econômicas entre estas diferentes regiões do Estado da Bahia onde se reflete todo um descompasso como no Brasil na distribuição da renda, fazendo com que o número de miseráveis e pobres continue aumentando.

Em 2010, a prefeitura local arrecadou cerca de 0,5% de recursos totais repassados aos municípios baianos ficando atrás apenas de Salvador, Camaçari e Candeias (Tab. 21):

Tabela 21 – Transferências de recursos São Francisco do Conde – 2010

Municípios	Total	% em relação ao total dos municípios da Bahia	Recursos (Per capita)	População
Total de municípios da Bahia	10.387.031.423	100,0		
Salvador	1.515.414.906	14,6	566,2	2.676.606
Camaçari	138.449.387	1,3	569,8	242.984
Candeias	51.006.009	0,5	614,0	83.077
São Francisco do Conde	49.388.150	0,5	1.488,9	33.172
Madre de Deus	36.903.056	0,4	2.122,8	17.384
Valente	17.007.597	0,2	692,0	24.579
Média (dos 6 municípios)	301.361.517	2,9	1.009	512.967

Fonte: BRASIL, TCM, 2010.

Observa-se que a hierarquia das cidades continua sendo a mesma como demonstrado nas tabelas anteriores, com um aumento nos valores de um ano para outro. No topo a capital Salvador, por seu conjunto de serviços e atividades industriais, tem cerca de 2.676.606 hab/km², e recursos *per capita* de 566,2; seguidas Camaçari, segunda cidade baiana em repasse de recursos, recebeu de transferências de recursos em 2010, R\$ 138.449.387, por conta da indústria e ser sede do pólo industrial baiano, precedidas por Candeias (R\$ 51.006.009), em terceiro lugar e São Francisco do Conde (R\$ 49.388.150) respectivamente.

O município de Camaçari (BA), com população de 242.984 hab/km² (IBGE, 2010), quase 10 vezes menos população que Salvador tem recursos *per capita* 569,20 melhor cerca de três pontos a frente da capital; seguidas de Candeias movidas pelo setor industrial forte, atrelados ao setor de serviços com recursos *per capita* 614,0 também melhor que a capital baiana, e população em menor escala, com 83.077 hab/km², continua sendo como em 2009 (Tab.21) a terceira cidade em transferência de recursos. Neste cenário aparece São Francisco do Conde, quarta cidade em transferência de recursos, em 2010 (R\$ 49.388.158) empata com Candeias em percentual representado (0,5%), sendo o segundo dos maiores recursos *per capita* do Estado (R\$ 1.488,9) em 2010 com uma população pequena

em relação aos demais municípios apresentados 33.183 hab/km², São Francisco do Conde continua movido pela indústria, porém seu dinamismo se restringe a este setor, conforme o Censo 2000 e confirmados pelos resultados divulgados no Censo de 2010. Setores como comércio, serviços e agro – negócios são incipientes neste município.

O município de Madre de Deus com população de 17.384 hab/km² desponta como aquele que possui mais recursos *per capita* do Estado da Bahia cerca de R\$ 2.122,8 com população pequena em relação aos demais municípios baianos, a pequena ilha aparece no cenário baiano com os melhores índices.

Para contrapor, volta-se ao semiárido baiano a pequena Valente, localizada na micro região de Serrinha, distando de Salvador 244 Km, que desponta em 2010 com recursos *per capita* (R\$ 692,0) melhor que o da capital e de demais cidades da região metropolitana. Segundo IBGE, em 2010, sua população é em 13.491 habitantes na zona urbana e 11.088 na zona rural, totalizando 24.579 habitantes, fato que contradiz os números oficiais das cidades baianas com população rural equivalente à população urbana. Possui uma área de 384 km², é constituído do bioma caatinga. Possui clima semiárido. Tem água encanada, energia elétrica, telefone, TV, aeroporto para pequenas aeronaves, terminal rodoviário, clubes recreativos, estádio municipal.

Com economia pautada no comércio local, por três grandes empregadores: A Prefeitura Municipal localizada no centro da cidade, a indústria de calçados Via Uno e a indústria de tapetes e carpetes de sisal da Associação de Desenvolvimento Sustentável Solidário da Região Sisaleira – APAEB. A agricultura familiar é a principal fonte de renda para as pessoas da zona rural aliada à cultura do sisal, planta que deu a Valente o título de capital da fibra. (Silva e Silva, 2006, p.163). Com recursos *per capita* chegando a R\$ 692, 0 e IDHM em torno de 0, 657 que é considerado mediano pela Organização das Nações Unidas – ONU. Em 2010 recebeu de transferência de recursos cerca de R\$ 17.007.597 em relação ao total de municípios da Bahia estando numa posição de destaque.

A média destes números apresentados na tabela 22 demonstra como a distribuição desigual da renda e dos serviços pode interferir no modo de vida das populações nas cidades baianas, caso esta abundância de recursos seja redesenhada de forma a distribuir equitativamente as riquezas sanfranciscanas atreladas à eficiência na qualidade nos serviços públicos em geral e vinculadas a

operacionalização eficaz dos gestores nos gastos públicos e mobilização social com vistas a fiscalizar estes gastos podem, amenizar, em tese, os sintomas da corrupção política rompendo os círculos viciosos de forma a garantir formas equitativas de bem estar social, defendidas pela ONU e desta maneira dar uma guinada de 180° no cenário político-social e reverter quadros como, por exemplo, em São Francisco do Conde, cidadãos ricos por natureza, porém com administradores incapazes de gerir o bem público de forma coerente, coesa e igualitária.

Esta sessão visa levantar algumas hipóteses sobre a pobreza na cidade de São Francisco do Conde. Para tanto é necessário definir pobreza, o que não é muito fácil, devido ao seu alto grau de subjetividade e às vezes arbitrariedade que envolve as diferentes definições. Muitos autores relacionam e direcionam a pobreza à renda proveniente de uma situação de emprego formal. Para outros, entretanto torna-se necessário envolver nessa definição conceitos como liberdade e igualdade.

5.2 CONCEITO DE POBREZA

O estudo sobre pobreza mostra-se extremamente relevante no mundo contemporâneo e no Brasil. Assim sendo, este tema complexo, coloca-se no centro das discussões nos meios acadêmicos e sociais, fazendo parte da agenda social dos governos no mundo atual. Muitos autores abordam a temática, porém nem sempre os critérios apresentados para conceituar o tema são convergentes quanto à definição do que venha a ser pobreza, por exemplo. Estudiosos do tema como Sen (2000), Rocha (2003), Pochmann (2003). No entanto, a diversidade de condições socioeconômicas e culturais entre os países justifica segundo Rocha (2003), uma adoção de conceitos específicos de pobreza; isto poderia se constituir um erro para se estabelecer algumas comparações internacionais (2003, p. 31). Porém, em alguns casos aplica-se este conceito, seguindo algumas divisões. Como sugere Rocha (2003):

No caso dos países subdesenvolvidos, onde a renda nacional é insuficiente para garantir o mínimo considerado indispensável para cada um de seus cidadãos; no segundo grupo dos países desenvolvidos onde a renda per capita é elevada e a desigualdade de renda entre indivíduos é em grande parte compensada por transferências de renda e pela universalização do acesso a serviços públicos de boa qualidade. O terceiro grupo formado por países situados numa situação intermediária. Assim o valor atingido pela renda per capita mostra que o montante de recursos disponíveis seria suficiente para garantir o mínimo essencial a todos, de modo que a

persistência da pobreza absoluta se deve a má distribuição de renda (ROCHA, 2003 p.31).

Configura-se um Brasil, nas últimas décadas, com altos índices no que se refere às desigualdades na distribuição de renda e elevados níveis de pobreza. Na região Nordeste, como na Bahia, as desigualdades são latentes. Cabem assim, estudos que abordem esta temática e busquem soluções para dirimir esta problemática, levando-se em conta a história desigual deste país, onde a injustiça social exclui grande parte da população do acesso às condições mínimas de vida digna e de cidadania.

Nos trabalhos de organismos internacionais como os do Banco Mundial e Organização das Nações Unidas – ONU utilizam-se metodologias apoiadas nos índices sintéticos como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que foi proposto pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no começo da década de 1990. Criado por Mahbub ul Haq, em colaboração com Amartya Sen, o IDH apresenta-se como medida geral do desenvolvimento humano.. Para eles, a melhor medida deve estar vinculada às oportunidades que são oferecidas à população para que esta faça suas escolhas e possa exercer plenamente sua cidadania. Sendo assim, verificar o nível da produção econômica de nada adiantava, pois, a produção de riquezas não significa sua equilibrada distribuição entre a população.

O IDH resume várias discussões em números, facilitando o entendimento, dando uma síntese da realidade discutida e ou analisada. A pobreza é definida, geralmente, como a falta do que é necessário para o bem-estar material – especialmente alimentos, moradia, terra e outros ativos. Em outras palavras, a pobreza é a falta de recursos múltiplos que leva à fome e à privação física.

Segundo Amartya Sen, a pobreza pode ser definida como uma privação das capacidades básicas de um indivíduo (1999, p.18) e não apenas uma renda inferior a um patamar pré-estabelecido. Para ele a melhor análise deve estar vinculada as oportunidades que são oferecidas à população para que esta faça suas escolhas e possa exercer sua cidadania.

Por “capacidade” entendem-se as combinações alternativas de funcionamentos de possível realização. Portanto, a capacidade é um tipo de liberdade: a liberdade substantiva de realizar combinações alternativas de funcionamentos ou a liberdade para ter estilos de vida diversos. Sen(1999) cita o exemplo de uma pessoa abastada

que faz jejum por sua livre e espontânea vontade pode ter a mesma realização de funcionamento que uma pessoa pobre forçada a passar fome extrema. Porém, a primeira pessoa possui um "conjunto capacitário" diferente do da segunda. A primeira pode escolher comer bem e ser bem nutrida de um modo impossível para a segunda (SEN, 1999).

A Constituição Federal do Brasil, em seu capítulo II, artigo quarto, IV relaciona o salário mínimo como sendo direito de todos os trabalhadores para melhorar sua condição social:

São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender as suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim (BRASIL, 1988).

No Brasil, alguns estudos têm considerado o valor equivalente a meio salário mínimo mensal para definir a pobreza. Fica evidente que este valor não reflete a realidade brasileira, visto que não se atinge aos objetivos sociais a que este indicador suplanta. No território sanfranciscano a pobreza está diretamente relacionada ao aspecto econômico das desigualdades ao qual Sen (2000) defende "igualdade de condições para todos" e que a carta constitucional brasileira igualmente enfatiza.

Pobreza para Rocha (2003, p. 9), é um fenômeno complexo podendo ser definido de forma genérica como a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada. Resume afirmando que esta definição depende basicamente do padrão de vida e da forma como as diferentes necessidades são atendidas em determinado contexto social e econômico. Assim sendo, neste estudo, associa-se o conceito de pobreza à insuficiência de renda.

Acredita-se que a pobreza é um fenômeno carregado de complexidade, no contexto brasileiro e de países subdesenvolvidos ou em via de desenvolvimento, por envolver questões de ordem econômica e social e, ao mesmo tempo, englobar outros conceitos que igualmente envolvem "a satisfação das necessidades básicas" e o conceito de *bem-estar*.

Para Sen (1999), a percepção da pobreza como conceito relativo é uma abordagem de cunho macroeconômico, assim como o conceito de pobreza absoluta. A pobreza relativa tem relação direta com a desigualdade na distribuição de renda. É

explicitada segundo o padrão de vida vigente na sociedade que define como pobres as pessoas situadas na camada inferior da distribuição de renda, quando comparadas àquelas.

Neste contexto, vale ressaltar que não se levou em consideração que a integridade física dos envolvidos levasse-os a óbito, apenas era pra alertar para situações de privação onde questões de sobrevivência não estivessem em jogo. Para Rocha, pobreza absoluta está relacionada a questões de sobrevivência física. O conceito de pobreza relativa define necessidades a serem satisfeitas em função do modo de vida predominante na sociedade em questão, significando incorporar a redução das desigualdades de meios entre indivíduos como objetivo social. Sendo assim, não existe um ponto determinado que finda a discussão empírica sobre pobreza relativa ou absoluta, apenas elas não apresentam limites claros (ROCHA, 2003, p.11).

A autora continua mostrando que a adoção de linhas de pobreza relativa em linhas de pesquisa acabou levando à aplicação indevida dessa abordagem em países subdesenvolvidos, onde a noção de pobreza absoluta ainda é relevante.

O Banco Mundial, nos anos 80, recorre a uma abordagem desse tipo ao definir como linha de pobreza para países de renda média como o Brasil, o patamar de 1/3 do PIB *per capita* (HICKS e VETTER, In ROCHA, 2003, p. 83), o que, em 2003 correspondia a R\$1.200/ano ou R\$100/pessoa/mês. Observa-se que a linha de pobreza determinada desta forma tem um valor arbitrário, um tanto superior ao patamar de meio salário mínimo (então \$75 naquele ano) também frequentemente utilizado como linha de pobreza no Brasil.

Define indigentes ou pobres como caracterizados por uma insuficiência de renda para atender o consumo mínimo. Neste sentido os indigentes são definidos como aqueles que não dispõem de renda para adquirir a cesta alimentar básica, o que não permite fazer interferências sobre seu estado nutricional; continua argumentando que existe um escopo para julgamento de valor associado à definição das necessidades básicas, à forma de ordenar os pobres em função do número de necessidades não atendidas e a ponderação relativa atribuída a cada uma das necessidades consideradas (SANTOS, 1965, p.19-20). Fato que novamente vem contrapor a Constituição Federal Brasileira ao definir e delimitar o salário mínimo como supridor de carências.

5.3 RAÍZES E IMPLICAÇÕES

Milton Santos em “A cidade nos países subdesenvolvidos” (1965) faz uma análise do papel que representam as cidades nos países considerados subdesenvolvidos; conceitua as cidades como sendo o elo que articula o mundo rural ao urbano através de atividades desenvolvidas entre mercados fornecedores e consumidores. Neste aspecto, contracenam cidades, como Salvador e o mundo rural representada, no caso em tela, por São Francisco do Conde onde a exploração do petróleo cresceu no Recôncavo a partir da década de 50 do século XX, reforçando a posição de Salvador metrópole como portuária, comercial, política e administrativo. Produziu mudanças profundas na região que passou por um processo de estagnação econômica e demográficas intensas no final do século XIX até meados do século XX. Desse período até 1980 a metrópole Salvador teve um acréscimo na população em torno de 300%, e um crescimento econômico próspero, atrelado ao desenvolvimento ou estagnação de cidades menores como São Francisco do Conde que vivia um momento de estagnação e euforia por conta da instalação da refinaria em seu território tornou-se dormitório dos trabalhadores da refinaria.

Para Santos, o fato de ser um pólo atrativo de capitais (Santos, 1965, p.6) torna as cidades um espaço desejado pela maioria, que vê nas mesmas a esperança de melhorar as suas condições socioeconômicas, expectativa essa frustrada em razão da incapacidade das cidades de manter os capitais sob seu domínio e espaço gerando, em contrapartida, a proliferação do subemprego, quando não do desemprego em massa, fomentando, por conseguinte, o agravamento das desigualdades.

Tem-se nos espaços privilegiados das cidades como Salvador, por exemplo, tudo o que uma grande cidade pode oferecer, entretanto em cidades menores como São Francisco do Conde, vive-se o drama do impacto das mudanças provocadas pela industrialização sobre a qualidade de vida da população e suas relações sociais; Assim as pessoas acabam estabelecendo como *segunda moradia* (pessoas com residência fixa em Salvador e nos finais de semana vão para o interior, em São Francisco do Conde, por exemplo), cidades do interior.

Para Costa Pinto este drama é decorrente de um lado da industrialização que de um lado, impõe relações contratuais de trabalho em substituição ao paternalismo

tradicional e, de outro do que denomina “secularização da vida social” (Costa Pinto, 1958. apud. Brandão, 1998, p. 19), muito embora estudos posteriores à década de 80 sobre a industrialização mostrem que ela não se manteve uma vez diminuiu-se o tempo de operação dos poços e não foi capaz de fazer evoluir as relações sociais patriarcais que continuaram a dominar o quadro familiar. Das raízes deste drama e das relações colonialistas correntes na história do município de São Francisco do Conde surgem as desigualdades e a pobreza local com suas implicações na vida cotidiana dos moradores locais. A região corroborava com elevadas taxas de analfabetismo que, na época (1950/1970), atingiu metade da população e, por sua vez, era se constituída, segundo Costa Pinto (1958), por caatingueiros sazonais preferidos pelos produtores de cana de açúcar por serem menos onerosos que os descendentes dos escravos, pescadores, pequenos agricultores e as mulheres domésticas. Conforme anexo A desmembramentos e a consequente diminuição do território franciscano.

Pouco a pouco o território franciscano foi diminuindo significativamente, havendo um período de estagnação urbana onde a população franciscana diminui significativamente entre 1970 e 1980, em torno de 6.913 pessoas migraram para outras cidades, voltando a crescer nos anos 2000, conforme visto anteriormente.

Na perspectiva do território, segundo Santos, a presença de uma grande cidade em torno da qual girará tantas outras menores é outro fator de diferenciação de organização dos espaços. Essa metrópole acaba, em função, da sua organização, exercendo influência sobre as demais. No seu processo de organização é perceptível a presença de espaços bem demarcados: os centros e as áreas periféricas. Em alguns deles, a convivências entre segmentos sociais bastante diferenciados se faz sem o estabelecimento de tantos conflitos, mas essa afirmação não pode ser generalizada, pois noutras cidades, os limites são claros.

Assim sendo, Salvador assume seu papel de catalisadora e comanda o grupo de cidades que compõem sua região. Nesta região onde cidades menores como Camaçari, Lauro de Freitas e Simões Filho todas compõem uma região no entorno a Salvador, ambas constituídas por indústrias e próximas da metrópole. Onde São Francisco do Conde aparece no décimo segundo lugar em população, mas em arrecadação de ICMS chega a primeiro lugar perdendo apenas para Salvador e às vezes, empata com Camaçari onde se concentra o Pólo Petroquímico e a Ford, além de varias outras empresas.

5.4 ESPACIALIDADES DA POBREZA EM SÃO FRANCISCO DO CONDE

Busca-se neste item espacializar a pobreza no território franciscano. Situado no Recôncavo baiano, o município de São Francisco do Conde está, conforme a Superintendência de Estudos Econômicos – SEI, 2000, incluído na faixa costeira onde se apresentam os melhores índices de IGDS – Índice Geral de Desenvolvimento Socioeconômico, pois “usufrui dos resultados do antigo dinamismo econômico observado até meados do século XIX, quando entra em decadência e passa a ser excluída dos novos ciclos da economia estadual “, fato que contradiz a realidade em São Francisco do Conde hoje, visto que os indicadores econômicos não se refletem em crescimento e desenvolvimento para seus moradores.

Mesmo não apresentando significativa importância econômica atual, o Recôncavo, traz toda uma infraestrutura que serviu ao período de crescimento econômico, ainda hoje serve ao “crescimento e desenvolvimento social local.” Verificam-se também aspectos referentes aos 50 anos de existência da Petrobrás no território da Região Metropolitana de Salvador, entre 1950 aos anos 2000 e aspectos positivos ou não da instalação desta empresa para população local. Este estudo baliza-se em dados a partir da análise das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios – PNAD’S, realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; estas pesquisas domiciliares anuais permitem construir uma diversidade de indicadores sociais que retratam a evolução da distribuição nos padrões de vida e da apropriação de renda dos indivíduos.

Como métodos o Índice de Desenvolvimento Humano usa os resultados obtidos das somas dos três índices mostrados anteriormente: Educação, Longevidade e Renda. Encontrados os resultados de cada um dos itens, faz-se a soma e divide-se por três: quanto mais próximo de um (1) for o resultado melhor deve ser a condição do país e de seu povo, quanto mais distante, pior será o IDH desta população.

Na tabela 22 podem-se observar as variações na densidade demográfica brasileira, em especial às da Bahia e sua Região Metropolitana – RMS, onde Salvador continua sendo o maior pólo de desenvolvimento da região metropolitana por concentrar quase a metade do PIB do Estado da Bahia, com uma renda per

capta muito superior as demais regiões e também uma quantidade muito grande de serviços, escolas, lazer e etc.

Salvador tem um índice médio (IDHM) 0,805 que é alto em relação aos outros pontos do país. Suas variáveis aumentam por conta da educação seguida da longevidade. Apenas para São Francisco do Conde na variável renda, tem uma porção privilegiada por conta da ampliação da refinaria, que aumentou cerca de 40% da produção (Tab. 22):

Tabela 22 – Índice de Desenvolvimento Humano do País, estado e município 1991 e 2000

País, Estado e Municípios	IDH - M		Renda		Longevidade		Educação	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Brasil	0,696	0,766	0,681	0,723	0,662	0,727	0,745	0,849
Bahia	0,590	0,688	0,572	0,620	0,582	0,659	0,615	0,725
Salvador	0,751	0,805	0,719	0,746	0,679	0,744	0,856	0,924
São Francisco do Conde	0,622	0,714	0,544	0,589	0,593	0,689	0,728	0,863
Camaçari	0,651	0,734	0,586	0,623	0,586	0,707	0,780	0,873
Candeias	0,631	0,719	0,582	0,608	0,558	0,684	0,754	0,866
Madre de Deus	0,661	0,740	0,564	0,624	0,613	0,707	0,807	0,889
Santo Amaro	0,626	0,684	0,538	0,576	0,551	0,648	0,730	0,827
São Sebastião do Passé	0,618	0,693	0,558	0,579	0,631	0,668	0,666	0,832
Valente	0,540	0,657	0,486	0,555	0,528	0,656	0,605	0,759

Fonte: PNUD – Índice de Desenvolvimento Humano no Brasil, 1991 e 2000.

Salvador, como a capital do maior estado em extensão territorial do Nordeste, acumula muitos problemas, visto que em seu território observa-se uma alta densidade demográfica, acompanhada de todos os problemas que esta posição pode trazer. É também em Salvador que se observam os maiores índices em educação e longevidade, ou seja, em expectativa de vida da população. São Francisco do Conde, como já foi destacado possui indústria em seu território o que eleva a variável renda, esse indicador não se reflete na qualidade de vida da população residente nesta cidade. Observa-se também, na tabela 22 que cidades como Candeias e Madre de Deus, limítrofes a São Francisco do Conde, tem IDH maiores, esta cidade, perde para São Sebastião do Passé e Santo Amaro que em 2000, possuíam IDH menores e também fazem fronteira à São Francisco do Conde. Na variável educação São Francisco do Conde é o último no *ranking* estando atrás de Candeias, Camaçari, Madre de Deus, São Sebastião do Passe, Santo Amaro e Salvador.

Na variável longevidade, São Francisco do Conde também está abaixo de municípios novos como Madre de Deus (0.707) em 2000 que se mantém como cidade de médio IDH. São Francisco do Conde aparece com o IDH (0.689), ou seja, com uma expectativa de vida reduzida para municípios do seu entorno. O item longevidade é conferido a lugares onde se superam a expectativa de vida, e vão além dos índices como as pessoas com idades superiores a setenta e oito anos de idade, conforme destacado na Figura 18.

Vale ressaltar que no município de São Sebastião do Passé, a variável renda, aumenta pouco em 2000, mas na variável educação (0.666) em 1991 dá um salto para (0.832), ou seja, um aumento de 0.166, seguindo a tendência nacional em aumentar sua classificação no PNUD, para cidades de médio desenvolvimento.

Os índices de pobreza em São Francisco do Conde não melhoraram como deveriam, pois apesar do índice ter aumentado um pouco, isso não se reflete na melhoria da qualidade de vida da população local. Volta-se novamente a tabela 22, onde demonstra-se como está ocorrendo uma melhora na qualidade de vida (IDH) desta população.

Conforme demonstrado na tabela 22, a renda média destes municípios melhorou, comparado a Salvador percebe-se com mais clareza as distorções na micro escala metropolitana, por Salvador, possuir uma alta densidade demográfica acompanhada por todos os problemas que esta posição pode trazer, acaba ficando em situação desprivilegiada em relação às cidades no seu entorno. Ainda assim apresenta um médio Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) maior que 0.8, sendo até maior que alguns estados da Região Nordeste do Brasil.

Percebe-se que há uma diferença de 0,12 entre os dois municípios em 1991, mais ainda assim a classificação do PNUD, para as cidades é de médio desenvolvimento. Em 2000 a diferença diminui entre a capital e São Francisco do Conde para 0,9, porém em relação às outras Unidades de Desenvolvimento Humano Municipal da Região Metropolitana de Salvador, (São Francisco do Conde apresenta uma situação ruim, pois é a 121ª cidade, sendo que 120 unidade (80,5%) estão em melhores condições e 28 unidades (18,8%) estão em pior situação.

Utilizou-se ainda a pesquisa de campo feito *in loco* buscando comprovar que não houveram mudanças significativas quanto a qualidade de vida da população local, as amostras recolhidas deixam entender como ocorrem as distorções entre renda per capita e renda real por habitante em São Francisco do Conde.

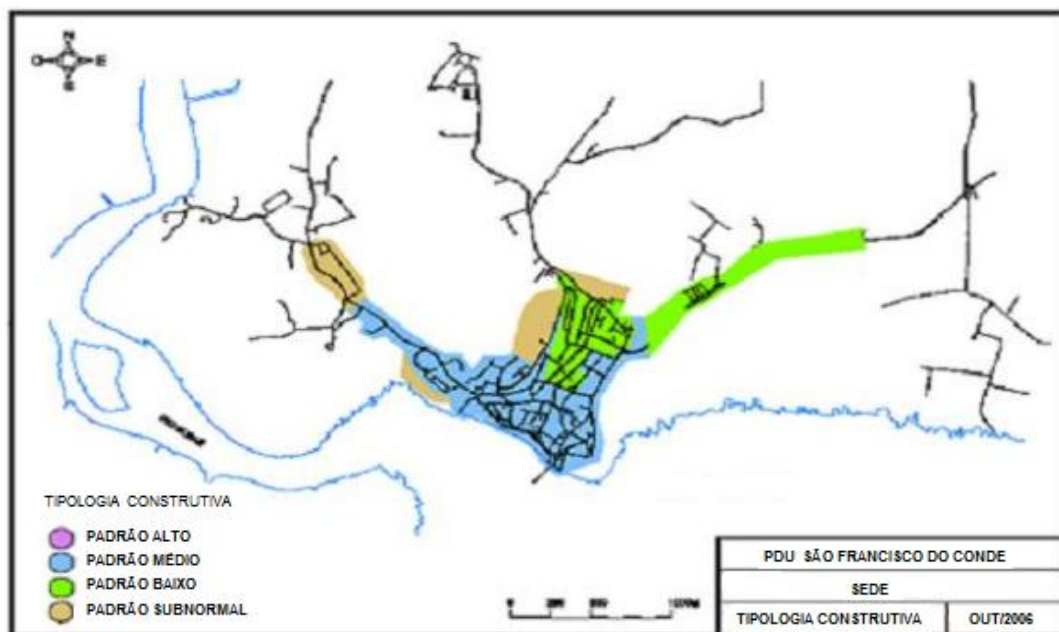
Assim sendo, trataremos pobreza numa dimensão particular, como insuficiência de renda, interrogando a existência no território local de pessoas que vivem com renda familiar inferior ao nível mínimo estabelecido, por organismos nacionais e internacionais. Este mínimo, segundo a Carta Magna de 88, será capaz de suprir as necessidades básicas dos cidadãos, para que possam satisfazer suas necessidades básicas e estarem acima da linha de pobreza que no Brasil é de 1/3 do salário mínimo (R\$ 181,66, em 2011), seguindo as medidas das Nações Unidas.

Para espacializar a pobreza no município de São Francisco do Conde, faz-se necessário mostrar nuances pouco vistas no cenário nacional para um município rico com este. Porém sabe-se que este é um problema que aflige parte da população brasileira onde o enigma da pobreza, associado às péssimas condições das populações nas cidades brasileiras está diretamente imbricado com situações de corrupção política, desmando e descontrole do Estado que não age na legalidade punindo os infratores desta legislação e ausência por parte da população de mobilização contra o mau uso dos recursos públicos municipais.

Na Sede do município é onde se encontravam em 2000 domicílios com as melhores rendas conforme Censo Demográfico. Conforme IBGE (2010) houve uma alteração e as maiores rendas estão concentradas no distrito de Mataripe, (Fig. 14) pesquisa de campo realizada e confirmada pelos dados oficiais, entretanto existem muitos logradouros onde o poder público não chega deixando os cidadãos vivendo em estado de pobreza e miséria.

A tipologia habitacional da Sede (Fig.69) é bem definida com casas de alvenaria e beneficiada por serviços de infraestrutura em geral, porém, à medida que se afastam do centro da cidade em direção a São Bento das Lajes, Campinas, Dom João e Santa Eliza é que observam-se os hiatos do enigma anunciado neste estudo (Fig. 67):

Figura 67 – Tipologia habitacional do distrito da Sede - 2006



Fonte: PDDU de São Francisco do Conde, p.34, 2006, adaptado por Jaciara de Santana, 2011.

O distrito Sede compreende as localidades da Sede, Santa Eliza, Engenho D'Água, Engenho de Baixo, Roseira, Porto de Brotas, Campinas, São Bento, Baixa Fria e Dom João. Na Sede existem localidades onde as desigualdades são visíveis, neles, os moradores vivem em condições de miséria e pobreza; inexistem serviços básicos como esgotamento sanitário, água encanada e os tipos de moradias denunciam a ausência total de políticas que visem à redução das desigualdades em que vive parcela da população de São Francisco do Conde. Assim, pode-se declarar que nem todo cidadão sanfranciscano, como pensam as pessoas que desconhecem as condições em que vivem as pessoas neste território. Nas figuras 70 a 73, demonstram-se partes das desigualdades observadas na sede de São Francisco do Conde.

Figuras 68 -71 – Espacialidades da pobreza no distrito sede- São Francisco do Conde

Figura 68 - Povoado de Santa Eliza



Figura 69 - Povoado da Baixa Fria



Figura 70 - Povoado de Campinas



Figura 71 - Nova São Francisco – Sede

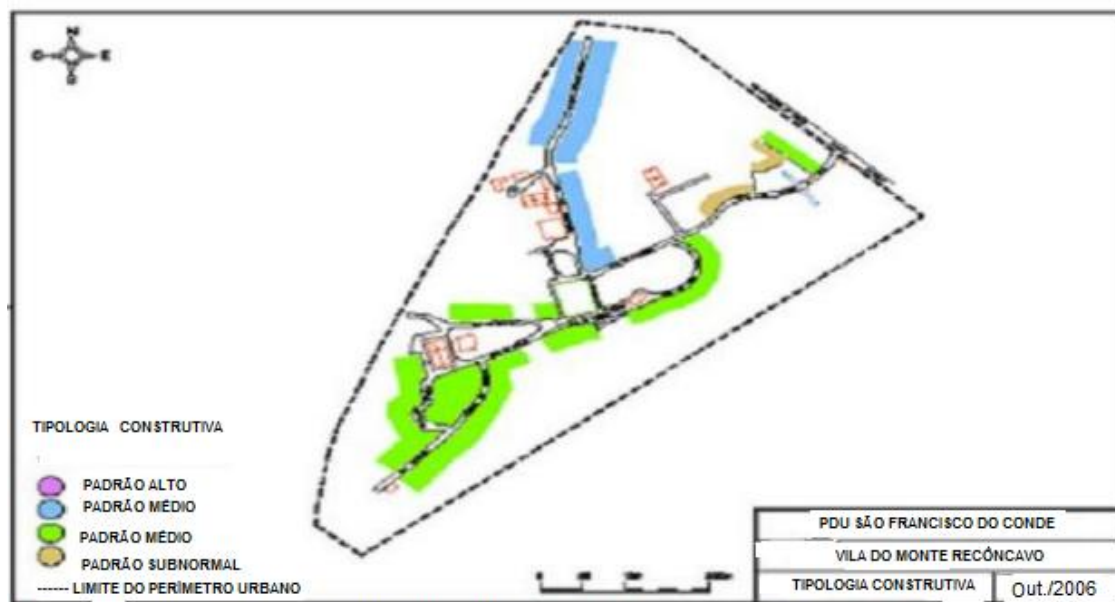


Fonte: Arquivo pessoal, 2010.

Distrito de Monte Recôncavo

Na figura 72 demonstra-se espacialmente a tipologia do distrito Monte Recôncavo (Fig.72):

Figura 72 – Tipologia habitacional do distrito do Monte Recôncavo - 2006



Fonte: PDDU de São Francisco do Conde, 2006, adaptado por Jaciara de Santana, 2011.

O distrito do Monte Recôncavo abrange as localidades de Monte Recôncavo Paramirim, Coroado, Madrugá ambos situados as margens da BA - 522 conforme PDDU (2008 p.27). Neste distrito, uma ínfima parcela da população presta serviços na Petrobrás e suas concessionárias e os demais trabalham nas lavouras que ainda persistem no município. É no Monte Recôncavo onde se localizam cerca 70% dos afro-descendentes do município sendo que em 2009 a comunidade foi oficialmente classificada como remanescente de quilombolas segundo a Secretaria de Desenvolvimento Social do município (Fig. 73 e 74).

Distrito do Monte Recôncavo, 2011.

Figura 73 - Ginásio do Monte Recôncavo 2011.



Figura 74 - Nova Praça do Monte Recôncavo, 2011.



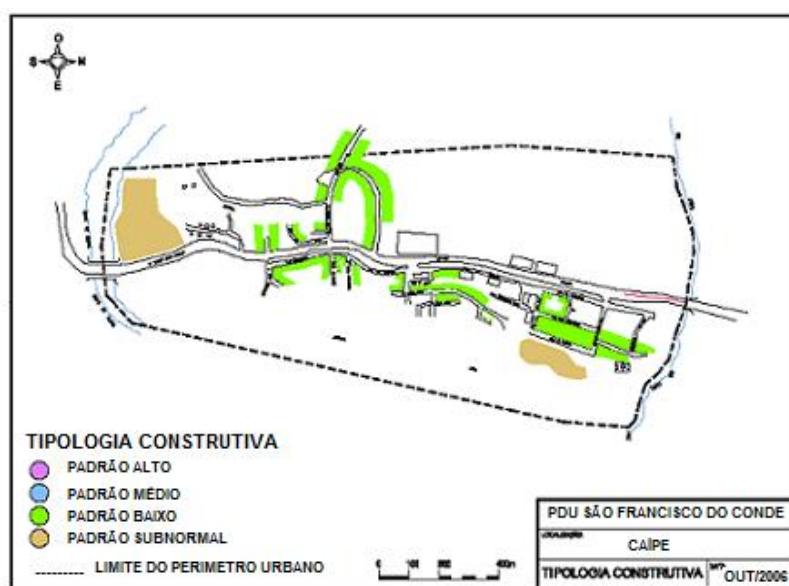
Fonte: Arquivo pessoal, 2011.

Nas figuras 73 e 74 demonstram-se o ginásio do Monte, que acolhe todas os jovens deste distrito e povoados próximos na figura 74 mostram-se o conjunto habitacional construído para abrigar as pessoas que não tinham moradias e neste construíram esta praça onde as crianças brincam livremente.

Apesar de possuir edificações residenciais em alvenaria, com água encanada e esgotamento sanitário, o distrito do Monte Recôncavo apresenta alguns problemas comuns na atualidade, tem um loteamento clandestino na sua área limítrofe, com casas de taipa, com cobertura em telhas de amianto, sem infraestrutura, falta esgotamento sanitário e piso em terra batida e sem sanitários que carecem de atenção especial dos órgãos competentes.

Distrito de Mataripe

Figura 75 – Tipologia habitacional do distrito de Mataripe - 2006



Fonte: PDDU de São Francisco do Conde, 2006, adaptado por Jaciara de Santana, 2011.

É o distrito de Mataripe que engloba todos os povoados localizados ao sul do município: Caípe, Jabequara da Areia e Jabequara das Flores (ambas em área que estão mais próximas da cidade de Candeias, mas recebem toda infraestrutura da prefeitura de São Francisco do Conde), Santo Estêvão, Socorro as Ilhas do Pati e Bimbarras. Mataripe situa-se ao longo da BA - 523, que interliga os municípios de Candeias e Madre de Deus ficando o povoado de Caípe, ao longo da faixa de acesso existem construções de baixo padrão inclusive invasões de área marítima (APA - Área de Proteção Ambiental), com terrenos alagadiços em área de

manguezal, onde os moradores vivem em condições subnormais expondo um enigmático quadro de pobreza e miséria denunciado pelos meios de comunicação em massa, a exemplo o Jornal A FOLHA DE SÃO PAULO com edição em 31/07/2011 onde o jornalista Antonio Góis, denuncia a persistência da miséria em 30 das 200 cidades com PIB mais alto do Brasil, com destaque para São Francisco do Conde município por ser detentor do PIB mais alto do país a população residente convive com indicadores sociais baixíssimos e não usufrui das benesses produzidas pela riqueza advinda da indústria petrolífera. Nas figuras 76 a 79 apresentam-se fotografias das pesquisas de campo realizadas, nela constatou-se a eminência das desigualdades em São Francisco do Conde e nos seus distritos respectivamente.

Figuras 76 a 79- Espacialidades da pobreza no distrito de Mataripe – 2010

Figura 76 - Povoado de Jabequara



Figura 77 - Povoado de Jabequara



Figura 78 - Povoado de Mataripe



Figura 79 - Povoado de Caípe



Fonte: Arquivo pessoal, 2011.

Nas figuras 76 e 79 povoado de Jabequara da Areia, bem próximo a Candeias, verifica-se ruas sem pavimentação, com lixo depositado a céu aberto. Figura 78 apresenta-se a zona industrial de Mataripe, na figura 79 expõe o quadro dramático vivenciado pela comunidade do Caípe onde as crianças convivem com os esgotos a

céu aberto, lixo exposto nas ruas periféricas, e pessoas morando em áreas de proteção ambiental (APA) no manguezal. Praticamente dentro da Refinaria RLAM as pessoas apelam por moradias, saneamento básico, médicos e enfermeiros todos os dias nos postos de saúde, policiamento ostensivo para diminuir a cooptação de jovens para a criminalidade e o mundo das drogas. Pode-se assinalar também, que em Mataripe, os cidadãos pensam diferente das pessoas residentes no distrito Sede; por que se preocupam com os estudos e vêem neste segmento o caminho para melhorarem a sua qualidade de vida, deixando de lado questões outras como o assistencialismo político já destacado neste trabalho.

A população de São Francisco do Conde, dos anos 90 aos anos 2008, mais precisamente, não vivencia um período como vem experimentando atualmente, a cidade virou um canteiro de obras, na gestão atual, estão trabalhando como nunca neste lugar, com obras de infraestrutura, construção de novas habitações para o povo mais necessitado, calçamento e pavimentação de ruas e áreas que anteriormente sequer eram visualizadas pelos políticos locais, assim na próxima sessão, ilustraremos algumas obras que podem dar uma sustentabilidade melhor para esse povo rico, mas que enigmaticamente vive em bolsões de pobreza e miséria.

5.5 PERSPECTIVAS FUTURAS

Visualizando algumas formas de se melhorar a qualidade na vida das pessoas que residem em São Francisco do Conde a administração local definiu algumas estratégias político-instrumentais, que segundo eles servirão à população, com base neste argumento e no Plano Diretor Urbano do município, construído por empresas contratadas pela prefeitura, para justificar o injustificável no papel e assim não perder as verbas. Neste sentido, existem discussões desde 2006 sobre a construção de um empreendimento turístico na histórica Ilha de Cajaíba na sede do município bem defronte a Baía de Todos-os-Santos, segundo alguns moradores *será muito importante para desenvolver a cidade*, para outros ele vai acabar com a fauna e flora da ilha e ainda destruir o sustento dos pescadores e marisqueiras locais e do entorno, desconsiderando inclusive que esta Ilha pertence às comunidades remanescentes de quilombolas como afirmam os pescadores da região.

A empresa *Property Logic*, com capital de origem europeia, já conseguiu a licença para construção, porém as comunidades do entorno e população local continua manifestando-se contra esta construção, mas os políticos locais, continuam em defesa deste empreendimento afirmando que a população será beneficiada, porém a população não vê com bons olhos esta investidura e citam o fato de que pouco moradores de São Francisco do Conde trabalham na Refinaria RLAM, perfazendo um hiato quanto a este empreendimento, destacaremos alguns pontos a seguir:

5.5.1 Empreendimento Ilha de Cajaíba

Elaborou-se este item baseado no RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL – RIMA, do empreendimento turístico imobiliário localizado na Ilha de Cajaíba, no município de São Francisco do Conde, Bahia e tem como objetivo mostrar questionamentos e sugestões contempladas na audiência pública do dia 17 de junho de 2009.

O empreendimento Ilha de Cajaíba, de propriedade da PROPERTY LOGIC BRASIL EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, está localizado ao norte da Baía de Todos-os-Santos, na foz do rio Subaé, a 38 km de Salvador por via marítima e a 67 km por via terrestre, distando apenas 700 m do cais de atracação da cidade de São Francisco do Conde, no continente, (Secretaria de Planejamento Econômico, Prefeitura Municipal de São Francisco do Conde, 2009), conforme figura 32 abaixo:

Figura 80 – Mapa da Ilha de Cajaíba



Fonte: Prefeitura de São Francisco do Conde, 2009.

A gleba adquirida pela *Property Logic* Brasil está situada na região geográfica denominada Recôncavo Baiano, que tem como marco geográfico principal a Baía de Todos-os-Santos. Comumente chamada Ilha de Cajaíba, reúne de fato quatro pequenas ilhas unidas entre si, denominadas Cajaíba, Sergimirim, Pióca e Casqueiro, que agrupadas apresentam a forma de um S, e tem relevo de colinas alinhado como uma espinha dorsal, com elevação máxima de 58 metros em relação ao nível do mar.

O empreendimento tem como objetivo promover o desenvolvimento urbano, turístico e econômico da Ilha de Cajaíba, conseqüentemente do município de São Francisco do Conde, tendo o turismo como sua principal atividade, uma vez que a região detém o privilégio de possuir cenários com aptidões para este fim, reunindo condições essenciais para o pleno desenvolvimento desta atividade.

O projeto, de grandes proporções, destina-se ao mercado europeu, norte e sul americano, sendo os destinatários, turistas do segmento alto, para estadias médias (superiores a 5 dias), jogadores de golfe e clientes que procuram segundas residências. O projeto será implantado em quatro fases durante um prazo aproximado de 10 anos, que poderá ser ampliado, conforme as variações do mercado turístico e imobiliário baiano.

Com a área total da propriedade é de 419,84ha destinados à ocupação proposta pelo Plano Diretor. A área total passível de ocupação, extraídas as zonas de uso restrito e as áreas de APP, corresponde a 227,51ha. O índice de ocupação das unidades implantadas no projeto foi calculado com base na área total da ilha, foi estimado em 4,44% ou seja, 18,63 ha com 4.250 unidades sendo 1.663 unidades residenciais, 2.494 unidades hoteleiras, O acesso será através de carros, ônibus, embarcações e helicópteros.

No projeto do Beach & Golf Resort – Ilha de Cajaíba, segundo o Jornal Correio da Bahia, (31/05/2009 acesso às 12h37min), o turismo de São Francisco do Conde será contemplado com um reforço de mais de 6,3 mil apartamentos, além de 604 vilas turísticas em 20 glebas. Incluindo campo de golfe, marina, campos esportivos, shopping e serviços, centro educacional, spa, heliponto, centro equestre, piscinas, campo de futebol, quadras de tênis, além de outros equipamentos voltados para os esportes náuticos.

Figura 81 -Engenho Cajaíba - 2009



Fonte: Prefeitura de São Francisco do Conde, 2009.

Segundo o relatório executado pela equipe de Especialistas em inspeção, auditoria e gestão ambiental da Faculdade Católica de Ciências Econômicas da Bahia (Facceba), o empreendimento tem o objetivo de promover o desenvolvimento urbano, turístico e econômico de São Francisco do Conde e destina-se ao mercado europeu, norte e sul americano. Possui muitas falhas que, apontadas na audiência pública de junho de 2009, até a presente data não foram respondidas a esta equipe e a ONG Vidas presidida pelas senhoras Joilma da Silva Menezes e Maria Noêmia de Souza (ONG Vidas, 2009).

Segundo a Secretaria de Meio Ambiente (2009), problemas como a proliferação desmesurada de algas (ex. maré vermelha) com potencial produção de toxinas (como as hepatotoxinas), ocasionando a morte massiva de peixes e moluscos prejudicando o sustento de pescadores e moradores litorâneos.

Outro exemplo, a recarga da matéria orgânica na área costeira circunvizinha do centro urbano de São Francisco do Conde (orla), apresentando-se decomposição com a geração de maus odores e proliferação de vetores. Por tanto a determinação do ponto do emissário final deve-se acompanhar de um estudo hidráulico que garanta uma boa dispersão deste material aportado ao mar.

Faz-se necessário informar quais seriam as providências tomadas no caso de apresentar-se uma situação de alteração ecológica devido ao lançamento de efluentes além de se os efluentes provenientes das diferentes áreas (doméstica, semi-industrial, sanitária, etc) receberão o mesmo tipo de tratamento ou terão tratamento diferenciados. Outros itens apontados foram quanto ao abastecimento de

água, descarte dos resíduos sólidos, impactos ao meio ambiente, meio sócio econômico, quanto aos transportes e condição e qualidade de vida local. Sendo necessário observar quais são as disposições do Plano Diretor do Município de São Francisco do Conde com relação a esta ilha, de forma que não entre em conflito com projetos futuros a serem desenvolvidos em outras ilhas com empreendimentos semelhantes.

O PAC destaca a despoluição da Bahia de Todos-os-Santos, através de ações de saneamento, mas o complexo Eco resort planeja fazer lançamento de volumes elevados de efluentes, o qual é contraditório ao PAC.

O manguezal representa 50% da flora da ilha (mangue vermelho, amarelo e branco). 5.645 m³ de material lenhoso serão suprimidos do qual 3.794 m³ corresponde a Cabruca onde se apresenta uma vegetação de mata atlântica estabelecida que faça sombra às plantações de cacau. Neste caso deveria considerar-se a supressão preferivelmente em outras áreas que representam vegetação inicial.

No RIMA se relacionam que os estudos da fauna identificaram 9 ordens de artrópodes, 7 espécies de reptéis, 71 espécies de vertebrados terrestres, cachorros de mato, sagui e sariguê, mas não se contempla ações que permitam a sobrevivência destas espécies.

Ressalta-se que o objeto deste parecer apresenta comprometedor lacuna de dados e informações que apontam para a necessidade de se refazer avaliações e/ou incluir aspectos de base técnica que melhor embasem a avaliação das condições de segurança ao meio ambiente. Quaisquer empreendimentos que vierem a ser instalados na ilha de Cajaíba e proximidades podem apresentar problemas, principalmente aqueles relacionados às implicações ambientais. Ressalta-se que as associações de pescadores e marisqueiras e sociedade quilombolas também estão se manifestando contra a execução deste projeto, porém se o Ministério Público não julgar os processos esta ilha será captada para o turismo internacional e não se sabe de fato o que acontecerá com a população de São Francisco do Conde e entorno, o que se vê é a Ilha vazia, foi toda desocupada tiraram todos os moradores desta, que apenas está a serviço da empresas que a adquiriu.

Anterior, a atual conjuntura política local em São Francisco do Conde, existia um caos político-administrativo no município onde na disputa pelo poder havia um dança assíncrona entre prefeitos e seus vices. Evidenciando que a má gestão dos

recursos públicos atreladas a impotência das entidades comunitárias locais e falta de participação da população nas gestões acarretam desmandos nos cofres públicos.

Após um período de estagnação e turbulência que o município de São Francisco do Conde vivenciou com as últimas gestões municipais onde os administradores se restringiam a assinar documentos e esquecia-se de exercer seus mandatos com trabalho a serviço da comunidade.

O fato é que durante aproximadamente 20 anos os moradores da pequena São Francisco do Conde não viam tanto trabalho sendo empreendido pela prefeitura local. Muitas e inusitadas iniciativas, porém sem participação nem mobilização popular, os gestores acabaram fazendo uma farra com o dinheiro público; tudo isto constitui uma das grandes aberrações na distribuição dos impostos no Brasil, cabendo ao Estado investigar e fiscalizar as aplicações destes recursos para a melhoria na qualidade de vida destas populações. Na atual gestão, o município está se modificando, e se recompondo de tantos desmandos políticos o desenvolvimento local é pauta básica na agenda atual com vistas a atingir o desenvolvimento econômico, como diretriz básica para o desenvolvimento do projeto urbano desta.

Assim surge na perspectiva local uma nova ótica, que é a do trabalho para o bem estar das pessoas, dos cidadãos. A atual administração de São Francisco do Conde está pondo em prática os planejamentos feitos pelas consultorias contratadas para construir os planos nas gestões anteriores apenas para justificar recursos e transformando a cidade em um canteiro de obras. Obras de infraestrutura, em sua maioria, que visam dar uma melhor qualidade de vida à população local tanto atingida nos últimos anos por escândalos envolvendo o município.

5.5.2 Projetos com Inclusão de Idosos

Projetos com Inclusão de Idosos: MELHOR IDADE com turmas de idosos a partir de sessenta anos de idade, no Centro de Convivência do município, com programação nos dois turnos, onde se trabalha com alfabetização, trabalho com o samba resgatando suas origens, trabalhos artesanais e esportes.

5.5.3 Transferência de renda

Transferência de renda com o Programa de Acolhimento Social - PAS: Programa de complementação de renda (PAS), atende a 4.063 famílias beneficiando

cerca de 15 mil pessoas, segundo Secretaria de Desenvolvimento Econômico(2011) este ainda exige a frequência dos membros das famílias beneficiadas na escola regular, que acontece em parceria com as secretarias municipais de Educação, Desenvolvimento Econômico e de Desenvolvimento Social e Saúde. Para a concessão deste benefício, que está vinculado a outros projetos executados pela secretarias municipais como o TOPA, é exigido que as famílias participem de atividades sócioeducativas promovidas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, responsável pela coordenação do projeto. A finalidade do projeto é preparar o cidadão de São Francisco do Conde para, no futuro, conseguir se sustentar independentemente da ajuda financeira do Município.

Critérios estabelecidos são: ter filhos menores de 17 anos comprovadamente matriculados na escola, serem residentes no Município há, no mínimo, cinco anos e possuir uma renda mensal inferior a meio salário mínimo por membro da família. Após inscrição do cidadão no programa, ele recebe a visita de um assistente social que confere toda a documentação necessária. Comprovada a situação de pobreza os cidadãos recebem um cartão de pagamento e passam a receber o benefício e serem monitorados pelo serviço social em conjunto com outras secretarias. Constata-se que este, de fato não ocorre,” estimulando o assistencialismo clientelismo” político trazendo impactos insignificantes para o município, além de desestimular os cidadãos a procurarem um emprego formal(PPDU, 2008 Diagnóstico Preliminar, p.06).

5.5.4 Instalação da Universidade Federal

Instalação da Universidade Federal – UNILAB- Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, criada em 2009 está sendo instalada no município prevista para iniciar suas atividades em 2012 objetivando formar cidadãos para desenvolver a integração entre o Brasil e os países de Língua Portuguesa, especialmente os africanos. O Campus será construído na comunidade da Baixa Fria na sede do município. Entretanto não se tem critérios estabelecidos para assimilar estes jovens que serão egressos desta nova demanda que pretende formar.

5.5.5 Programa Universitário Franciscano – UNIFAS

Programa Universitário Franciscano – UNIFAS: (em funcionamento desde 2004), para atender os estudantes universitários como bolsa auxílio, tem como objetivo conceder bolsas complementares para os estudantes carentes e residentes no Município. Projeto criado na gestão da prefeitura anterior com o nome Bolsa Universitária. O atual governo fez uma revisão do projeto dando uma repaginada, recadastrou todos os beneficiados que estiverem matriculados em cursos superiores ou de pós-graduação.

O UNIFAS é um incentivo financeiro para os cidadãos que possuem uma renda insuficiente e desejam estudar e buscar uma melhor qualificação profissional concede atualmente 641 bolsas a estudantes do Município; como contrapartida o estudante deveria prestar serviços à comunidade e estágio de quatro horas semanais na área de estudo e ações sócioeducativas desenvolvidas pela prefeitura, ressalta-se que esta não ocorre por falta de um controle efetivo da Prefeitura, que também oferece o transporte gratuito que leva os alunos para as faculdades em Salvador, Santo Amaro e Candeias. As bolsas de estudo, de valor máximo de R\$ 450 (quatrocentos e cinquenta reais), os estudantes precisam ter frequência de 80% e para eles se manterem regularizados, não podem ultrapassar o limite de duas reprovações por semestre. Também devem encaminhar um relatório geral de suas atividades, por meio de um documento emitido pela Instituição de Ensino Superior que deve ser reconhecida pelo MEC – Ministério da Educação.

5.5.6 Programa de Habitação

No campo da habitação o programa SONHO MEU: Intitulado Sonho Meu este projeto faz parte do plano de habitação do município, feito com base no relatório socioeconômico da cidade (PDDU, 2006) que detectou os bairros (povoados) mais carentes de São Francisco do Conde, como Madrugá, São Bento das Lajes, Macaco, Caípe. O projeto resulta de uma ação emergencial em favor dos cidadãos afetados pelas fortes chuvas que afligiram a cidade e destruíram as casas de parte dos habitantes da região. Os loteamentos estão sendo construídos com recursos financeiros provenientes unicamente do município e com toda a infra-estrutura necessária parque, pavimentação, água encanada e energia elétrica.

Foi construído o conjunto Mãe Carlita com 60 casas, o programa habitacional da prefeitura já entregou outras na localidade do Madrugá, Macaco e na Dorna com 125 casas. Está sendo construído o primeiro conjunto habitacional

verticalizado no município na localidade do Gurugé constituído de casas e apartamentos.

No cenário local é perceptível a mudança de atitudes e ações neste município, assim sendo não se pode deixar de assinalar a importância dos serviços que estão sendo oferecidos à população local que ficou sem assistência desde os anos 80, com os governos passados, porém existe muito trabalho a ser feito em prol da qualidade de vida dos cidadãos franciscanos, principalmente aqueles que vivem nos povoados e distritos fora da Sede municipal.

Necessário que os novos gestores, bem como toda população pensem em ações que sirvam a coletividade sanfranciscana e os planejamentos para a cidade sejam elaborados com a participação dos munícipes e pensados por e para as pessoas que dele fazem parte, cabendo assim não só uma ação participativa e cidadã, mas também uma ação educativa firme que possa consternar todas as mazelas que esse assistencialismo velado seja enterrado e dê espaço para novos atores sociais que promovam mudanças duradouras e cidadãs.

Outras ações previstas pelos planejadores, estão sendo implementadas, no município como um todo, cabendo registro para que outros cidadãos tenham acesso e possam auxiliar os gestores públicos na difícil tarefa de trabalhar para o *bem estar* da população, como afirma Sen (2000), “Para combater os problemas que enfrentamos, temos que considerar a liberdade individual como um comprometimento social”...a expansão da liberdade é o principal fim e o principal meio para o desenvolvimento (Sen, 2000, p.10)”. Como obter bem estar sem liberdade para escolher aquilo que se quer ou pretende-se fazer? Pensemos nestes fatos para quem sabe inferir positivamente na realidade vivida e poder lançar o desafio de uma sociedade mais igualitária e justa.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se nesta dissertação descrever o enigma da pobreza versus riqueza no território de São Francisco do Conde, onde as desigualdades aparecem de forma latente. Para tanto demonstrou-se a espacialização da pobreza local visando um melhor posicionamento frente as questões propostas.

O problema inicial desta pesquisa está no fato de verificar se o enigma da riqueza e da pobreza em São Francisco do Conde tem grande expressão no Recôncavo como em todo Brasil. Buscando responder a essa pergunta buscou-se percorrer uma linha do tempo visando compreender melhor as principais fases deste território, reconhecendo a agroindústria do açúcar como elemento determinante para modificação do território sanfranciscano, seguido pela indústria do petróleo, elemento que dinamizou o crescimento econômico e social da região a partir da construção da refinaria com toda sua complexidade.

As desigualdades regionais no Brasil são as maiores do mundo segundo organismos internacionais, o que se explica pelas desigualdades internas de cada estado. Esperamos ter demonstrado que não sendo um município pobre São Francisco do Conde tem desigualdades em todo seu território apesar possuir em seu território a segunda refinaria de petróleo do país. Não sendo pobre é necessário que haja disponibilidade da população local para sair da comodidade e buscar mudanças que agreguem melhorias para a qualidade de vida de sua população; sendo necessário também vontade política para diminuir as desigualdades existentes, visto que se tem no território local disponibilidade de recursos para combater a pobreza.

Buscou-se oferecer condições de compreensão sobre o contexto local em São Francisco do Conde e agregar conhecimento de estudiosos da área, acadêmicos e comunidade em geral, sobre esta cidade brasileira, tão mencionada pelos meios de comunicação nacional quando o tema é riqueza ou distribuição de renda riqueza tem prejudicado os munícipes residentes porque não fomenta novas ações, não desenvolve uma dinâmica sustentável de criação de novos postos de trabalho, de desenvolvimento do comércio local e muito menos criação de novos eixos de desenvolvimento como a vocação turística por exemplo, a população carece de uma educação de qualidade para vislumbrar com maior clareza perspectivas de uma vida melhor.

Inicialmente, porque são incipientes os estudos, na academia sobre o caso desta cidade, segundo porque possibilitará desconstruir a ideia de que o povo de São Francisco do Conde é “rico” e não precisa desenvolver outras possibilidades de ascensão em áreas diversas, que não a indústria do petróleo, já que poucos municípios têm acesso a estas vagas potenciais. Depois porque facilitará futuras inferências sobre os diferentes agentes envolvidos na produção industrial e contiguidade econômica deste lugar. Assim, realizou-se o estudo sem a pretensão de ser conclusivo, mas apenas puxando o fio de uma rede que pode permitir vislumbrar diferentes olhares e tecer algumas considerações.

Com a descoberta do petróleo e a instalação da Petrobrás no Recôncavo, toda infraestrutura necessária de apoio logístico para a operacionalização da exploração do petróleo aconteceram a partir da década em 1950. Seguidas pela modernização industrial, adotando o modelo de industrialização polarizada com a implantação do Complexo Petroquímico de Camaçari e concentrado-se na parte norte do Recôncavo, resultaram no distanciamento e desarticulação da indústria com a economia tradicional local, conforme Pedrão (1992). Fato que acabou afetando as estruturas existentes no Recôncavo, mas que sua população acabou sofrendo com o descaso do poder público com a manutenção destas estruturas.

Espera-se com este trabalho demonstrar quais são as possibilidades de reduzir as desigualdades na distribuição da renda no território sanfranciscano e assim melhorar a qualidade de vida local. Além de tentar construir exaustivamente, diversos prismas de entendimento para as desigualdades existentes na RMS, em especial, em São Francisco do Conde. Desta forma, os dados apresentados na pesquisa demonstram que em São Francisco do Conde determinados espaços periféricos onde a pobreza aparece de forma latente, demonstrando como o elevadíssimo PIB *per capita* local é mal distribuído e mascara índices altos para uma população local pobre.

A proximidade de São Francisco do Conde a Candeias e Madre de Deus nos faz tecer algumas considerações sobre estas cidades novas que acabaram formando um tripé onde o ponto de fusão é o petróleo e a Refinaria Landulpho Alves, situada em território sanfranciscano, mas que atua como catalisadora de produção e mão de obra destes municípios. A maioria dos trabalhadores desta refinaria reside mesmo em Salvador, a capital baiana, por oferecer serviços e lazer e Candeias pela proximidade. No entanto, é a cidade de Candeias, com um

crescimento acima de todas as cidades da RMS e ser lá o local escolhido por muitos funcionários da Refinaria e suas concessionárias para residirem, que se beneficia diretamente com este desenvolvimento. Metodologias e conceitos existem, mas levam em consideração a existência de uma base de dados adequada e verdadeira para assim poder se elaborar indicadores reais e que retratem a realidade do território ao qual se faz referência, porém muitas vezes confrontam-se informações que não são reais mas estão postas como se assim fossem. Então, ressalto neste estudo que é necessário transparência nos setores públicos e acesso às informações, assim os estudiosos, as academias, o ensino e a pesquisa acabam ganhando por que quando um pesquisador foca uma pesquisa ele também está interpretando a realidade a partir de dados que se corretos, podem contribuir para melhoria na qualidade de vida da população de determinado território, contribuindo para modificar a realidade socioeconômica de um lugar ou região.

Diante do quadro aqui apresentado ressalto que possibilidades para o desenvolvimento podem surgir e faz parte do trabalho sério dos gestores públicos criarem estratégias que visem a melhoria na qualidade de vida da população. Para tanto, é necessário planejamento, criação de políticas alternativas que subsidiem o desenvolvimento de áreas afins, que surjam novas possibilidades de ascensão para a população em geral e não só a um determinado grupo de pessoas próximas aos gestores e políticos locais. No caso de São Francisco do Conde é necessário que haja um investimento no comércio local para que este se revitalize e se desenvolva; o turismo local também carece de investimentos para que esta população possa ter alternativas na mobilidade laboral, e em tempo torna a atividade turística uma atividade setorial capaz de alavancar economias e promover-se sócio espacialmente àquelas inerentes do lugar ao qual se propõe como turístico. Com tantas belezas históricas e naturais São Francisco do Conde pode promover esta apropriação cultural num investimento conjugado entre os setores educacional, cultural, políticas públicas e desenvolvimento local sustentável.

Ao analisar a transição do açúcar para o petróleo, observou-se que houve alterações socioespaciais no município que afetaram as expectativas, as narrativas e práticas em torno das desigualdades sociais em São Francisco do Conde. Ao abordar as questões históricas percebeu-se que houve inicialmente um arcabouço de ações, implementos e pessoas para justificar a instalação da Petrobrás neste território; instalou-se a Refinaria em Mataripe, com poços em Dom João, onde toda

uma infraestrutura foi montada para os trabalhadores que participaram deste evento, no entanto estes foram embora e levaram consigo toda a infraestrutura para outros locais e deixaram os moradores (marisqueiros e pescadores na sua maioria) excluídos deste setor e a margem do sonhado desenvolvimento local.

A agricultura carece de incentivos, num município de base agroexportadora, no século XIX, grande produtora de cana-de-açúcar, a atividade agrícola minguou, tornando-se necessário que haja um planejamento focado neste setor que decresce em todo o território municipal, pois neste território pouco se planta sendo a Petrobrás a principal responsável por esta total desarticulação agrícola com suas sondas, dutos e outros equipamentos acabam por desestimular ações no campo da agricultura como da pecuária. Percebe-se grande vazão em todo o município, quase nada é plantado tornando o viés da agricultura áreas de baixo dinamismo econômico local.

A atividade pesqueira aparece no cenário local como um possível caminho às antigas e novas demandas, carecendo de atenção especial, visto que as espécies estão desaparecendo (caranguejos, siris, camarões e xangós) com a degradação ambiental do ar, solos e águas, provocada pelos resíduos despejados na Baía de Todos-os-Santos, pela Petrobrás e suas concessionárias e a falta de controle dos órgãos públicos tornando-se necessário que haja um controle efetivo dos governantes, bem como fiscalização destas empresas que danificam o patrimônio natural.

É preciso também que os gestores invistam em educação e tecnologia além de melhorarem as condições de vida da população local, ofertando lazer, cultura, esporte para que os jovens possam ao menos ter a possibilidade de ascenderem na vida social através de estudo e trabalho; fugindo da marginalidade (mundo das drogas), sem necessariamente querer ser político que pode afanar cofres públicos e viver na impunidade. Caso as futuras gerações possam contar com um arcabouço de opções palpáveis pode ser que esta cidade deixe de ser estigmatizada de rica com um povo pobre que sofre as mazelas de ter apenas um título.

Por fim pode-se afirmar que será um grande desafio para o município de São Francisco do Conde desenvolver estratégias de planejamento e gestão socioespacial numa perspectiva democrática onde todos tenham vez e voz para terem seus objetivos contemplados de forma a atender a coletividade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Landulpho. **O Problema Brasileiro do Petróleo**. Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1959.

ARAÚJO, Ana Carolina. **Água mole em pedra dura...** Jornal da Metrópole (p.7). 29 de julho. 2011.

AZEVEDO, A. **Regiões e paisagens do Brasil**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1952. Série Brasileira. In BRANDÃO, Maria de Azevedo (org.). **Recôncavo da Bahia: Sociedade e economia em transição**. Bahia, Fundação Casa de Jorge Amado, 1998, p.31,33.

AZEVEDO, T. de. **O advento da Petrobrás no Recôncavo**. Salvador: Imprensa Oficial, 1959.

BAHIA, Assembleia Legislativa da Bahia. **Biografia Deputado Osmar Ramos**. Salvador. 2011 Acesso em 21/02/2011. Disponível em <<http://www.al.ba.gov.br/v2/biografia.cfm?varCodigo=131>>

BAHIA, Assembleia Legislativa da Bahia. **Prefeito de São Francisco do Conde é denunciado à Justiça pelo MP**. Salvador. 2011 Acesso em 21/02/2011. Disponível em <http://www.mp.ba.gov.br/noticias/2007/jan_12_prefeito.asp>

BAHIA. SEI. **Pobreza e desigualdades sociais**. Salvador: SEI, 2003.

_____. Prefeitura Municipal de São Francisco do Conde. Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico. **Diagnóstico Municipal, 2008**. Acesso em 15/10/2010 as 16:15. Disponível em <http://www.saofranciscodoconde.ba.gov.br/upload/pdf/20091009044735_Caracteriz_aa-a-o-de-Sa-o-Francisco-do-Conde-out-2009.pdf>.

_____.PDDU: **Diagnóstico socioeconômico e ambiental de São Francisco do Conde**. Rio de Janeiro, FGV,2006.

BARNABE, Aline; LESSA, Claudia; POLISSENI, Katia. Caderno Especial Cidades: **São Francisco do Conde**. Jornal A Tarde/ Caderno Especial. 30 de março. 2011.

BRANDÃO, Maria de Azevedo (org.). **Recôncavo da Bahia: Sociedade e economia em transição**. Bahia, Fundação Casa de Jorge Amado, 1998. Salvador: Academia de Letras da Bahia; UFBA 1998.

BRASIL, Portal da Transparência do Governo Federal: Brasília. Transferência de Recursos por Estado/Município UF: BAHIA EXERCICIO 2009. Brasília. 2011 Acesso em 21/02/2011. Disponível em <<http://www.portaltransparencia.gov.br/PortalTransparenciaListaAcoes.asp?Exercicio=2009&SelecaoUF=1&SiglaUF=BA&NomeUF=BAHIA&CodMun=3883&NomeMun=SAO%20FRANCISCO%20DO%20CONDE&ValorMun=42.808.398,36&Pagina=1>> .

BRASIL, Portal da Transparência do Governo Federal: Controladoria Geral da União. Transferência de Recursos por Estado/**Município UF: BAHIA EXERCICIO**

2009. Brasília. 2011 Acesso em 21/02/2011. Disponível em. <<http://www.portaltransparencia.gov.br/PortalTransparenciaListaAcoes.asp?Exercicio=2010&SelecaoUF=1&SiglaUF=BA&NomeUF=BAHIA&CodMun=3883&NomeMun=SAO%20FRANCISCO%20DO%20CONDE&ValorMun=49.388.149,58&Pagina=1>>

BRASIL, Portal da Transparência do Governo Federal: Controladoria Geral da União. Transferência de Recursos por Estado/**Município UF: BAHIA EXERCICIO 2009.** Brasília. 2011 Acesso em 21/02/2011. Disponível em <http://ba.transparencia.gov.br/S%C3%A3o_Francisco_do_Conde/receitas/por-acao/acoes?exercicio=2010>

BRASIL, Portal da Transparência do Governo Federal: Controladoria Geral da União. Transferência de Recursos por Estado/ **São Francisco do Conde: Recursos Recebidos Diretamente pelo cidadão 2009.** Brasília. 2011 Acesso em 21/02/2011. Disponível em <http://ba.transparencia.gov.br/São_Francisco_do_Conde/receitas/pelo-cidadao/acoes?exercicio=2009>

BRASIL, Portal da Transparência do Governo Federal: Controladoria Geral da União. Transferência de Recursos por Estado/ **São Francisco do Conde: Recursos Recebidos Diretamente pelo cidadão 2010.** Brasília. 2011 Acesso em 21/02/2011. <http://ba.transparencia.gov.br/São_Francisco_do_Conde/receitas/pelo-cidadao/acoes?exercicio=2010>

BRASIL, Portal da Transparência do Governo Federal: Controladoria Geral da União. Transferência de Recursos por Estado /**Transparência nos Municípios – Salvador** Brasília. 2011 Acesso em 21/02/2011. Disponível em <<http://ba.transparencia.gov.br/Salvador/>>

BRASIL, Portal da Transparência do Governo Federal: Controladoria Geral da União. Transferência de Recursos por Estado/ **Salvador: Recursos Recebidos Diretamente pelo cidadão 2009.** Brasília. 2011 Acesso em 21/02/2011. Disponível em <<http://ba.transparencia.gov.br/Salvador/receitas/pelo-cidadao/acoes?exercicio=2009>>

BRASIL, Portal da Transparência do Governo Federal: Controladoria Geral da União. Transferência de Recursos por Estado/ **Salvador: Recursos Recebidos Diretamente pelo cidadão 2010.** Brasília. 2011 Acesso em 21/02/2011. <<http://ba.transparencia.gov.br/Salvador/receitas/pelo-cidadao/acoes?exercicio=2010>>

BRASIL, Portal da Transparência do Governo Federal: Controladoria Geral da União. Transferência de Recursos por Estado /**Transparência nos Municípios – Candeias.** Brasília. 2011 Acesso em 21/02/2011. Disponível em <<http://ba.transparencia.gov.br/Candeias/>>

BRASIL, Portal da Transparência do Governo Federal: Controladoria Geral da União. Transferência de Recursos por Estado/ **Candeias: Recursos Recebidos Diretamente pelo cidadão 2010.** Brasília. 2011 Acesso em 21/02/2011. <<http://ba.transparencia.gov.br/Candeias/receitas/pelo-cidadao/acoes?exercicio=2010>>

BRASIL, Portal da Transparência do Governo Federal: Controladoria Geral da União. Transferência de Recursos por Estado/ **Candeias: Recursos Recebidos Diretamente pelo cidadão 2009**. Brasília. 2011 Acesso em 21/02/2011 <<http://ba.transparencia.gov.br/Candeias/receitas/pelo-cidadao/acoes?exercicio=2009>>

BRASIL, Portal da Transparência do Governo Federal: Controladoria Geral da União. Transferência de Recursos por Estado /**Transparência nos Municípios – Camaçari**. Brasília. 2011 Acesso em 21/02/2011. Disponível em <<http://ba.transparencia.gov.br/Camaçari/>>

BRASIL, Portal da Transparência do Governo Federal: Controladoria Geral da União. Transferência de Recursos por Estado/ **Camaçari: Recursos Recebidos Diretamente pelo cidadão 2010**. Brasília. 2011 Acesso em 21/02/2011 <<http://ba.transparencia.gov.br/Camaçari/receitas/pelo-cidadao/acoes?exercicio=2010>>

BRASIL, Portal da Transparência do Governo Federal: Controladoria Geral da União. Transferência de Recursos por Estado/ **Camaçari: Recursos Recebidos Diretamente pelo cidadão 2009**. Brasília. 2011 Acesso em 21/02/2011 <<http://ba.transparencia.gov.br/Camaçari/receitas/pelo-cidadao/acoes?exercicio=2009>>

BRASIL, Portal da Transparência do Governo Federal: Controladoria Geral da União. Transferência de Recursos por Estado /**Transparência nos Municípios – Valente**. Acesso em 21/02/2011. Brasília. 2011 Disponível em <http://ba.transparencia.gov.br/Valente/>

BRASIL, Portal da Transparência do Governo Federal: Controladoria Geral da União. Transferência de Recursos por Estado/ **Valente: Recursos Recebidos Diretamente pelo cidadão 2010**. Brasília. 2011 Acesso em 21/02/2011 <<http://ba.transparencia.gov.br/Valente/receitas/pelo-cidadao/acoes?exercicio=2010>>

BRASIL, Portal da Transparência do Governo Federal: Controladoria Geral da União. Transferência de Recursos por Estado/ **Valente: Recursos Recebidos Diretamente pelo cidadão 2009**. Brasília. 2011 Acesso em 21/02/2011. <<http://ba.transparencia.gov.br/Valente/receitas/pelo-cidadao/acoes?exercicio=2009>>

BRASIL, Portal da Transparência do Governo Federal: Controladoria Geral da União. Transferência de Recursos por Estado /**Transparência nos Municípios – Madre de Deus**. Brasília. 2011 Acesso em 21/02/2011. Disponível em <http://ba.transparencia.gov.br/Madre_de_Deus/>

BRASIL, Portal da Transparência do Governo Federal: Controladoria Geral da União. Transferência de Recursos por Estado/ **Madre de Deus: Recursos Recebidos Diretamente pelo cidadão 2010**. Brasília. 2011 Acesso em 21/02/2011. <http://ba.transparencia.gov.br/Madre_de_Deus/receitas/pelo-cidadao/acoes?exercicio=2010>

BRASIL, Portal da Transparência do Governo Federal: Controladoria Geral da União. Transferência de Recursos por Estado/ **Madre de Deus: Recursos Recebidos Diretamente pelo cidadão 2009**. Brasília. 2011 Acesso em 21/02/2011. <http://ba.transparencia.gov.br/Madre_de_Deus/receitas/pelo-cidadao/acoes?exercicio=2009>

BRASIL, Portal da Transparência do Governo Federal: Controladoria Geral da União. Transferência de Recursos por Estado /**Transparência nos Estados - Bahia**. Acesso em 21/02/2011. Brasília. 2011 Disponível em <<http://ba.transparencia.gov.br/>>

BRASIL, Senado Federal. **Constituição Federal** – Imprensa Nacional, DF. 1988.

CASTRO, Mary Garcia. Mudança, mobilidade e valores (**uma experiência no Recôncavo Baiano: São Francisco do Conde**). Universidade Federal da Bahia, Dissertação de Mestrado, Salvador, UFBA, 1971.

CORREIA, Tassia. **São Francisco do Conde tem excesso de vagas e falta mão de obra especializada**. Jornal A tarde (p.A4). 14 de março. 2011.

COSTA PINTO, L. A. **Recôncavo**: Laboratório de uma experiência humana. Rio de Janeiro: Clacso, 1958.

CUNHA, Mário Pinto da. **Memorial de São Francisco do Conde (Bahia)**. Salvador: Gráfica Central, 1997.

FERREIRA, Aurélio B. de H. **Mini Aurélio do século XXI**. – 4ª ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira: LCDA, 2000, p. 587.

FERREIRA, J. M. Falcão et al. RIMA: **Empreendimento Ilha de Cajaíba**. Salvador: VER 01. 16 de fevereiro. 2009.

GIL, Antonio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. – 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2010, p.37.

GÕES, Antônio. **Miséria persiste em 30 das 200 cidades com PIB mais** , Jornal Folha de São Paulo. (p.A10). 31de julho. 2011.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R.----.**Territórios Alternativos**. Niterói: Eduff: São Paulo: Contexto, 2002.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatístico _____ cidades@. **Informações Estatísticas de São Francisco do Conde**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso em 02/11/2011.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatístico _____ SIDRA. **Censo demográfico – 2010**. Disponível em: <[HTTP://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t8z](http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t8z)>. Acesso em 13/08/2011.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatístico-IBGE. **Censo Demográfico 1950/2009**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em <[HTTP://ibge.gov.br/home/presidencia/noticias-impressão](http://ibge.gov.br/home/presidencia/noticias-impressao)>. Acesso em 10 dez. 2010.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatístico-IBGE. **Sala de Imprensa: Produto Interno Bruto dos Municípios 2004-2008**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Acesso em 10/12/2010 Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1780&id_pagina=1&titulo=Em-2008,-seis-capitais-concentravam-25%-do-PIB-do-pais>

LAMBERT, Jacques. **Os dois Brasis**. INEP. Rio de Janeiro, 1959.

LEAL, Abinael M. Guia Turístico de São Francisco do Conde: **Informações turístico-culturais**. Salvador: AMLeal Publicidade e Produções Artísticas. 1998.

LUNA, Luzia. Caderno Especial Bahia em Números: **PIB municipal revelou maior dinâmica dos municípios agroindustriais em 2008**. Jornal A Tarde/ Caderno Especial (p.4-5). 19 de dezembro. 2010.

MATTOS, Wilson Roberto et al. Uma luz na noite do Brasil: **Refinaria Landulpho Alves 50 anos de história**. Salvador: Solisluna Design e Editora, 2000.

MATTOSO, K. de Q. **Três imagens do Recôncavo da Bahia da década de 50**: Universidade de Paris: 1959.

OLIVEIRA, A.M.C. dos S. **Recôncavo Sul**: terra, homens, economia e poder no século XIX. Salvador: UNEB, 2002.

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento <http://www.embasa.ba.gov.br/novo/Noticias/detalhar.asp?cod=545>. Acessada em 01 de julho de 2009.

PEDRÃO, Fernando C. **As raízes da Pobreza na Bahia**. Salvador: Centro de Estudos Baianos/UFBA, 1984.

_____. **Economia, Política e poder na periferia globalizada**. Salvador: JUSPODIVM. 2009.

PEDREIRA, Pedro Tomás. **Notícias históricas de São Francisco do Conde**. Salvador: Estudos Baianos, 1976.

_____. **Memória Histórico-Geográfica de São Francisco do Conde**. Salvador-Bahia: Press Color, 1998.

PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano**. Brasília. 2000. Último acesso em 23/10/2011. Disponível em <http://www.pnud.org.br/publicacoes/atlas_salvador/release_desigualdade.pdf>

POCHMANN, Marcio; AMORIM, Ricardo (Orgs.). **Atlas da exclusão social no Brasil**.-2ª ed. – São Paulo: Cortez, 2003.

RIOS, Dermival R. **Minidicionário escolar de língua portuguesa**. São Paulo: DCL, 2010, p.440.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil: Afinal, de que se trata?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

_____. **Pobreza e desigualdade no Brasil: O esgotamento dos efeitos distributivos do Plano Real**. Texto para discussão nº 721. IPEA, Rio de Janeiro, Abril, 2000.

SANTO, J. J. do E. **São Francisco do Conde: Resgate de uma riqueza cu**. Salvador: RGRAF, 1998.

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Edivaldo Hilário. **Desenvolvimentismo, atividade petrolífera e degradação ambiental em áreas pesqueiras em São Francisco do Conde-Bahia**. 2004. UNB. Brasília.

SANTOS, Milton. **A cidade nos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira: 1965.

_____. **A rede urbana do Recôncavo**. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1959.

_____. **O retorno do território**. In: OSAL: Observatório Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun.2005-). Buenos Aires: CLACSO, 2005.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Milton Santos, 2004.

SÃO FRANCISCO DO CONDE agora a história é outra. Jornal A Tarde (p.B8 – B9). 31 de julho. 2011.

SAQUET, Marcos Aurélio. **O território: diferentes interpretações na literatura italiana**. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

SEI – **Superintendência de Estudos Econômicos da Bahia**, 2011. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/projetos/site/images/publicacoes/sumario/estatisticas_municipios/sumario_est_mun_2010_v13.pdf. Último acesso em 12/08/2011.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Nobel, 2000;

_____. **Desigualdade reexaminada**. Companhia das Letras, 1999.

SEVERINO, Antonio Joaquim, 1941- **Metodologia do trabalho científico** - 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Sylvio B. de M e COELHO, Araori Silva. **Cidade e Região no Estado da Bahia**. Salvador: UFBA, 1991.

_____. **Desequilíbrios e desigualdades regionais no Brasil e nos estados brasileiros**. João Pessoa, PB: Grafset, 2008.

SILVA, Sylvio B. de M e. SILVA, Barbara - Christine N. **Estudos sobre Globalização, Território e Bahia**. Salvador: Mestrado em Geografia/UFBA 2/ed. 2006.

SOUZA, M. J. L. de. **“Território” da divergência (e da concepção): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental**. In: SAQUET, M. A.; SPOZITO, E. S. (Org.). *Território e territorialidades: teorias processos e conflitos*. São Paulo: UNESP, 2009.

SOUZA, M. J. L. de. **Urbanização e desenvolvimento no Brasil atual**. São Paulo: Ática, 1996.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: Castro, Iná Elias et al. (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

VELLOSO, João Paulo dos Reis; ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. **Modernidade e Pobreza**. São Paulo: Nobel, 1994.

YIN, Robert K. Estudo de caso: **Planejamento e método**. Porto Alegre: *Bookman*, 2002, p.31.

APÊNDICE A

Universidade Católica do Salvador
Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social.
Superintendência de Pesquisa e Pós-graduação
Mestranda Jaciara de Santana

Um olhar sobre a territorialidade em São Francisco do Conde: Pobreza x Riqueza

Assinale onde se enquadra:

Sexo: () Masculino () Feminino

Idade: () 15-20 () 21-25 () 26-30
() 31-35 () 36-40 () 41-50

Estado Civil: () casado () Solteiro () outros

Quanto a residência, sua casa é:

() Própria () Alugada () Dos pais () Invasa () Outras

Local onde você trabalha? _____

Em qual a cidade? () Candeias () Santo Amaro
() Madre de Deus () Camaçari
() Simões Filho () Outras

Quando as políticas de ascensão trabalhista no município, responda:

a) O gestor tem administrado voltado para aumentar os postos de trabalho a população local? () Sim () Não

Justifique: _____

b) Em qual período você acha que houve um acréscimo de vagas para os trabalhadores locais?

1. () entre 1970-1980
2. () 1981-1990
3. () 1991-2000
4. () 2001-2010

c) Porque você precisa sair da sua cidade para trabalhar fora?

1. () Falta de vagas 2. () Baixa qualificação profissional
 3. () Educação/escolaridade 4. () Falta engajamento político

Já trabalhou no município? () Sim () Não.

Em caso afirmativo responda:

a) Em que período: _____

b) Emprego- () Público () Privado.

c) Porque foi demitido? _____

Em relação ao salário recebido, você qualificaria como:

- a) () Péssimo (0 a 01 salário mínimo)
 b) () Ruim (de 2 a 3 salários mínimos)
 c) () Bom (de 4 a 08 salários mínimos)
 d) () Excelente (+ de 09 salários mínimos)

Pra conseguir esse emprego foi primordial a:

- a) () Amizade com político
 b) () Desempenho educacional
 c) () Amizade com pessoas da empresa
 d) () Maior qualificação profissional

Quanto às condições de mobilidade. Para se deslocar ao trabalho você usa:

- () Ônibus da empresa
- () Usa carro particular
- () Pega transporte coletivo
- () Vai a Pé
- () Outros

Em sua opinião, São Francisco do Conde é bem servida de transporte coletivo?

() Sim () Não,

Justifique: _____

Caso perca o transporte oferecido pela sua empresa, como consegue chegar a seu trabalho?

- () Pega uma carona
- () Pega carro alternativo
- () Vai de transporte coletivo
- () Outros

APENDICE B

Universidade Católica do Salvador
Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social.
Superintendência de Pesquisa e Pós-graduação
Mestranda Jaciara de Santana

**Um olhar sobre a territorialidade em São Francisco do Conde:
 Pobreza X Riqueza**

Visando colher dados para análise principal do objeto de pesquisa acerca das desigualdades sociais em São Francisco do Conde, entre 1950 a 2000 é que aplicamos esta pesquisa.

Gestor: _____

Órgão/Setor: _____

Partido Político: _____

Período: ___/___/___ a ___/___/___

1. Quais eram as suas posses antes do pleito eleitoral, ou seja, o que tinha de recursos financeiros disponíveis e declarados?
2. Quais eram as suas atividades laborais antes de eleger-se prefeito (a)?
3. Possui algum histórico político? Descreva-o caso possua?
4. Por quais razões candidatou-se a um cargo político neste município?
5. O IDHM no município é de 0.714(2009) em relação ao estado da Bahia é médio, que pretende fazer para melhorar o Índice de Desenvolvimento Humano de São Francisco do Conde, em sua gestão? Apresentar proposta, caso possua.
6. Qual área administrativa terá maior prioridade na sua administração?
7. O que ele usaria como argumento para merecer os votos?
8. Qual é a sua força política, no município? Tem apoio dos governos Estadual e Federal? Outros?
9. Quanto o município arrecadou em sua gestão? Considera ter aplicado estes recursos para o bem estar da população local?
10. Deste montante quando foi o gasto em Educação?
11. Quando foi aplicado em programas sociais que tratem a problemática da pobreza local e a questão do desenvolvimento social?

12. Cite programas e/ou políticas de combate às desigualdades sociais aplicadas no município em sua gestão?

13. Como a prefeitura aplica recursos destinados ao desenvolvimento local?

14. Quais os tipos e/ou as estruturas das desigualdades mais duráveis em São Francisco do Conde em sua gestão?

15. É a exploração do petróleo em São Francisco do Conde determinante para se entender as discrepâncias entre ricos e pobres em escala local?

16. Quais características locais justificam a existência (permanência) e ao mesmo tempo distancia entre ricos e pobres em São Francisco do Conde?

17. Existem no município de São Francisco do Conde, dinâmicas ascensoriais que beneficiem a população local?

18. Atualmente fala-se muito de desenvolvimento municipal sustentável que é um caso particular de desenvolvimento local com amplitude espacial delimitada pelo corte político administrativo.

- O que a sua administração fez ou tem feito para melhorar a qualidade de vida da população local, em especial pelos jovens e idosos?
- Para conservação dos recursos naturais e do meio ambiente?

19. Sobre a lei de Responsabilidade Fiscal 101, de 4 de maio de 2000, que regulamenta o artigo 163 da constituição e visa regular as contas públicas do país. Como pretende aplicá-la no município que passou por uma investigação há pouco tempo tendo até um gestor afastado...para que isso não venha acontecer na sua gestão?

20. As regras desta lei 101 são claras quanto ao controle dos gastos públicos ela fixa limites para despesas com pessoal e dívida pública e determina que sejam criadas metas para controlar receitas e despesas. Há mecanismos adicionais de controle para anos de eleição. Como você pretende aplicá-la no município visto que é notório que os gastos com folha de pessoal são altos no município?